

A ORDEM DOS

PODERES

da reconstrução política à estabilidade institucional

Ed.UNI  
VERSI  
DADES



Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 International (CC-BY-NC 4.0).  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-br>  
Uso permitido mediante atribuição da autoria e vedado para fins comerciais

© 2026 Editora UniversidadES

### Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação [CIP]

E77o Espírito Santo. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional

A ordem dos poderes : da reconstrução política à estabilidade institucional / organizadores Bruno Lamas Silva, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, João Vitor Santos Silva - Vitória : Editora UniversidadES, 2026. -- (Coleção Espírito Santo: Gestão Transformadora, Impacto Humano ; v. 11)

176 p.

Bibliografia

Ilustrado

ISBN 978-65-84436-09-1 (e-book)

Coordenação da Coleção: João Vitor Santos Silva

1. Estabilidade institucional - Espírito Santo [Estado]. 2. Equilíbrio de poderes - Espírito Santo [Estado]. 3. Políticas públicas - Espírito Santo [Estado]. 4. Governança - Espírito Santo [Estado]. I. Espírito Santo. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional. II. Silva, Bruno Lamas. III. Bussinguer, Elda Coelho de Azevedo. IV. Silva, João Vitor Santos. V. Título.

CDU - 342.33(815.2)

Ficha catalográfica elaborada por Ana Paula Galdino de Deus CRB 6/798  
e Edina Pereira dos Santos CRB 6/1054

A ORDEM DOS

PODERES

da reconstrução política à estabilidade institucional

Ed.UNI  
VERSI  
DADES

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### Governador

Renato Casagrande

### Vice-governador

Ricardo Ferrazo

## SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

### Secretário

Bruno Lamas Silva

## A ORDEM DOS PODERES: DA RECONSTRUÇÃO POLÍTICA À ESTABILIDADE INSTITUCIONAL

### Organizadores

Bruno Lamas Silva

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Juão Vitor Santos Silva

### Assessoria Histórica

Cassius Gustavo da Silva Gonçalves

### Normalização e Ficha catalográfica

Ana Paula Galdino de Deus

Edina Pereira dos Santos

### Revisão Textual

Elaine Cristina Borges de Souza

Júlia Bragatto Grobério

### Revisão de Provas

Ana Paula Galdino de Deus

### Estratégia de Comunicação

Rinaldo de Sá

Michel Magno de Vasconcelos

Olgmara Fátima Caliman Vasconcelos

Danielle Marchiori

Amanda Amaral

Gabriela Conti

Jaqueline Vianna

Joanna Ferrari

Roberta Peixoto

## EDITORA UNIVERSIDADES

### Coordenador

Juão Vitor Santos Silva

### Editores-Chefe

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

## COLEÇÃO ESPÍRITO SANTO GESTÃO TRANSFORMADORA, IMPACTO HUMANO

### Coordenador

Juão Vitor Santos Silva

### Design Gráfico e Editoração

Jarbas Barros Gomes

### Assistente de Design

Sheila Gonçalves dos Santos

## EQUIPE ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

### Supervisão Financeira

Téthys Cysne Gobbi

### Supervisão Administrativa

Edina Pereira dos Santos

### Equipe Administrativa

Carolina Botelho de Lima

Carolina Júlia Pinto dos Santos

Felipe dos Santos Louvem

Ismael Denes Rocha Junior

Júlia Bragatto Grobério

Lígia Maria Fernandes de Melo

Lorena Furno Ferreira Pinheiro

Marcelo Cardoso Lima dos Santos

Marlete de Souza Almeida Silva

Márcia Vieira Fernandes

Pietra Leoncio Blanck

Robson de Azevedo Junior

### Depósito legal

Biblioteca Nacional - BN

Biblioteca Estadual do Espírito Santo - BPES

## CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

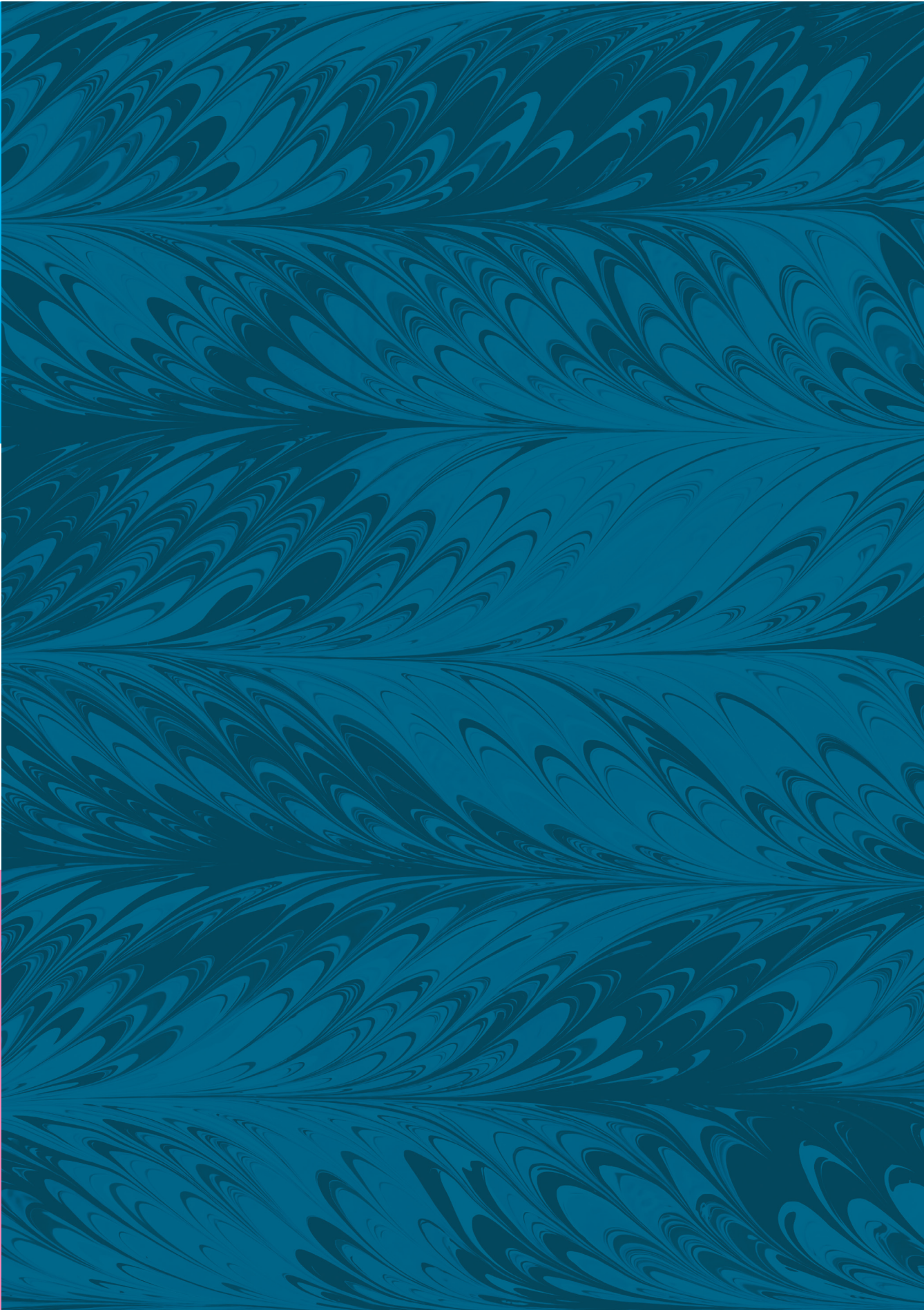
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV)  
Juão Vitor Santos Silva (SECTI-ES)  
Ingo Wolfgang Sarlet (PUC-PR)  
Gonzalo Aguilar Cavallo (UNIVERSIDAD DE TALCA - CHILE)  
Jose Manuel Peixoto Caldas (UNIVERSIDADE DO PORTO - PORTUGAL)  
Carmelo Cattafi (TECNOLOGICO DE MONTERREY - MÉXICO)  
Bruno Lorenzetti (UNIBRASIL)  
Robison Tramontina (UNOESC)  
Salete Oro Boff (Atitus e UFRGS)  
Mariana Holanda (UnB)  
Américo Bedê Freire Júnior (FDV)  
Ethel Leonor Noia Maciel (UFES)  
Rita de Cassia Duarte Lima (UFES)  
André Karam Trindade (UNIVEL)  
Leilane Grubba (Atitus)  
Carlos Luiz Strapazon (UNOESC)  
Ana Luisa Santanna (PUC-PR)  
Cassius Guimarães Chai (FDV e UFMA)  
Diego Carlos Zanella (Universidade Franciscana)  
Daury Cesar Fabríz (FDV)  
Norma Sueli Padilha (UFSC)  
Walber Pontes (UFMA)  
Maria do Socorro Almeida Souza (ESMAN - TRT - 16)  
Mirelle Finkler (UFSC)  
Caroline Filla Rosaneli (PUC-PR)

## PARCERIAS

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Instituto Federal do Espírito Santo - IFES  
Faculdade de Direito de Vitória - FDV  
Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES  
Ministério Público do Estado do ES - MPES

## APOIO FINANCEIRO

Fundação de Amparo à Pesquisa e  
Inovação do Espírito Santo - Fapes



# SUMÁRIO

<u>Palavra do Governador</u>	8
<u>Palavra do Secretário</u>	10
<u>Palavra do Coordenador</u>	12
<u>Palavra da Editora-Chefe</u>	14
<u>Introdução</u>	18
<u>Ato 1 – O Desencontro dos Poderes: uma ofensa ao povo (1990 - 2002)</u>	29
<u>Capítulo 1 – Tempo da Tormenta</u>	30
<u>Capítulo 2 – O Vento Sul da Insegurança</u>	50
<u>Capítulo 3 – Reage, Espírito Santo!</u>	68
<u>Ato II – Em Busca da Reorganização (2003-2018)</u>	77
<u>Capítulo 4 – Livrando-se das Amarras</u>	78
<u>Capítulo 5 – Governar é Cuidar de Gente</u>	93
<u>Ato III – Estabilidade fiscal e mobilidade social (2019-2026)</u>	113
<u>Capítulo 6 – Construindo um Espírito Santo estável e controlado</u>	114
<u>Capítulo 7 – Reequilibrando a segurança pública</u>	120
<u>Capítulo 8 – A prova de fogo das instituições - A Pandemia</u>	136
<u>Ato IV – O equilíbrio das instituições</u>	147
<u>Capítulo 9 – Fundo Soberano: a poupança dos capixabas</u>	148
<u>Capítulo 10 – Um mapa para o futuro</u>	157
<u>Referências</u>	168
<u>Depoimentos</u>	174

## PALAVRA DO GOVERNADOR

Quem olha para o Espírito Santo hoje, um Estado estável, respeitado pela população brasileira, referência em transparência, com contas equilibradas e instituições públicas confiáveis, muitas vezes não imagina o quanto foi necessário transformar para chegarmos até aqui.

Nem sempre foi assim. O Espírito Santo atravessou momentos difíceis em sua história recente, marcados por crises econômicas, instabilidade política e fragilidade institucional. Em determinados períodos, a falta de coordenação entre os poderes e a perda de liderança política do Executivo abriram espaço para a desorganização administrativa e para a perda de confiança da sociedade nas instituições públicas.

Esse ambiente de desconfiança permitiu o surgimento de graves problemas, inclusive a atuação de grupos criminosos que marcaram negativamente aquele período.

Mas a história do Espírito Santo também é a história de uma sociedade que reagiu. A partir dos anos 2000, a mobilização da população, das instituições e das lideranças capixabas iniciou um processo decisivo de reconstrução institucional. Iniciativas como o Fórum Reage Espírito Santo demonstraram que a sociedade não aceitaria conviver com a instabilidade e com a perda de credibilidade do Estado.

Dali em diante começou um processo contínuo de reorganização das instituições públicas, com cada poder assumindo plenamente seu papel constitucional e com o Poder Executivo retomando a responsabilidade de liderar politicamente o desenvolvimento do Estado.

Ao longo das últimas décadas, esse esforço coletivo permitiu consolidar um novo momento para o Espírito Santo. Construímos um ambiente de diálogo institucional, responsabilidade fiscal e respeito às regras, que trouxe estabilidade, segurança jurídica e confiança para investidores e para a sociedade.

Hoje colhemos os resultados desse caminho. Temos um Estado organizado, com capacidade de investir, com instituições que dialogam entre si e com uma população que voltou a confiar no poder público.

Essa estabilidade não surgiu por acaso. Ela é fruto de escolhas, de compromisso com a responsabilidade e da compreensão de que o desenvolvimento sustentável exige instituições fortes e equilibradas.

Este livro registra essa trajetória. Mais do que relembrar um período difícil da nossa história, ele reafirma um compromisso: preservar as conquistas institucionais que o Espírito Santo alcançou e garantir que nunca mais retrocedamos.

Manter a estabilidade institucional e a segurança jurídica não é apenas uma tarefa de governo. É uma responsabilidade permanente de toda a sociedade capixaba.



**Renato Casagrande**  
Governador do Estado do Espírito Santo

## PALAVRA DO SECRETÁRIO

A *Ordem dos Poderes* nos convida a olhar para aquilo que raramente se torna visível: a engenharia institucional que sustenta uma sociedade. O Espírito Santo viveu décadas em que essa engenharia foi deliberadamente sabotada. A captura do Estado pelo crime organizado nos anos 1990, com ramificações pelos Poderes, não foi apenas uma crise de segurança pública, foi uma ruptura civilizatória.

A reconstrução que se seguiu é o coração deste livro. E ela não se deu por acaso: deu-se por escolhas e, em ampla medida, pela liderança do Governador Renato Casagrande. Sob seu comando, o Estado conquistou e manteve a Nota A do Tesouro Nacional, símbolo de equilíbrio fiscal e transparência, que estabeleceu as bases para que o Espírito Santo voltasse a investir com responsabilidade. O Fundo Soberano do Espírito Santo, reconhecido como o terceiro melhor fundo subnacional do mundo, acumulou mais de R\$ 2,3 bilhões em royalties do petróleo, direcionados à inovação tecnológica, ao financiamento da transição energética e adaptação às mudanças climáticas. Isso é soberania com propósito.

Assim, quando João Vitor Silva me apresentou a proposta dessa obra e coleção, reconheci de imediato o que ela representava: não apenas um registro histórico, mas um instrumento de prestação de contas ao povo capixaba. Sob a supervisão editorial rigorosa de Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, essa ideia avançou em consistência e qualidade que uma obra desta natureza exige.

Da perspectiva da ciência e da tecnologia, o que este livro evidencia é que a inovação não é um fim em si mesma, é o meio pelo qual instituições maduras entregam melhores resultados à sociedade. O Espírito Santo compreendeu isso e investiu, de forma sistemática, na transformação digital do Estado, na qualificação profissional de sua população e no uso estratégico do conhecimento como alavanca de desenvolvimento. Não se trata de projetos isolados, mas de uma visão de governança que coloca a tecnologia a serviço da cidadania, e que posiciona o Estado como indutor, e não apenas regulador, da inovação capixaba.

A pandemia testou tudo isso. E o Estado respondeu: expandiu leitos de UTI de 350 para mais de 1.200 sem recorrer a hospitais de campanha, porque havia estrutura, planejamento e, acima de tudo, instituições funcionando.

Este é o Espírito Santo que este livro apresenta ao Brasil e ao mundo. Um Estado que aprendeu com suas feridas e escolheu, conscientemente, a estabilidade como valor.



**Bruno Lamas**

Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação  
e Educação Profissional do Espírito Santo

## PALAVRA DO COORDENADOR

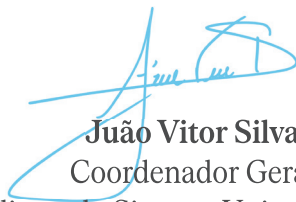
Esta obra e coleção nasceram de uma inquietação. Como servidor da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Espírito Santo e coordenador geral da Editora do Sistema Universidade do Espírito Santo (UniversidadES), acompanho de perto o esforço contínuo das instituições capixabas para se reinventarem, se fortalecerem e, sobretudo, servirem com excelência à população. E foi justamente essa convivência diária com o fazer institucional que me provocou uma pergunta essencial: como garantir que essas conquistas não se percam no esquecimento?

A Ordem dos Poderes faz parte de um projeto editorial pensado para registrar o percurso do Estado do Espírito Santo, das crises que quase capturaram suas instituições nos anos 1990 à construção de uma gestão pública referenciada pela estabilidade fiscal e pela mobilidade social.

A concretização desta publicação só foi possível graças ao apoio fundamental do Governador Renato Casagrande. Sua visão de Estado, traduzida em programas como o Estado Presente, o Fundo Soberano do Espírito Santo e os recordes em investimento, inspira cada capítulo aqui apresentado. O mesmo reconhecimento se estende ao Secretário Bruno Lamas, que compreendeu desde o início a dimensão estratégica desta iniciativa e viabilizou, dentro da SECTI, as condições institucionais para que o projeto saísse do papel.

Seu comprometimento com a produção de conhecimento como instrumento de desenvolvimento é o espírito que anima esta coleção. À Editora-chefe Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, deixo meu profundo reconhecimento. Sua liderança editorial, marcada por rigor intelectual, sensibilidade política e incansável dedicação, conferiu a esta obra o padrão de qualidade que ela merece.

O livro percorre quatro grandes momentos: o desencaixe institucional das décadas de 1990 e 2000; a busca pela reorganização democrática; a síntese contemporânea; e o equilíbrio atual entre os Poderes. Em cada ato, o leitor encontrará não apenas fatos, mas a força de um povo e de suas instituições em movimento. Que esta obra inspire novos olhares sobre o Espírito Santo que construímos juntos.



**João Vitor Silva**  
Coordenador Geral  
Editora do Sistema UniversidadES

# PALAVRA DA EDITORA-CHEFE

Foi uma honra e um privilégio ter recebido, em outubro de 2024, o convite para assumir como Editora Chefe da Editora UniversidadES. Trata-se de uma ideia criativa e arrojada, nascida no solo fértil de novas ideias que tem caracterizado a gestão de Bruno Lamas à frente da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI) e que tem produzido uma verdadeira revolução na Política de Ciência e Tecnologia do Estado do Espírito Santo.

Juão Vitor, um jovem e promissor pesquisador, assessor da SECTI, com ideias inovadoras e visão de futuro, ao propor a criação de uma Editora, no âmbito da SECTI, que estivesse a serviço do Estado, fomentando o registro das políticas públicas estaduais e estimulando gestores e servidores a registrar suas realizações, valoriza a ciência como espaço fundante da Editora.

Apresenta um robusto e complexo projeto de pesquisa à Fapes, no qual se propõe a produzir 12 livros, nos quais as principais políticas públicas do Espírito Santo estejam retratadas por meio das vozes dos principais atores que vivenciaram essas políticas e que lhes deram vida, ajudando a construir o que temos hoje.

As obras que ora chegam às mãos da sociedade capixaba são frutos de um exaustivo trabalho de investigação que envolveu profissionais com as mais diversas formações: juristas, historiadores, jornalistas, cientistas da informação, linguistas, bibliotecários, enfim, pesquisadores com formações plurais e com visões de mundo muito diferentes, o que garantiu a riqueza dos textos e das análises que as obras contêm.

Partiu-se de uma ideia, de um sonho, de uma visão estratégica sobre a importância de que o Estado tivesse uma Editora própria: espaço preparado, não comercial, comprometido com o coletivo e não com o individual. Espaço fundamentado na compreensão de que a ciência e a política pública caminham juntas e precisam ser comunicadas, ora com linguagem sofisticada e controlada por métodos e técnicas da ciência, dirigida aos iniciados no processo de produção científica, com seu hermetismo natural, ora com linguagem comprometida com a compreensão daqueles que não vivenciam o cotidiano da academia. Linguagem acessível a todos, para que

faça sentido como linguagem passível de apreensão pelo homem comum do povo, não especializado, mas de forma a servir para popularizar a ciência e a política.

A Editora UniversidadES traz, em sua essência, o compromisso com o registro de um tempo, o tempo vivido na política pública, nos compromissos do Estado com a transparência e a capilarização da informação, na publicização do que se realiza e na visão crítica que possibilita a todos fazerem suas leituras e avaliações do que vem sendo produzido no Estado do Espírito Santo.

Essas obras são de uma riqueza histórica que não podemos avaliar hoje. O tempo mostrará a relevância de preservar a memória, aquilo que juntos construímos na política, na sociedade e nos espaços de produção de ciência e tecnologia, como fundamentos do avanço que alcançamos.

A editora UniversidadES nasce com o compromisso de servir à Ciência, à Tecnologia, à Informação, à Educação e à sociedade capixaba, na medida em que possibilita as condições necessárias, inclusive logísticas, para que os diversos órgãos e os atores que compõem a vida pública, seja na gestão, seja na execução, seja na avaliação, seja na crítica das políticas públicas, encontrem o substrato necessário e as condições indispensáveis para que a memória não se perca no cotidiano que, muitas vezes, impede o registro da história que não pode ser esquecida.

Que a leitura desta obra, que faz uma retrospectiva analítica dos tempos sombrios que vivemos no Estado, em um passado não muito distante, no qual a insegurança jurídica era uma realidade incontestada e a falta de estabilidade institucional nos afetava a todos, nos permita saborear, vigilantes, os tempos de paz, diálogo e prosperidade de que gozamos hoje.



**Elda Coelho de Azevedo Bussinguer**  
Editora-chefe da Editora UniversidadES



“ Reunimos recursos, capacidade,  
experiência e determinação  
para recolocar o Espírito Santo  
no caminho do desenvolvimento  
econômico e do equilíbrio social ”

**RENATO CASAGRANDE**

# INTRODUÇÃO

Quando as instituições são estáveis, leis são cumpridas, contratos são respeitados, serviços públicos funcionam e o cidadão sabe o que esperar do poder público amanhã, no próximo mês e daqui a dez anos. Onde as regras são claras e duradouras, o investimento privado encontra terreno fértil, empregos e arrecadação crescem, criando o ciclo virtuoso que financia escolas, hospitais, estradas, portos e aeroportos.



O lixão de São Pedro por muitos anos foi o simbolismo de toda ausência de políticas públicas para a população mais necessitada do Estado.

A instabilidade rompe esse ciclo pela raiz. Governos que operam sob disputas institucionais crônicas tendem a incorrer em endividamento crescente, comprometendo parcelas cada vez maiores do orçamento público com recursos que, de outra forma, financiariam leitos hospitalares e salas de aula.

O resultado não é abstrato: é a obra de saneamento que não sai do papel, o concurso público cancelado, o medicamento em falta na unidade de saúde. Quando o Estado perde sua capacidade de investir por conta de um passivo de instabilidade política e má gestão institucional, quem arca com o custo não é o governo, mas o cidadão que espera meses por uma consulta especializada, a criança em uma escola onde professores estão com salários atrasados e sem estrutura de trabalho.

O Espírito Santo conheceu esse contrário. Por cerca de doze anos, a partir da última década do século XX, o Estado viveu sob uma lógica de captura institucional que subvertia a ordem democrática por dentro. Não houve ruptura explícita, nenhum evento único que pudesse ser apontado como o dia em que tudo desandou. Foi um deslizamento gradual, quase imperceptível no dia a dia, mas devastador em seus efeitos acumulados.



O Executivo perdeu o controle do orçamento e a capacidade de coordenar a máquina pública. Grupos com interesses próprios passaram a orientar decisões que deveriam ser do Estado e, portanto, de todos. A máquina pública, que deveria ser o instrumento da política social, tornou-se moeda de troca.

O governo investiu em vários projetos com foco na mobilidade: rodovias, a volta do aquaviário e ampliação da rede Transcol. Foto: divulgação.

Para quem vivia isso de perto, a sensação era de um governo que existia no papel, mas operava segundo outra gramática. Contratos travados. Políticas sem continuidade. Servidores sem clareza sobre para quem, afinal, trabalhavam. O prejuízo não ficou nos balanços orçamentários, ficou na vida das pessoas que dependiam do Estado para ter acesso ao básico.

“O Poder Executivo tem a liderança política. Quando o Poder Executivo perde a liderança política, as instituições se desorganizam. Porque o Poder Executivo é o executor, o coordenador e o líder do orçamento”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

Os números da segurança pública contam, com precisão aritmética, o custo humano de um Estado capturado e o valor de um Estado que se reconstrói. No período mais agudo da instabilidade institucional capixaba, a taxa de homicídios chegou a 58,3 mortes por cem mil habitantes, uma cifra que colocava o Espírito Santo entre as regiões mais violentas do mundo. O contraste com o presente é radical: em 2025, o Estado encerrou o ano com o menor patamar em quase três décadas, tornando-se a primeira vez em trinta anos que o número ficou abaixo de 800. Essa redução não é obra do acaso. É resultado de um processo deliberado de investimento e coordenação institucional, através do Programa Estado Presente: ampliação do efetivo da Polícia Militar, aumento expressivo dos recursos destinados à segurança pública e a implantação de um cerco inteligente de monitoramento que, com câmeras embarcadas em viaturas e tecnologia de reconhecimento facial integrada, já resultou em centenas de prisões de foragidos, em determinados dias, dez em apenas vinte e quatro horas. Cada homicídio a menos não é apenas um dado estatístico: é uma família que





O Governador na solenidade de formatura de 915 soldados que concluíram o Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública. Imagem: Secom. 2025.

não perdeu seu filho, uma mãe que não ficou sem resposta, uma vida que seguiu seu curso.

A recomposição da capacidade do Estado de entregar obras e serviços é igualmente representativa. O Espírito Santo tornou-se, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado que mais investe em infraestrutura em proporção à sua receita, 20% destinados a esse fim em 2024, índice significativamente superior à média nacional. Esse esforço se materializa de maneiras que transcendem o orçamento público. A Ciclovía da Vida, estrutura de 3,5 quilômetros instalada sob a Terceira Ponte que liga Vitória a Vila Velha, é um dos exemplos mais emblemáticos de como uma obra pública pode salvar vidas de formas que nenhum manual de política prevê. Projetada para ampliar a mobilidade urbana, ela funciona simultaneamente como rede de proteção: desde sua inauguração, os registros de suicídio na ponte zeraram, com dois anos consecutivos sem nenhum caso. Mais de 550 mil viagens já foram realizadas por seu percurso. O que poderia ter sido tratado apenas como problema de saúde ou segurança pública revelou que, quando o Estado está presente e pensa o interesse coletivo em sua integralidade, a infraestrutura pode salvar vidas que nenhuma outra política alcançaria.

MOBILIDADE

## Ciclovía da Vida completa um ano e põe fim aos casos de suicídio na 3ª Ponte

27 de agosto de 2024



Ciclovía da Vida completa um ano de funcionamento com mais de 500 mil viagens. Foto: Secom ES

A Ciclovía da Vida atendeu a questões de micromobilidade entre Vitória e Vila Velha, além de ser uma solução para os casos de suicídio na 3ª ponte.

**Além de salvar vidas, o equipamento virou atração turística, com mais de 550 mil ciclistas em seu primeiro ano, sendo a mais alta das Américas**

Na saúde e na geração de oportunidades, o antes e o depois têm faces igualmente concretas. O Espírito Santo é hoje o único Estado brasileiro com cobertura de 100% do SAMU em todos os seus 78 municípios. A garantia de que, independentemente de onde um capixaba viva, o Estado chegará nos casos de urgência e emergência. Quando o aparato estatal estava desestruturado, o que se interrompia não era apenas a prestação de serviços: era a perspectiva de futuro para cidadãos que não encontravam no poder público um aliado. O programa Qualificar ES reverteu parte dessa lógica com mais de 500 mil oportunidades criadas para que os capixabas pudessem empreender, qualificar-se e ingressar no mercado de trabalho com ferramentas reais, cursos gratuitos nas áreas de empreendedorismo, inovação e tecnologia, alinhados às demandas de uma economia que hoje trabalha próxima ao pleno emprego. Não se trata apenas de redistribuição de renda, mas de redistribuição de dignidade.



O Qualificar ES permite que jovens e adultos consigam qualificação técnica certificada para atuarem no mercado de trabalho.  
Imagem: Secom.

Na educação, a transformação é visível nas salas de aula. Mais de 75% das escolas estaduais foram climatizadas, e o Estado chega a 2026 com 231 unidades em regime de tempo integral, oferecendo vagas com cultura, esporte e tecnologia. Mais de 150 mil alunos estudam hoje em escolas equipadas com laboratórios de robótica e espaços makers (ambientes

onde o conhecimento não é apenas transmitido, mas experimentado). Pelo segundo ano consecutivo, o Espírito Santo recebeu o Selo Ouro do Ministério da Educação no programa nacional de alfabetização, consolidando-se como referência em um dos indicadores mais fundamentais de equidade educacional. É uma diferença que se mede em pontos de avaliação, mas que se vive na trajetória de uma criança que aprende a ler em um ambiente digno, com um professor presente e motivado, e não em um Estado onde o salário do servidor era moeda de troca política.

O processo de reconstrução institucional deixou marcas também na forma como os poderes do Estado passaram a se relacionar entre si e com a sociedade. A Assembleia Legislativa do Espírito Santo foi eleita, pelo segundo ano consecutivo, a mais transparente do Brasil, com nota máxima de 100% em transparência ativa e o Selo Diamante, a mais alta classificação concedida às instituições que cumprem de 95% a 100% dos critérios nacionais de governança pública. O Ministério Público estadual atua de forma ampla e irrestrita no combate à corrupção, na defesa do meio ambiente e na proteção dos direitos fundamentais. O Tribunal de Justiça do Espírito Santo percorreu, nesse mesmo período, sua própria jornada de fortalecimento institucional. Como toda instituição humana sujeita às pressões de um ambiente político em desequilíbrio, o TJES enfrentou momentos que exigiram de si mesmo o que sempre exigiu dos outros: a aplicação rigorosa do direito, sem distinção de cargo ou posição, inclusive aos próprios quadros. Foi justamente nessa disposição de se corrigir com os mesmos instrumentos que usa para corrigir o Estado que a instituição demonstrou sua solidez. E foi nesse mesmo espírito de reinvenção que o Tribunal migrou do analógico para o digital, implantando o processo eletrônico em escala, realizando audiências por videoconferência e reduzindo distâncias que a burocracia em papel jamais conseguiu encurtar. Ao final desse percurso, em dezembro de 2025, o Tribunal elegeu, por unanimidade e pela primeira vez em seus mais de 100 anos de história, uma mulher para presidi-lo, um marco que não é apenas simbólico, mas a expressão mais concreta de uma instituição capaz de se renovar e escrever novos futuros.

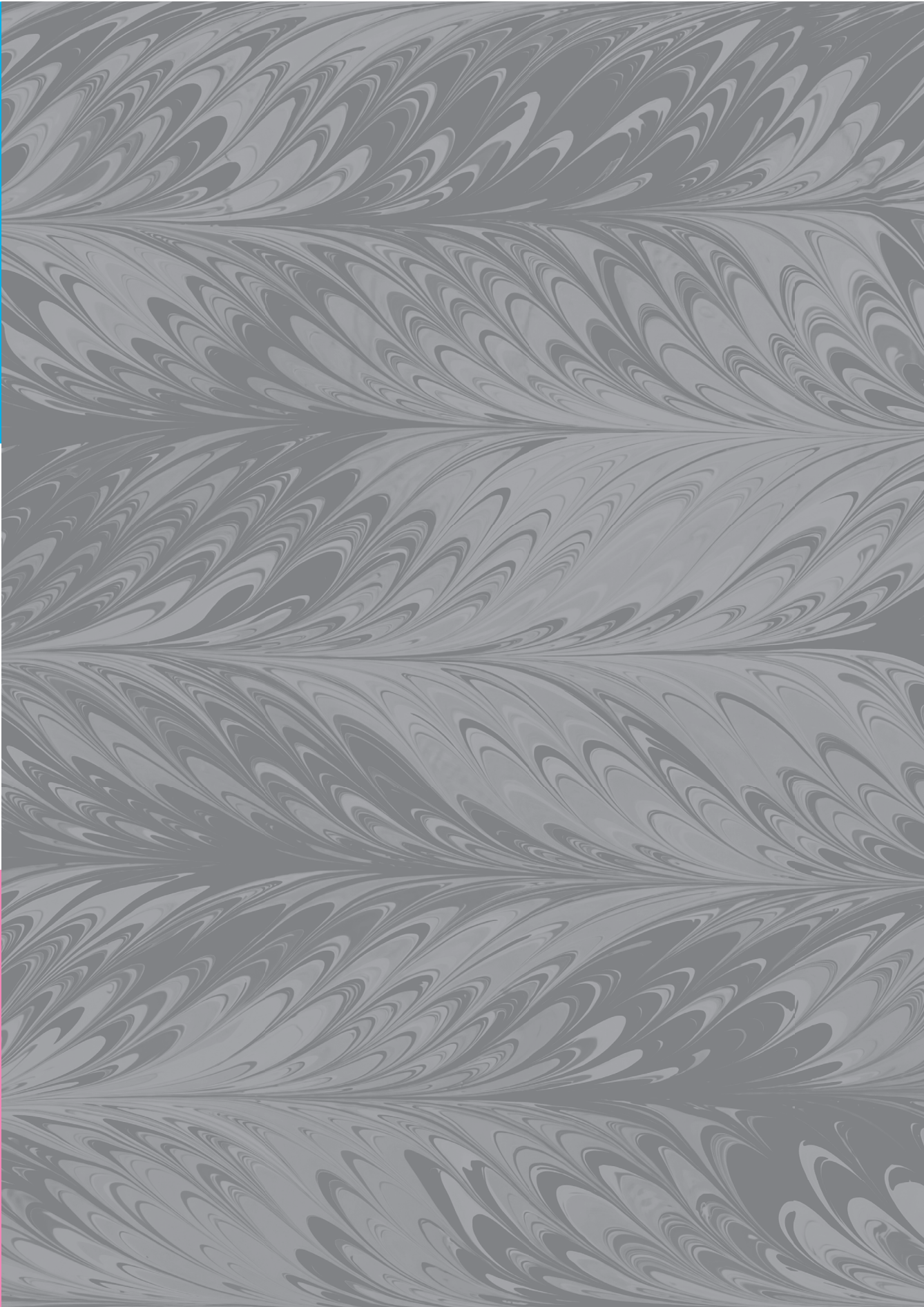
Em paralelo, os 78 municípios capixabas alcançaram em 2024 o maior volume de investimentos públicos de sua história desde que os registros começaram a ser feitos, em 1998: R\$ 4,41 bilhões aplicados em obras, equipamentos e serviços, que se somam aos R\$ 4,5 bilhões investidos pelo

próprio Estado no mesmo ano, também em patamar recorde, destinados à educação, saúde, infraestrutura e segurança pública. São R\$ 137,6 bilhões em investimentos anunciados para o período até 2029, o maior volume da série histórica. Mas talvez o símbolo mais eloquente dessa transformação não esteja nos balanços orçamentários, e sim em uma decisão que só um Estado que aprendeu a pensar além do mandato seguinte consegue tomar: a criação do Fundo Soberano do Espírito Santo (FUNSES), pioneiro entre os Estados brasileiros, capitalizado mensalmente com receitas de royalties e participações especiais do petróleo, com o propósito explícito de transformar um recurso finito em legado permanente para as gerações futuras.

Em 2025, o FUNSES acumulou patrimônio de R\$ 2 bilhões: R\$ 500 milhões desses recursos foram aportados no recém-lançado Fundo de Descarbonização, estruturado para financiar a transição energética capixaba com capacidade de alavancar quase R\$ 1 bilhão em projetos de energia limpa; outros R\$ 250 milhões foram destinados à diversificação através da inovação de uma economia historicamente dependente de commodities. O reconhecimento veio de fora: em ranking que avaliou 100 fundos soberanos de 60 países, o FUNSES foi eleito o terceiro melhor do mundo e o melhor da América Latina, com a mesma pontuação obtida por fundos de países como Estados Unidos e Bélgica. Um Estado que, não faz tanto tempo, mal conseguia honrar a folha de pagamento de seus servidores passou a gerir, com transparência e visão de longo prazo, uma poupança geracional capaz de competir com as melhores do planeta.

Este livro é sobre essa jornada. De um Estado que perdeu e depois recuperou a ordem dos seus poderes. Uma história que começa na desorganização e enfrenta a busca permanente pela manutenção do equilíbrio encontrado. Porque estabilidade institucional não é um destino. É uma prática diária, uma escolha que precisa ser refeita a cada decisão, a cada orçamento aprovado, a cada política que sai do papel e chega, enfim, à vida das pessoas.

\* \* \*



# Ato I

O Desencontro dos Poderes:  
uma ofensa ao povo (1990 - 2002)



# Capítulo 1

## Tempo da Tormenta

O Espírito Santo teve os elementos necessários para crescer ainda mais durante os anos 1990: fim do regime civil-militar, abertura econômica, grandes empresas entrando em operação, fluxo migratório favorável, com reflexos no comércio. No entanto, o que se viu foi uma tempestade se armar no horizonte.

No cenário nacional, Fernando Collor de Mello (PRN, 1990-1992) assumiu o Executivo da nação e, no dia seguinte, surpreendeu a todos com o confisco da moeda. Em escala diferente, o ponto comum entre Brasília e Vitória era o mesmo: a disputa pela capacidade de comando do Executivo e pela coordenação efetiva do Estado em um contexto de transição. Localmente, Albuíno Azeredo (PDT, 1991-1995), eleito com o apoio do antecessor, Max Mauro (PMDB, 1987-1991), assumiu um Estado organizado. Em ambos os cenários, nacional e estadual, estava em disputa qual grupo conseguiria estabelecer forças no comando direto e indireto da coisa pública.

Havia as elites que apoiavam o regime civil-militar que, mesmo enfraquecidas, buscavam manter sua influência. De outro lado, os representantes das forças democráticas tinham que demonstrar para a população para que vieram e se, de fato, conseguiriam proporcionar políticas públicas a favor do povo. Existia também aquele grupo que pendularia para onde conseguisse mais benefícios.

No Espírito Santo, essas forças atingiram em cheio o Executivo, minando sua atuação. Tal movimento ficou conhecido como “crime organizado”, que atuou no campo político e teve também forte presença na segurança, atingindo também o Sistema Judiciário.

Albuíno teve reconhecimento da população e das elites locais por ser professor universitário e por ter vindo dos quadros da então estatal Companhia Vale do Rio Doce. Tais atuações o qualificaram aos olhos da população. Todavia, ele não tinha uma experiência militante na política, o que abriu brechas para grupos oportunistas atuarem, conseguindo espaços políticos de forma legítima para atos não republicanos, que favoreceram a interesses particulares, individuais ou de grupos, em detrimento dos interesses públicos. Seu governo foi a porta de entrada para a desestabilização institucional.

A partir desse momento, o Espírito Santo buscou sobreviver dentro da tempestade. A imprensa figurou o Estado como um dos mais violentos do país.



“Mas, para se falar em estabilidade jurídica, penso que não compete a um poder só, mas às instituições de uma forma geral, ao Legislativo, com a sua obrigação; ao Executivo, ao Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas. E quando nós falamos desse momento nebuloso que passamos entre 90 e 2004, havia uma ligação muito grande e fora da normalidade, fora da ética entre todos eles. Havia uma contaminação”.

**JANETE VARGAS SIMÕES**  
DESEMBARGADORA E PRESIDENTE DO TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

Grupos de extermínio com raízes em outros Estados encontraram aqui uma ambiência favorável para operar, e não tardaram a criar vínculos locais. O que tornava essa rede particularmente difícil de combater não era sua brutalidade, mas sua composição: delegados, juízes, advogados, desembargadores e profissionais liberais figuravam entre seus integrantes. Gente com trânsito livre nas instituições, com nome e reputação a proteger e, por isso mesmo, com muito mais capacidade de circular, articular e se blindar do que qualquer organização criminosa comum. Com acesso direto à estrutura estatal, esse tipo de rede não apenas protegia seus próprios interesses, mas produzia efeitos concretos e silenciosos sobre o funcionamento do Estado.

Na política local, novas forças políticas na Assembleia usurparam as atribuições do Executivo para impor seus interesses. Contratos irregulares, distorções das leis para interesses particulares, aliciamento de empresas grandes por meio de propinas. Além disso, uma série de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) foi utilizada como instrumento de enfraquecimento do Executivo.

A população sentiu. O cenário nacional adotou a política da desestatização, e as empresas escolhidas estavam no Espírito Santo. Assim, a privatização da Companhia Siderúrgica de Tubarão (atual ArcelorMittal), da Vale e do Sistema Telebrás promoveu uma massa de desempregados. Por outro lado, o governo, já desestabilizado, começou a atrasar salários, fator que atingiu todos os governos dessa década. A máquina pública estadual estava imobilizada para socorrer a população.

O Espírito Santo saiu dos interesses do governo central, diferentemente das duas décadas anteriores. Os presidentes deixaram para o cenário político local se reorganizar. Isso se deu porque as forças locais não se alinhavam com o Planalto. A ajuda federal poderia ter amenizado as dificuldades locais, mas o ocorrido permitiu que o grupo democrático se organizasse para sair da tormenta.

Como representante da sociedade civil organizada, estava o nome do Dr. Agesandro da Costa Pereira. Além dele, Renato Casagrande foi uma figura importante, organizando a cena política para a retomada da estabilidade institucional, dispendo e organizando os quadros e atuando diretamente para trazer o Espírito Santo à sua condição de desempenho, restabelecendo a rotina entre os poderes.

O Executivo necessitava recuperar seu capital simbólico para comandar. Era necessário fazer tais forças serem novamente percebidas pelas ações do ente: a proposição de políticas, a busca de consenso com a população e a classe política, bem como a destinação das verbas para garantir a execução e a efetivação das políticas públicas. Quando políticas são formuladas, financiadas e executadas de modo contínuo, elas deixam de ser exceção e passam a organizar a rotina institucional, fazendo com que fossem incorporadas à rotina, a ponto de se tornarem algo visto como cultura local.

\* \* \*

Democracia. Essa era a palavra de ordem. Depois dos movimentos que levaram ao fim do regime civil-militar, era tempo de o povo retornar às urnas para eleger seus representantes. O povo pôde, novamente, escolher o representante da cadeira do Executivo, bem como eleger os 30 deputados do Espírito Santo.

A redemocratização, assim como um recém-nascido, estava sujeita a todo tipo de contaminação. O processo permitia que pessoas e grupos conscientes viessem a compor forças para construir um novo país e um novo Espírito Santo. Mas também permitia que pessoas e grupos com interesses próprios, conservadores e reacionários, se valessem das instituições para construir uma agenda própria.

O voto ainda era impresso. Ao chegar ao local de votação, o eleitor pegava as cédulas, assinalava o candidato escolhido e depositava a cédula na urna. Depois, eram dias de espera pela apuração, realizada em escolas e estádios.

Os resultados trouxeram uma nova figura: Renato Casagrande, eleito pela primeira vez. Castelo, sua terra natal, mostrava a sua força ao fazê-lo seu representante. Mas não era somente o voto de Castelo. Estavam também as cidades próximas, que lutavam para que o governo olhasse para o sul e trouxesse investimentos para além de Cachoeiro de Itapemirim, a cidade-polo mais relevante de todo o sul.

Renato começou a militar politicamente na Universidade de Viçosa, em Minas Gerais, academia com forte tradição nas ciências voltadas para a terra, onde cursou Engenharia Florestal. Na universidade, participou das discussões sobre políticas ambientais. Nas vindas a Castelo, colaborou com

a montagem de uma associação acadêmica e outra voltada para a educação e a proteção ambiental.

No final dos anos 1970, Paulo Marcos Lomba Galvão foi eleito prefeito em Castelo, e Casagrande participou de sua campanha. Dessa forma, recebeu o convite para atuar na prefeitura como coordenador do desenvolvimento rural e do meio ambiente. Isso proporcionou andar pelas comunidades, conhecer suas realidades e desenvolver a educação ambiental localmente.

Até aquele momento, o seu desejo era ser pesquisador da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária (Emcapa), atual Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), e a política, naquele momento, não estava nos horizontes. Perto de se formar, por volta de 1982, foi conversar com Paulo Marcos Lomba Galvão, então presidente da instituição, sobre a possibilidade de uma vaga para atuar como pesquisador ou como engenheiro florestal. Na época, Gerson Camata (PMDB, 1983-1986) era o governador.

Ao retornar formado, em 1983, a política havia se tornado assunto central nos debates. Casagrande lembra que o PMDB estava forte e, como partido, venceu quase todas as disputas eleitorais de 1982, evidenciando que o governo civil-militar, de fato, perdia sua hegemonia após a abertura política, em 1979, ano que, oficialmente, pôs fim ao bipartidarismo no Brasil. Essa realidade nacional também se refletia localmente.

A oportunidade de andar por sua região, de se reunir com as pessoas e ouvir os seus problemas, trouxe a Casagrande a percepção de suas origens, de como aquela realidade era a sua realidade. Isso, naturalmente, culminou na chance de atuar na política. A primeira experiência foi compor a chapa como vice-prefeito; no entanto, não venceu o pleito.

Nas eleições de 1989, Renato candidatou-se a deputado estadual, sendo eleito. Foi o único do Partido Socialista Brasileiro (PSB) na Assembleia Legislativa e, assim, veio a fazer parte da composição das bancadas, estando na condição de apoio ao governo de Albuíno Azeredo (PDT, 1991-1995), sucessor de Max Mauro (PMDB, 1987-1991), que disputou as eleições contra José Ignácio Ferreira. Galvão, ex-prefeito de Castelo, foi atuante na campanha de Mauro e tornou-se o seu secretário de Agricultura.

“Momento importante, porque Albuíno foi o primeiro governador negro do PDT, o Max Mauro terminou o mandato bem avaliado, um governador com características de ser muito sério, e terminou com o Estado totalmente organizado e equilibrado”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

Azeredo imprimiu uma forte marca como secretário de Planejamento de Mauro, além de ser ex-funcionário da Companhia Vale do Rio Doce e professor de Engenharia na Universidade Federal do Espírito Santo.

Sua capacidade técnica permitiu uma aproximação com os prefeitos e o estabelecimento de uma convivência e de uma boa relação. No entanto, é importante salientar que Albuíno não tinha, em sua formação, uma vivência e experiência políticas.

Aquela eleição foi marcante. Ronaldo Luiz Cassundé relata que Albuíno Azeredo passou a ser percebido como o responsável por abrir o governo estadual ao diálogo direto com os prefeitos. Segundo ele, até então era comum que as administrações municipais dependessem da intermediação de deputados estaduais ou federais para encaminhar suas demandas. Albuíno teria criado um canal de interlocução direta entre os chefes dos Executivos municipais e o governo do Estado.

Cassundé observa ainda que, se, por um lado, Max Mauro havia saneado as contas públicas do Espírito Santo, criando condições para investimentos relevantes em diversos municípios, por outro, Albuíno demonstrou habilidade política ao direcionar a aplicação desses recursos de modo a gerar

dividendos políticos para o governo e para sua própria atuação como Secretário de Planejamento. O pesquisador destaca também que Albuíno realizava frequentes viagens ao interior, onde acumulava conhecimento sobre as complexas disputas locais, consolidando, como marca de sua atuação, um comportamento de caráter suprapartidário.

Os prefeitos utilizaram essa aproximação como uma forma de ter controle no Executivo sobre pautas de seu interesse, fato que colaborou para o gradativo enfraquecimento do governador.

\*\*\*

Entre os 30 deputados eleitos, estava José Carlos Gratz, também empossado para o seu primeiro mandato. Ele chegou à Assembleia com os votos de Ibirapu, sua terra natal.

Antes da vida parlamentar, teve atuação ligada a atividades posteriormente objeto de controvérsia pública. Ainda assim, sua entrada na política foi apresentada por ele como uma mudança de rumo. Em entrevista à Folha de S.Paulo, revelou suas motivações: “meu negócio era cassino e jogo do bicho. Parei em 1990, quando assumi meu primeiro mandato. Vendi tudo e entrei na política para combater os pilantras que me sequestraram e me deixaram uma semana preso na Polícia Federal, sem mandato, sem processo”.

Ao chegar ao poder, o deputado usou sua condição de parlamentar para agir em causa própria, quebrando, intencionalmente, o espírito constitucional que rege os princípios da “Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência” do serviço público.

O parlamentar soube interpretar bem o seu momento, ler quem estava na cadeira do Executivo e colocar suas exigências. Tal atitude teve um preço institucional: o Executivo, gradativamente, abria mão de governar.

\*\*\*

O novo cenário político brasileiro, democrático, abriu um horizonte de expectativas, no qual a questão social seria levada em conta pelos políticos. O Brasil estava em mudança estrutural, de um regime fechado para outro, aberto. Era necessário colocar toda a casa em ordem. A nova Constituição Brasileira dava os rumos sociais, e caberia aos políticos ter a capacidade de traduzir o caráter cidadão presente no texto constitucional.

O país enfrentava um processo devastador, com a economia arruinada. Os anos dos governos militares, apesar de também nacionalistas e desenvolvimentistas, incorporaram a lógica de mercado do capital. O sistema público não era para todos. Um exemplo disso foi o campo da saúde, no qual somente pessoas empregadas tinham o direito ao atendimento. As elites tradicionais continuavam no comando e distorciam o sentido da coisa pública. Todas as necessidades de desenvolvimento de políticas públicas para o atendimento à população eram deixadas de lado com o argumento de que eram “comunistas”. Isso foi um instrumento de enfraquecimento da organização social e do atendimento populacional, da forma devida, que marcou a primeira metade do século XX e os anos de chumbo.

Muitos acreditavam que o simples fim do regime civil-militar resolveria os problemas do Brasil. No entanto, não foi o que se viu. No cenário nacional, a campanha presidencial de 1989 foi marcada por forte disputa de narrativas e por uma comunicação política muito concentrada na televisão, no horário eleitoral e nos debates. Em uma eleição com grande número de candidaturas, vozes identificadas com agendas populares e trabalhistas, como as de Leonel Brizola (PDT) e Lula (PT), enfrentaram um ambiente em que a disputa por credibilidade pública e por enquadramentos favoráveis passou a ser decisiva, inclusive porque Brizola acabou fora do segundo turno por diferença estreita, em uma apuração altamente competitiva.

No segundo turno, a polarização entre Collor e Lula intensificou esse cenário. Lula foi alvo de ataques e de peças de caráter negativo, que buscaram fragilizar sua imagem perante o eleitorado, enquanto Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, consolidou-se como candidato de um discurso de “moralização” administrativa e de eficiência. A controvérsia sobre a edição e a repercussão do debate final no noticiário televisivo tornou-se, ela própria, parte da memória pública daquele pleito, a ponto de a própria emissora registrar, em seus arquivos de “erros”, que a edição não foi equilibrada e que o episódio motivou a decisão posterior de não editar debates políticos.

Tudo isso ocorreu em um país de salários corroídos pela inflação, em que a instabilidade do cotidiano econômico condicionava expectativas e medos. Já no início do governo Collor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação no Brasil, calculado mensalmente pelo IBGE, alcançou, em março de 1990, sua maior variação mensal histórica, de 82,39%. Nesse mesmo início, o Plano Collor, formalizado por

medida provisória de 15 de março de 1990 e operacionalizado com medidas anunciadas ao país na sequência imediata, incluiu o bloqueio de liquidez de ativos financeiros, conhecido como confisco da poupança. Para a população, foi um choque de grandes proporções, que se somou ao trauma de ver as economias familiares tornarem-se, de um dia para o outro, inacessíveis. Esse abalo de confiança, combinado ao desgaste social provocado pela inflação, moldou o clima político e econômico com o qual os Estados precisaram lidar.

Localmente, se os anos 1980 foram marcados como “década perdida”, no Espírito Santo havia sinais contraditórios: o quadro nacional pressionava o cotidiano, mas a base produtiva recém-estruturada começava a operar. A entrada em operação da Companhia Siderúrgica de Tubarão e do Porto de Praia Mole, destinado ao transporte de produtos siderúrgicos, ambos em 1984, trouxe certo fôlego interno, o que permitiu também a Max Mauro entregar a casa organizada para Albuíno Azeredo.

Albuíno foi um governo que projetou o Espírito Santo quando recebeu grandes personalidades, como o Papa João Paulo II, o então Príncipe de Gales, hoje Rei Charles III, e Nelson Mandela. A visita do presidente sul-africano foi repleta de simbologias, sobretudo por representar a consolidação de uma nova etapa política na África do Sul, marcada por inclusão, diálogo e reconciliação. Também foi uma forma de celebrar a diversidade e lutar contra o apartheid, política que separava brancos e pretos na África do Sul. Mandela teve um governo marcado pelo diálogo e pela reconciliação, após 27 anos preso pelo regime de segregação racial. Mais de 7 mil pessoas foram ao Estádio Engenheiro Araripe, em Cariacica, ouvir o discurso de Mandela.

Como engenheiro, Albuíno atacou frentes necessárias de atuação em infraestrutura, como investimentos em saneamento básico, infraestrutura rodoviária para o interior, com ampliação da malha de rodagem, bem como o Programa de Despoluição dos Mananciais Litorâneos do Espírito Santo (Prodespol). O Sistema Transcol, transporte público da região metropolitana da Grande Vitória, implantado por seu antecessor, continuou a receber investimentos em sua gestão.

No entanto, à medida que o governo de Azeredo progredia, cada vez mais ele se afastava das origens progressistas, do ideário do nacional-desenvolvimentismo, do apoio do seu antecessor e tornou-se uma frustração ao final

do mandato. Ainda não vigorava a opção da reeleição. Seu governo inaugurou o processo de crise no Espírito Santo.

A ausência de uma tradição e de formação partidária em sua trajetória levou Albuíno a uma fraca condução política, sem capacidade de compor uma coalizão partidária para dar sustentação dentro do grupo político que o elegeu, “a Frente Democrática Capixaba (PDT, PSB, PTB e PC do B)”.

\* \* \*

Diante da complexidade dos fatos, vale organizar o raciocínio para compreender as forças políticas que atuavam naquele momento. Havia um grupo que ainda percebia com bons olhos a continuidade do regime autoritário e outro que percebia a necessidade de políticas democráticas.

Redemocratizar requer também compreender as forças políticas do momento, tanto as que deixavam o governo autoritário quanto as que atuavam na lógica democrática, sejam elas na esfera da União, do Estado ou do Município, e quem são os atores políticos que atuavam naquele palco. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) congregavam, dentro de si, grupos antagônicos, pois a legislação somente permitia dois partidos. Com a abertura política e a permissão do pluripartidarismo, cada segmento foi buscar o seu espaço junto à população.

Assim, é preciso rastrear os indícios que possibilitaram a desestabilização do Espírito Santo, considerando as forças reacionárias e progressistas.

Sempre há radicais. E, no campo mais alinhado à direita, surgiram nomes e forças políticas organizadas a partir dos prefeitos mais alinhados ao então Partido da Frente Liberal (PFL, hoje União Brasil). Conforme Cassundé, os prefeitos articularam-se em torno da ideia de fortalecimento da causa municipalista, associando esse discurso à valorização da capacidade de mobilização popular das lideranças locais. Esse alinhamento teria impulsionado o crescimento acelerado da mobilização iniciada pelos prefeitos do PFL, que rapidamente assumiu caráter suprapartidário e se expandiu para outras regiões do Estado.

Nesse contexto, representando as forças conservadoras, Albuíno Azeredo venceu a disputa contra José Ignácio Ferreira, personagem atuante na transição do regime autoritário para a democracia. Embora Ferreira tenha defen-

dido a anistia em momentos anteriores, quando se abriu a possibilidade de atuação mais direta no campo político, diferentes correntes dissidentes do governo civil-militar passaram a se articular em torno de seu nome. Gerson Camata integrou esse movimento, ainda que seu partido, o PMDB, mantivesse histórico alinhamento com a luta pela redemocratização.

O PMDB colocou-se numa condição de contradição com o seu histórico de luta democrática, o que ajuda a entender, adiante, as dificuldades de composição progressista do governo Albuíno. Isso ocorreu porque o PMDB de Camata era fundamental para compor a base aliada da governabilidade do Estado. Surgia, no plano estadual, a posição do PMDB como fiel da balança. Sem o PMDB, diminuían as chances de composição e, para manter a governabilidade, o governador buscou aliados em outra arena política, o que levou à desestabilização.

A partir do momento em que o PMDB se eximiu do seu papel hegemônico, abriu espaço para o crescimento e a articulação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Espírito Santo. O professor Ueber Oliveira, historiador, coloca que o PMDB capixaba se enfraquecia devido às lutas internas, afastando-se dos ideais da redemocratização e tornando-se mais pragmático. As forças progressistas vindas da redemocratização ainda estavam em formação, constituindo seus quadros políticos e construindo seus programas, tanto na prática quanto nas mentes da população.

Naquele momento, a leitura feita pelas lideranças foi a do risco político: havia sinais de uma possível ingovernabilidade. Dessa forma, seria possível deixar espaço para testar novos atores. E a bola da vez seria Vitor Buaiz e o seu Partido dos Trabalhadores.

Já as forças populares vieram na crescente campanha do recém-criado Partido dos Trabalhadores. Recuperando um breve histórico dos anos 1980, esse novo partido teve sua primeira experiência nas urnas capixabas nas eleições de 1982, com o candidato Perly Cipriano, militante estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo, preso político em 1969, que ficou encarcerado até 1979. Nesse momento, Cipriano foi um dos atuantes pela anistia dentro da prisão e, nas visitas dos defensores democráticos que recebia, sabendo da possibilidade de abertura política, mesmo preso, tornou-se um dos formuladores do Partido dos Trabalhadores. Era, então, natural a sua candidatura ao governo do Espírito Santo. Daquele momento em diante,

deu-se a construção de uma base até chegar à eleição de Vitor Buaiz, substituto de Albuíno Azeredo.

\* \* \*

A radiografia social do Espírito Santo era dramática: com uma população estimada de 2,8 milhões de habitantes, 710 mil pessoas estavam em situação de extrema miséria, passando fome; mais de 400 mil eram analfabetas; mais de 250 mil estavam desempregadas, com 80% da população economicamente ativa recebendo até dois salários mínimos; déficit de mais de 140 mil moradias; sistema de educação, saúde e segurança em frangalhos; e aumento generalizado da violência, inclusive com o fortalecimento de grupos de extermínio, conforme dados apresentados no plano de governo do Partido dos Trabalhadores.

Albuíno foi substituído por Vitor Buaiz (PT, 1995-1999), eleito pela Coligação Frente Popular pela Cidadania, formada pelo Partido Socialista do Brasil (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1994, o ex-prefeito Vitor Buaiz foi lançado candidato pelo partido para o governo do Estado. O cenário e as pesquisas de opinião veiculavam certo favoritismo de Buaiz. A partir dessa mesma pesquisa, o senador Gerson Camata desistiu de concorrer. Ao fim das articulações de pré-campanha, a arena política que disputaria o Palácio Anchieta ficou assim definida com o candidato da Frente Popular pela Cidadania, Vitor Buaiz (PT/PSB/PC do B/PCB); Max Freitas Mauro, pela Coligação Resistência Democrática (PMN, PL, PPS, PRP, PSC); Rosilda de Freitas, pelo PSDB; e, por último, Cabo Camata, concorrendo pela Coligação União Social Trabalhista (PSD, PT do B, PRN, PTBR), conforme explicou Oliveira.

Vitor trouxe em seu nome a ramificação da forte família Buaiz, ligada ao comércio e à indústria capixaba. Sua militância veio da academia, do período como estudante e, depois, professor universitário. Também teve forte presença na Associação Médica do Espírito Santo (Ames). Seu caráter sempre foi pautado pela moderação, capacidade de ouvir e sentido humanitário.

Tal militância levou Vitor Buaiz ao pleito municipal, com boa votação para a prefeitura da capital, em 1985, abrindo oportunidade para Buaiz obter uma

vaga na Câmara dos Deputados, em Brasília — e, a título de curiosidade, proporcionalmente, considerando os votos válidos para deputado constituinte, Vitor teve uma votação maior do que a de Lula — e, conseqüentemente, ganhou o pleito seguinte, da eleição municipal de 1988, em Vitória, conforme analisa o historiador e cientista político André Ricardo Valle Vasco Pereira.

Da boa gestão municipal veio, de forma natural, a candidatura de Vitor para o governo do Estado. Ao fim, a única dificuldade para a coligação encabeçada por Buaiz era o vice, ficando para o deputado estadual José Renato Casagrande, mais ligado ao senador Bisol, do PSB. Outro destaque importante de Oliveira é sempre colocar o PMDB em perspectiva com o PT e frisar que o PMDB de Rita Camata, Vasco Alves, Nelson Aguiar e Hercules da Silveira declarou apoio a Vitor Buaiz, deixando de apoiar diretamente Rose de Freitas, o que também foi seguido por Hartung (PSDB).

Durante a campanha, iniciou-se o processo de organização da economia, com a criação do Plano Real, que instituiu a Unidade Real de Valor (URV), antecessora do Real, como um indexador temporário para transicionar para a nova moeda. Fernando Henrique Cardoso era o ministro da Fazenda de Itamar Franco, que assumiu o governo após o impedimento de Collor. FHC ganhou as eleições em primeiro turno. Localmente, Vitor seguiu para o segundo turno contra Dejair Camata, o Cabo Camata, de extrema-direita e ligado ao crime organizado.

Isso garantiu uma frente democrática local, reunindo em Vitor forças antagônicas. O PSDB local o apoiou nesse momento, bem como o PMDB. Esses grupos proporcionaram apoio de FHC, presidente eleito, para garantir a vitória de Buaiz. Cabo Camata contou com o apoio do grupo de Albuíno. Eleito, Vitor teve o desafio de conciliar o PT e a bancada em minoria. “A primeira experiência que eu tive foi no governo de Buaiz, e havia uma esperança da população muito grande, uma vez que o discurso, de entrada do governo Buaiz, na época do PT, era um discurso extremamente social”, disse o desembargador Fernando Fernandes.

O então governador encontrou o Estado já em dificuldades. Estava diante de um cenário caótico: crise financeira, atrasos no pagamento de funcionários públicos, atrasos a fornecedores, greves na saúde e na educação, bem como crise na segurança pública. O partido se organizou internamente, com todas as forças, para chegar ao Palácio Anchieta.

Em época de alta inflação, era prática dos governos utilizarem os altos juros como forma de financiar o Estado. Para suprir as perdas, Vitor concedeu aumento ao funcionalismo.

“A correção do dinheiro já pagava a dívida do Estado. O Estado estava totalmente organizado para viver num ambiente de overnight, de correções diárias das aplicações e os servidores com legislação que permitia pagamento de tempo em tempo, de correção salarial”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

Continua Casagrande: “Isso acabou, de uma hora para outra [com o Plano Real]. E o Estado, então, tinha que atualizar a administração pública às novas normas, e isso naturalmente causou muito tumulto, greve, também reação na Assembleia Legislativa com relação ao governo do Vitor, então foi um período muito, muito árduo”.

Ao assumir o governo, Vitor Buaiz buscou corrigir as perdas salariais do funcionalismo provocadas pelos atrasos do antecessor. Para isso, o governador fez acenos para as bases eleitorais e sindicais que o ajudaram a se eleger. Vitor analisou dar aumento para corrigir e estancar os atrasos.

Acreditando nas análises dos economistas do Partido dos Trabalhadores sobre o Plano Real, se daria ou não certo, o governador fez uma aposta em compensar os salários do funcionalismo público. A equipe econômica do partido orientou o então governador que o Plano Real não iria muito longe e que a inflação voltaria; assim, os juros seriam capazes de ajudar a acertar as folhas de pagamento dos funcionários públicos, que estavam três meses atrasadas. “Vitor fez aquilo que ele mesmo considera o grande erro da sua

gestão enquanto governador, ou seja, conceder, em maio de 1995, aumento ao funcionalismo público de 25,34%”, analisou o professor Ueber Oliveira. Assim, Vitor “perdeu sua aposta”.

Diante do novo cenário econômico de estabilidade do Plano Real, Vitor buscou sanear o Estado, como, por exemplo, reorganizar a gestão do Banestes, que foi lida por seu partido como uma oportunidade para a privatização, o que não era fato. Diante disso, o governador deparou-se com oposição dentro do próprio Partido dos Trabalhadores. Além disso, não contou com o apoio do governo federal, que se eximiu de cumprir o seu papel federativo no suporte ao Estado.

Para agravar ainda mais o cenário, Fernando Henrique deu continuidade ao processo de privatização iniciado no governo Collor, o que afetou fortemente o Espírito Santo, somando-se ao grave cenário das contas públicas estaduais atrasadas com o funcionalismo.

A então Companhia Vale do Rio Doce, empresa de capital misto, com forte presença no Espírito Santo, teve o seu controle acionário direcionado para o mercado em 1997. O complexo Vale no Estado envolve ferrovia, navegação, porto e beneficiamento de minério de ferro. Um grande contingente de funcionários foi desligado para enxugar a empresa. Com a privatização, 41% da empresa, capital pertencente ao governo e o que dava à União controle acionário e decisório foi vendido por cerca de R\$ 3,19 bilhões, com paridade ao dólar. “A empresa baixou de 15.483 funcionários, em 1996, para 10.865, em 1997” [...] e, no mesmo ano de 1997, obteve um lucro líquido 46% maior que no ano anterior.

O governo federal, ao privatizar o Sistema Telebrás, em 1998, fez com que a subsidiária local, a Telecomunicações do Espírito Santo S/A (Telest), passasse para o controle do Grupo Telemar

\*\*\*

Sob o governo Vitor Buaziz, a Ales movimentou uma série de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI): CPI da poluição ambiental (1995); 1ª CPI do Banestes e CPI da Crise Financeira (1996); CPI do Sistema Carcerário (1997); CPI dos Grupos de Extermínio, 2ª CPI do Banestes, CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado (1999). Tais fatores serviram como elementos para a desestabilização da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Álvaro Duboc identifica o Poder Legislativo como o epicentro desse embate e o local onde as ramificações eram mais profundas e desafiadoras para uma estratégia de enfrentamento “dentro de casa”. “Acho que o primeiro ponto foi o desafio de o Estado chegar quase que a uma situação de colapso institucional na década de 1990, em que nós tínhamos índices muito elevados de violência e criminalidade, em que nós tínhamos a ocupação de posições estratégicas na gestão pública”.

Do outro lado do espectro político local, havia a figura do Dejour Camata — ou o Cabo Camata —, que se aproveitou do clima de insegurança pública e do caos financeiro para apresentar propostas mirabolantes, como acabar com a criminalidade com medidas sensacionalistas. O “candidato Cabo Camata (PSD), que alardeava o suposto perigo de os bandidos cariocas se instalarem no Espírito Santo, onde já vinham promovendo assaltos a bancos e seqüestros, fugindo da repressão promovida pelo governo Brizola, que havia feito, inclusive, uso do Exército”.

\* \* \*

Nesse contexto de dificuldades econômicas e crise financeira, Buaiz buscou formar uma coalizão partidária para eleger o seu primeiro presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Ferraço (PSDB), que assumiu a presidência da Casa para o biênio 1995-1997.

Com essa coalizão, o governador buscou, nos dois primeiros anos, fazer progressos na tentativa de alavancar a política de crédito capixaba, como o microcrédito por meio do Bandes, a ampliação das escolas de Ensino Médio em parceria com as prefeituras, utilizando os prédios das escolas municipais para atender à educação dos adolescentes em outros turnos; buscou, inclusive, financiamento estrangeiro para levar desenvolvimento ao interior do Estado.

As discordâncias na base do partido quanto à manutenção do apoio ao governo, somadas aos conflitos com Vitor sobre a forma de governar, provocaram desgastes profundos. Nesse contexto, Buaiz deixou o Partido dos Trabalhadores, enquanto o grupo majoritário se fortaleceu e passou a impor obstáculos políticos que contribuíram para a inviabilização do governo.

Foi nesse período conturbado que floresceu a campanha de sucessão ao governo, apresentando o PSDB como força da vez, todavia, com grupos

divergentes dentro do próprio partido: de um lado, o ex-prefeito de Vitória, com gestão bem avaliada; do outro, José Ignácio Ferreira. Numa convenção questionável, Ignácio venceu o ex-prefeito, então o favorito. O primeiro concorreu ao Palácio Anchieta, e o segundo, ao Senado, sendo eleito com uma votação expressiva.

Para a frente que elegeu Vitor, restava-lhe a árdua tarefa de reconstruir-se para não deixar de existir como força política. Nesse momento dramático, o vice Casagrande colocou o seu nome e a sua história à disposição dessa construção.


Casagrande cumpriu o papel de defender as bandeiras da igualdade social, junto ao PT e ao PC do B. Como resultado, o PT elegeu somente Claudio Vereza, deputado estadual, e reelegeu João Carlos Coser, deputado federal. Casagrande voltou-se à reestruturação de seu partido, o PSB, elegendo Antônio Cavaliéri, Wilson Luiz Venturim e Luiz Pereira do Nascimento. Os movimentos políticos de Renato garantiram visibilidade para o seu grupo político.

A configuração de forças e a coalizão do novo ocupante do Palácio Anchieta, o advogado, ex-senador e experiente político Ignácio Ferreira, foram distintas da força que elegeu o antecessor, Buaiz. Ao formar maioria na Assembleia, ele compôs sua base de sustentação com relativa folga.

Na Assembleia Legislativa, a presidência permaneceu sob a liderança já consolidada no período, com o deputado Gratz, com aumento de poder e de projeção política. Paralelamente, a ampliação de apoios ocorreu por meio de práticas de cooptação e favorecimento, com relações estabelecidas junto a associações de moradores e instâncias legislativas locais.

Nesse contexto, as desestabilizações políticas passaram a se materializar em diversas instituições. O governo José Ignácio Ferreira (PSDB, 1999-2003) acabou por concentrar e tornar mais visíveis processos de corrosão institucional, apesar de sua trajetória pública associada a posições progressistas e democráticas.

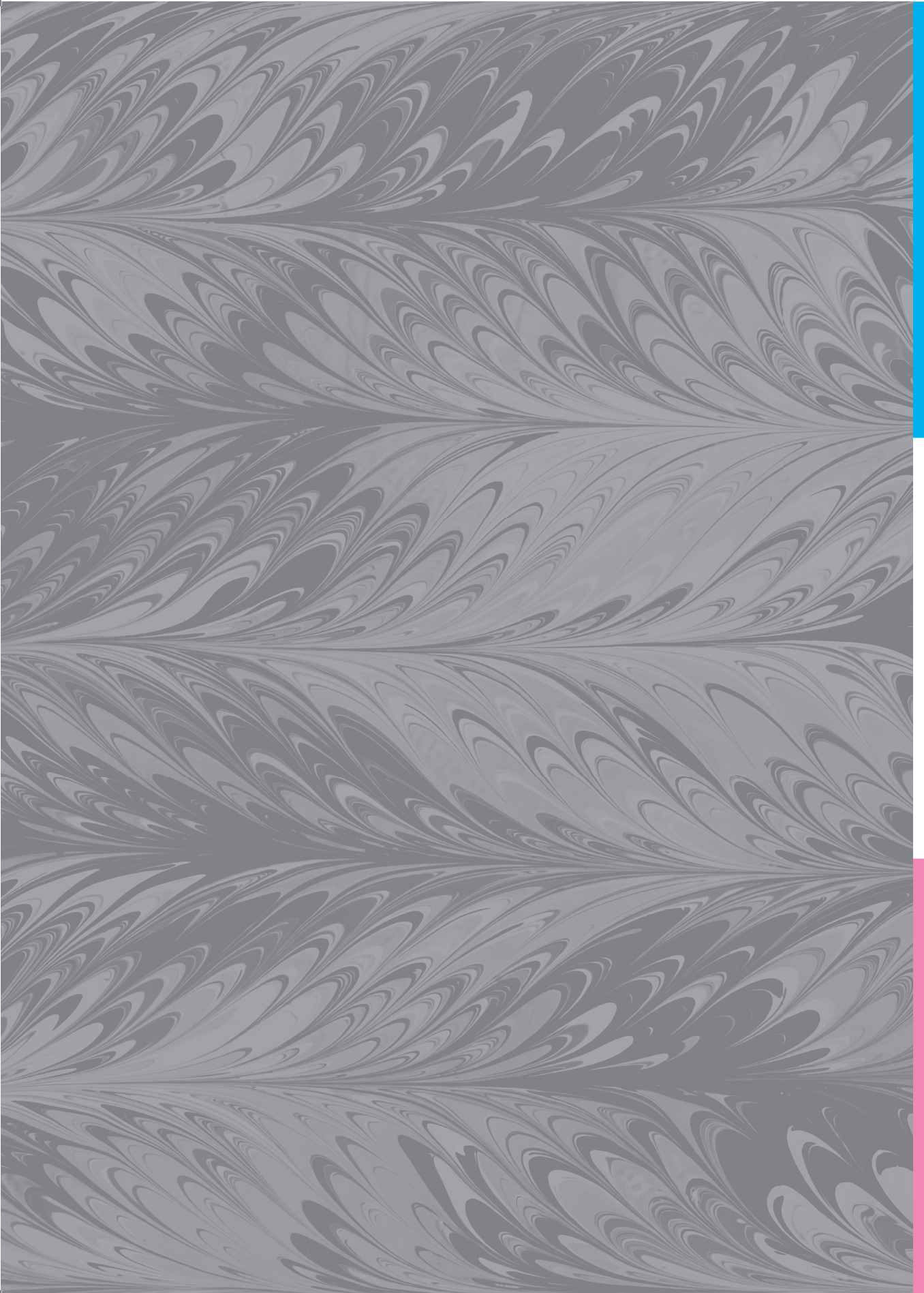
No primeiro momento, o governo estadual foi descrito como omissivo diante do avanço dessas práticas; em seguida, passou a ser acusado de tolerá-las e, mais adiante, de manter relação de proximidade com o grupo político então dominante na Assembleia. Segundo denúncias e apurações do período,



esse arranjo operava esquemas de favorecimento e desvios em diferentes órgãos do Estado, em conluio com empresários ligados a determinados grupos econômicos.

A essa altura, faz-se necessário estabelecer um contraponto entre o cenário nacional e o local. Se a queda do Presidente Collor facilitou, no âmbito nacional, um processo de moralização entre os entes, permitindo que cada um cumprisse o seu papel republicano, culminando em ambiência política para implementar o Plano Real e estabilizar a economia brasileira, no Espírito Santo, o efeito foi totalmente contrário.

\* \* \*



# Capítulo 2

## O Vento Sul da Insegurança

Todo esse processo de desarticulação política vivenciado pelo Espírito Santo, ao longo desses governos, na última década do século XX, gerou uma consequência estrutural na relação entre os entes, principalmente o Executivo e o Legislativo. A segurança pública foi uma das áreas mais sintomáticas.

Muitos episódios tomaram as narrativas da imprensa e são lembrados por grande parte da população até o presente momento. E toda história possui o seu ponto de vista. Talvez seja o momento de revisitar essas memórias sob novas perspectivas e, aqui, quer-se ver sob a ótica dos bastidores de quem viveu e foi personagem. São testemunhas de uma época.

Ao passar por problemas graves, existe a sensação de “ser o fundo do poço” ou ter a expectativa de “quando é que as coisas melhorarão”. Revisitar esses momentos delicados mostra que o movimento para sair dessa sucessão de crises gerou um fortalecimento das instituições que regem o Estado do Espírito Santo.

Essas pessoas revisitam esse passado com novos olhares, com reflexões, algumas com pesares, mas a maioria com uma sensação de dever cumprido: a defesa dos direitos e a prevenção do assalto à máquina pública, contra as garantias que a população capixaba possui. Elas foram protagonistas e testemunhas de seu tempo.

\* \* \*

Todo capixaba sabe que, quando chove no Rio de Janeiro, há grandes chances de chover no Espírito Santo. Nos anos 1980 e 1990, essa comparação ganhou um sentido mais sombrio: dizia-se que a criminalidade do Rio também “escorria” para cá, vindo se instalar e, em alguns casos, se esconder no Estado. Nesse contexto, o debate sobre segurança passou a vir acompanhado, quase automaticamente, de uma lógica de “proteção”. E essa proteção, para muitos, tinha endereço certo.

A Le Cocq é uma máxima pronta do dito popular: “da vida real para os cinemas”. Se preferir outra: “qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência”. A Scuderie surgiu nas brechas da necessidade de uma política pública para a segurança, ainda no início do século XX, no Rio de Janeiro, quando a cidade ainda era a capital do Brasil, e chegou ao Espírito Santo por volta dos anos 1980.



“(…) quem vinha advogar no Espírito Santo dizia que era a pior coisa do mundo, porque não tinha segurança de nada, não tinha segurança jurídica. E eu acho que isso é importante. Era um momento de profunda instabilidade institucional e política. Então a gente ouvia isso em Brasília, em São Paulo”.

**DOMINGOS TAUFNER**  
CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

A organização que preencheu esse vazio é, ela mesma, uma espécie de parábola da vida real. Daquelas histórias que, se fossem roteiro de cinema, seriam devolvidas ao autor com o comentário de que parecem exageradas demais para serem críveis. Surgida nas brechas de uma política pública de segurança que nunca veio, ainda no início do século XX no Rio de Janeiro, quando a cidade era a capital do país, a rede cruzou fronteiras com uma facilidade que dizia muito sobre o ambiente que a recebia. No Espírito Santo, formalizou-se em 1984, com CNPJ, estatuto e sede própria. Um grupo de extermínio com registro em cartório.

Reuniu em torno de si pessoas que se apresentavam como solução para as lacunas deixadas pelo Estado: advogados, juízes, políticos, promotores. Chamavam uns aos outros de “irmãozinhos”. A organização é apontada como responsável por 30 assassinatos políticos em 18 anos de atuação e por quase 1.500 homicídios anuais, números que posicionaram o Espírito Santo como o segundo estado mais violento do Brasil. Seus integrantes vinham da elite da sociedade e da estrutura estatal: policiais civis e militares, membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e outras autoridades públicas, que se mobilizavam sempre que qualquer um dos seus era acusado ou simplesmente suspeito de algum crime.

O Desembargador Willian relembra que “esse abismo institucional, ele tomou conta do Estado do Espírito Santo por algum tempo. E algumas das consequências acabaram por gerar problemas para o Poder Judiciário, para o Poder Executivo e para o Poder Legislativo”.

Os resultados do aparelhamento e da desorganização foram percebidos na esfera econômica, pois isso passou a ter consequências na segurança jurídica para as empresas estarem presentes no Espírito Santo. O caso emblemático foi a saída da Xerox do Brasil, que possuía um dos seus quatro centros de pesquisas mundiais sediado no Estado, “dizendo que para trabalhar no Espírito Santo era necessário o que eles chamaram de ‘intermediação onerosa’, eu acho, um nome meio sofisticado para propina”, concluiu Chamoun.

Se a década de 1980 é caracterizada na história como década perdida economicamente, o Conselheiro e então Presidente do Tribunal de Contas do Espírito Santo conta que o aparelhamento do Estado levou à deformação das instituições. O Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, que presidiu o

Tribunal de Justiça do Espírito Santo de 2010 a 2013, alerta que o crime organizado assalta o Estado e o leva a financiar a contravenção. Ao se referir às décadas de 1980 e 1990, retratou que “era uma época na qual o Estado sustentava o crime organizado”.

“A década de 1990, na minha percepção, é perdida para o Espírito Santo. O Estado perdeu para o crime organizado, o protagonismo que se esperava dele nessa pós Constituição de 1988”.

**RODRIGO CHAMOUN**  
CONSELHEIRO DO TCE-ES

No pedido de intervenção no Espírito Santo feito pela Ordem dos Advogados, ao fazer o histórico da Le Cocq, trouxeram: “Em um capítulo intitulado ‘Do sistema de acobertamento’, Badenes escreveu que, devido à influência da S. D. L. C., ‘[...]’. ‘No Poder Judiciário, há a protelação de depoimentos relevantes quando se trata de pessoas influentes... No Ministério Público, não são acompanhados os inqueritos... Na Polícia Civil... as provas colhidas pelo perito desaparecem ou são manipuladas. Há confissões forjadas para desviar os verdadeiros culpados. Há álibis forjados”.

A estrutura descrita em apurações do período apontava três frentes de atuação: braço armado, braço financeiro e braço político. Dessa forma, essas redes se faziam presentes em estruturas do Estado, paralisando o que pudesse comprometer seus integrantes e dando prosseguimento a ações voltadas a interesses próprios. Um exemplo citado é a CPI do Narcotráfico, na qual, conforme o relatório, a direção majoritária da Assembleia e seus aliados buscaram mobilizar a opinião pública para negar a existência do narcotráfico e do crime organizado no Espírito Santo.

A lógica de justicamento que se consolidou naquele período não se limitou a disputas abstratas entre grupos: ela produziu episódios de violência com

efeitos concretos e duradouros. Essa dinâmica alcançou, inclusive, pessoas ligadas à família Feu Rosa, que aparece recorrentemente nas narrativas e nos registros do período. Um exemplo foi o caso de Divino Rosa Vecci, integrante do círculo familiar, alvejado durante um comício de João Miguel Feu Rosa, seu tio. Outro foi o de José Maria Miguel Feu Rosa, à época prefeito de Serra, morto junto com o motorista Itagildo Coelho, em junho de 1990. Em ambos os casos, o desfecho judicial foi a prescrição.

O crime organizado entrava no sistema através de seus membros, pessoas influentes, que agiam de forma “despretensiosa”. A Folha de S.Paulo revelou o esquema: “em meados da década de 80, empresários ligados [...]” ao crime organizado “[...] passaram a financiar campanhas de prefeitos e vereadores em Viana, Serra e Cariacica. Após as eleições, por meio de licitações fraudulentas e contratos superfaturados, recuperavam o dinheiro investido. ‘Eles financiavam as campanhas para depois dilapidar o erário público’, afirmou à CPI o vice-prefeito de Cariacica, Jésus Vaz”. Vaz, ao denunciar o esquema anos mais tarde, foi vítima de tentativa de homicídio.

Vários nomes vieram a fazer parte da lista de pessoas executadas. Tristes páginas da história capixaba: o advogado Carlos Batista Freitas, o ex-sargento da Polícia Militar Valdecir Pereira Apelphele, o jornalista Antário Filho, também deputado estadual, e o advogado Joaquim Marcelo Denadai, em uma lista que se estende em pesares.

## Deputado capixaba é assassinado apresentando programa de rádio

VITÓRIA - O deputado capixaba Antário Filho (PSDB-ES) foi assassinado, antecorrendo à noite, com dez tiros, quando apresentava seu programa na rádio Tropical FM, no município de Cariacica, na Grande Vitória. Os disparos foram ouvidos no ar junto com um pedido de ajuda do político. “Socorro polícia, Antário Filho foi baleado”, foram as últimas palavras que disse ao microfone. Os tiros, de pistola automática, se alojaram no tórax, no pescoço e na face do deputado.

Na Delegacia de Crimes Contra a Vida, onde o caso foi registrado, uma testemunha afirmou ter visto um carro tipo Gol cinza ou prata estacionado na esquina da rádio, no bairro de Itaquari. Dentro do veículo estavam quatro mulheres. Dois homens armados saíram correndo de dentro do prédio da emissora de rádio e entraram no carro, que arancou rapidamente. O crime aconteceu às 22h30.

Viúvo, Antário Filho, de 41 anos, tinha três filhos - entre 12 e 14 anos de idade. O corpo foi velado no Cemitério Jardim da Paz, em Cariacica, onde ocorreu o sepultamento por volta de 16h. Irmão do deputado, Alexan-

### Delegado suspeita de pistoleiros

Apesar de ainda não ter pistas sobre os autores do assassinato do deputado capixaba, a polícia está certa que ele foi morto por pistoleiros. “Tudo indica isso”, afirmou o delegado titular da Divisão de Homicídios da Delegacia de Crimes Contra a Vida, no Espírito Santo, Germano Henrique Pedroza. “Esse tipo de crime sempre ocorre por aqui e sempre são ligados à política”.

Em junho do ano passado, o presidente do Sindicato dos Rodoviários, João Nato, foi assassinado também em Cariacica. “Foi execução”, sustentou o delegado. Três meses depois, o vice-prefeito

do município, Jésus Vaz, sofreu atentado semelhante ao do sindicalista - vários tiros disparados por mais de uma pessoa, a curta distância - mas sobreviveu.

Dos dois casos, somente a morte de João Nato foi esclarecida. Dos cinco autores dos disparos, três estão presos, um está foragido e outro foi assassinado. Segundo Pedroza, todos eram “pistoleiros experientes”. Um deles era o cabo Prado, da Polícia Militar, também acusado de matar um político em Itam, na Bahia.

Quem está foragido é Zenaldo, conhecido como Baiano, que tinha trabalhado como motorista do sindicalista. Já Luiz Generoso, conhecido como Tiso, foi morto e seu corpo nunca foi en-

contrado pela polícia de Vitória. Pedroza informou que ele era especialista em atirar na cabeça de sua vítimas. “Estamos tentando, agora, chegar aos mandantes do assassinato do sindicalista”, afirmou o delegado.

Sobre a morte do deputado, a única pista que Pedroza tinha, até ontem, era a localização do carro que poderia ter sido usado na fuga. Ele espera poder contar com a ajuda da família do deputado para obter mais informações sobre a vida política de Antário Filho. “A família está em estado de choque, então, está difícil obter informações”, afirmou o policial.

do, “Estamos chocados e aguardando as investigações da Polícia porque não temos idéia do que possa ter acontecido”.

Segundo Theodoro, seu irmão não estava envolvido em disputas políticas nem havia feito qualquer tipo de denúncia. Antário Filho era radialista e estava no seu primeiro

tanto que foi o deputado mais votado em Vitória”, contou Theodoro.

Antário Filho era um dos sócios da rádio e também seu diretor artístico. Segundo Theodoro, a Tropical FM é líder de audiência há 15 anos. Antário apresentava, diariamente, das 9h às 12h, o Programa Antário Filho, de cunho

dos. Era comum essas pessoas voltarem ao estúdio para contar que foram auxiliadas por ouvintes da rádio.

No dia 31, quando o crime aconteceu, o deputado estava fazendo um programa especial. Ele entrou no ar às 9h e só saiu à meia-noite. “Ele passou o dia desejando feliz ano novo para as

Fundada em  
11 de Setembro de 1928  
por Thiers Velloso

# A GAZETA

Vitória (ES), sábado, 9 de junho de 1990 — ano LXII — nº 20923 — edição de 56 páginas — preço do exemplar Cr\$ 20,00

## Prefeito Feu Rosa assassinado na Bahia



O Desembargador Pedro Valls Feu Rosa fala do esquecimento do Sistema Judiciário para com as famílias de muitas vítimas, diretas ou indiretas, da ação do crime organizado: de não terem resposta alguma sobre o processo. Se ele, como magistrado, presenciou a prescrição dos crimes de seus familiares, mesmo integrante do sistema, percebeu a importância de um ajuste para que essas pessoas, cidadãos comuns, principalmente as mais pobres, pudessem ser assistidas pelo Judiciário em sua dignidade, na lógica dos direitos humanos.

Pedro Valls Feu Rosa afirma que, diante desse quadro, o sistema de justiça não falhou apenas quando deixou crimes prescreverem, mas também quando deixou famílias por décadas sem qualquer resposta institucional. Para ele, reconhecer essa falha é o primeiro passo para agir, na prática, em direção à promoção da justiça: “eu solicitei que fossem convidadas todas as famílias que aguardavam não uma condenação, mas uma resposta por parte do Poder Judiciário, um sim ou um não, há décadas, algumas [aguardando] há décadas. Então convidei-as todas, coloquei-as na primeira fila do plenário, do tribunal, na primeira fila. E meu primeiro ato formal foi pedir desculpas àquelas famílias. Tinha, por exemplo, o caso do prefeito Anastácio Cassaro, há décadas a família esperando um sim ou um não. Porque o que mata mais do que a impunidade é a não resposta”.

Por trás de cada processo prescrito, de cada inquérito arquivado sem resposta, há um rosto. Uma história que ficou sem desfecho, uma família que parou no tempo à espera de uma palavra que nunca veio. No caso de Pedro Valls Feu Rosa, essa abstração tinha endereço e nome dentro de casa. O próprio desembargador carregava, em sua história pessoal, a mesma ferida que viu repetida nas famílias que convidou para a primeira fila do plenário. Seu gesto é, em si mesmo, um ato político. Não apenas pessoal. Representa o reconhecimento, por parte de um integrante do próprio sistema, de que o silêncio institucional não foi neutro: teve peso, teve duração e teve vítimas identificáveis. Décadas sem um sim ou um não. Décadas em que o Estado, que deveria ser o guardião dos direitos, tornou-se, pela omissão, um agente secundário do sofrimento. Há algo de perturbador nessa imagem que não se pode deixar passar depressa.

Mas o que explica esse silêncio? É tentador atribuí-lo à lentidão burocrática, ao excesso de processos, à escassez de recursos. Essas razões existem,

são reais e não devem ser descartadas. Só que, no caso do Espírito Santo daquele período, havia algo a mais. O silêncio não era apenas consequência de um sistema sobrecarregado. Em muitos casos, era consequência de um sistema comprometido. A ausência de resposta não decorria apenas de ineficiência, mas decorria, também, de captura.

Para entender por que famílias esperaram décadas sem resposta, é preciso olhar para dentro das instituições que deveriam tê-las atendido. O que se encontra ali não é apenas negligência. É a presença de uma outra lógica, instalada por dentro, que redirecionava o funcionamento do Estado segundo interesses que não eram os do cidadão comum. Não se tratava de criminosos atuando nas margens do poder. Tratava-se de criminosos dentro do poder, ocupando cargos, assinando documentos, tomando decisões.

Era o crime de gravata. Organizado, metódico e, por isso mesmo, especialmente difícil de combater. Não chegava pelos fundos; entrava pela porta da frente. E, uma vez dentro, não precisava forçar nada: bastava, às vezes, simplesmente não agir, não acompanhar o inquirido, não colher a prova, não marcar a audiência. O silêncio, então, deixa de ser falha e passa a ser instrumento. É nesse ponto que a história das vítimas e a história da captura institucional se encontram.

\* \* \*

A consolidação de determinadas lideranças no Legislativo e arranjos políticos abriu espaço para que grupos de contraventores ampliassem sua atuação no Estado, com baixa capacidade de contenção institucional. Esse processo, contudo, não começou nos anos 1990: ele vinha se formando antes. A década de 1990 marcou o momento em que redes criminosas conseguiram ampliar sua influência sobre estruturas institucionais ainda em consolidação, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo.

Esse crime organizado refere-se às pessoas de gravata e/ou tailleur, bem relacionadas socialmente, ocupando bons postos de trabalho ou sendo profissionais bem-sucedidos. Eram advogados, promotores, juizes, médicos, policiais e do alto escalão da carreira pública.

Como visto, esses criminosos representavam um pensamento e uma visão de mundo autoritários, violentos e sectários, além de não aceitarem o Estado Democrático de Direito. Integrantes das elites econômica e política, sem

interesses democráticos, perfilavam nesse grupo. Eram, ao mesmo tempo, pessoas de bom trânsito social. Assim, o “crime” era o assalto às instituições, de forma “organizada”, pois existiam método, critérios e resultados a serem alcançados: ter o Estado como aparelho para atender a seus interesses. E o Estado era, para eles, um meio.

A infiltração nos poderes do Espírito Santo, durante as décadas de 1980 e 1990, deve ser compreendida como um fenômeno sistêmico de captura do Estado. Não foi apenas uma sucessão de crimes isolados; tratou-se da construção de um espaço de experiência traumático, no qual a fronteira entre o interesse público e a criminalidade organizada foi deliberadamente erodida, resultando em um colapso institucional quase absoluto.

Como observa Duboc, “estamos falando de tudo: de Executivo, de Legislativo, do Tribunal de Contas, do próprio Ministério Público, do Poder Judiciário, da Polícia Militar, da Polícia Civil. Então, esse estado de coisas fez com que o Espírito Santo se tornasse um Estado com elevado grau de risco para atrair investimentos, para que empresas pudessem se posicionar aqui e para que as empresas que estavam aqui permanecessem”.

Domingos Taufner, Conselheiro do Tribunal de Contas, que estava na política naquele tempo, contou sobre a percepção externa da desestabilidade gerou desconfiança de quem era de outro estado.

O Desembargador Willian Silva contou sobre a atuação de organizações e núcleos criminosos que operavam no Espírito Santo, muitos dos quais foram julgados por ele na 6ª Vara Criminal de Vitória, onde tramitavam os processos de maior repercussão do Estado.

Esse grupo também atingiu o interior. Nas cidades de Iúna e Afonso Cláudio, mas, principalmente, em Pancas, havia o “Núcleo da Pistolagem”, que fazia justiça com as próprias mãos. O Desembargador ressalta que, em Pancas, funcionava o centro de comando onde se planejavam execuções e se decidia quem viveria e quem morreria. Silva cita figuras como o Coronel Ferreira, apadrinhado de um “cidadão” conhecido como “Soquinho”, liderança desse esquema. Foi nesse contexto que se planejou, inclusive, a morte do juiz Alexandre Martins.

O presidente da Assembleia era a cabeça de outro esquema, o político. O Desembargador Willian Silva o caracteriza como “um presidente de assem-



“O Espírito Santo é um Estado pequeno. Teria tudo para ser um exemplo! E não foi fácil. E, quanto menor, muitas vezes, pior [de administrar]. Porque os grupos dominantes, eles realmente não vão abrir mão; eles vão ameaçar, eles vão fazer, vão acontecer”.

**CARLOS SIMÕES**  
DESEMBARGADOR APOSENTADO

bleia totalmente louco”, que “falava que era o He-Man, que tinha a força e que podia mandar eliminar” seus adversários.

Um exemplo a registrar dessa tomada foi quando a Assembleia Legislativa passou a contratar obras que deveriam ser executadas pelo Executivo no município de Vila Velha, um desvio de função bem exacerbado. À época juiz, o Desembargador Sérgio Ricardo lembra da condenação dada ao presidente da Assembleia Legislativa, por permitir um esquema baseado no desvio de função da Casa.

Tal comportamento revela resquícios do estilo clientelista do modo de fazer política. Olha-se, primeiro, para os interesses políticos, em benefícios eleitorais daqueles que têm influência em determinada região, sobrepondo-se aos interesses da população, mesmo que uma determinada obra seja importante para os cidadãos. Atendiam-se grupos políticos que estavam na Assembleia, deixando-se de lado a lógica republicana e desconsiderando o papel saudável de controle orçamentário, proposto pelo Executivo e aprovado no Legislativo, com ou sem ressalvas.

O esquema também envolvia o diretor da Assembleia Legislativa, braço administrativo do núcleo criminoso institucionalizado. A organização operava um sistema de compra de apoio parlamentar e desvio de verbas públicas por meio de associações. O magistrado foi responsável por julgar e condenar os envolvidos por crimes de associação criminosa, corrupção e desvio de dinheiro.

Havia também um grupo de lobistas que operavam como intermediários de interesses políticos dentro do Tribunal de Justiça, influenciando a nomeação de desembargadores por meio de pedidos ao governador e viabilizando benefícios indevidos em processos. O desembargador Willian Silva lamentou que esses lobistas “sujaram o nome do Poder Judiciário” e levaram muitas pessoas “para o buraco”.

Por fim, havia grupos políticos que utilizavam, de forma coordenada, o aparato das instituições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Ao compreenderem o funcionamento dessas instâncias, estabeleceram como objetivo controlar os mecanismos de perpetuação no poder, valendo-se da máquina pública para atender a interesses de grupos específicos e, ao mesmo tempo, negligenciando direitos e garantias da população comum.

Em suma, o cenário descrito pelo desembargador sugere que o crime organizado no Espírito Santo não se restringia a dinâmicas periféricas, mas se articulava de modo institucional, como uma espécie de “máquina de sombra” acoplada ao Estado. Nesse quadro, a corrupção financeira e a violência física, associada à pistolagem, apareciam como instrumentos para assegurar a permanência no poder de determinadas elites políticas, econômicas e técnico-administrativas.

\* \* \*

O ex-presidente da Assembleia atravessou três governos: Albuíno, Buaiz e Ferreira. Ferreira é retratado como o elo de uma cadeia sucessória de crises que culminou no ápice da desestabilização institucional do Espírito Santo. Presente no cenário político desde a década de 1960, ao chegar à governadoria, sua gestão é identificada como o estágio crítico em que o espaço de experiência do Estado foi saturado pelo colapso institucional, permitindo que o crime organizado se entranhasse em posições estratégicas de todos os poderes. Ele foi a síntese de um período de erosão da autoridade republicana e de fragilidade do Poder Executivo no Espírito Santo.

Eleito governador, encontrou o Estado com as finanças descontroladas. Soube estabelecer uma estratégia para assumir a cadeira do Palácio Anchieta, aproveitando o cenário positivo do Plano Real e do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que havia conseguido estabilizar a economia. A Desembargadora Janete Vargas Simões lembra que “o governador José Ignácio recebeu um quadro de instabilidade decorrente de instabilidade econômica e da instabilidade social, além de uma série de outras instabilidades, que fizeram com que se unissem a uma instabilidade institucional”.

Com o passar de seu governo, e dado que as relações entre os Palácios Anchieta e Domingos Martins estavam desestabilizadas e aparelhadas pelo crime organizado, começaram a surgir casos de corrupção. Casagrande pontua que “o José Ignácio foi eleito com apoio dos empreendedores mais fortes do Estado e também não conseguiu conduzir politicamente uma relação estável com a Assembleia Legislativa e essa supremacia e deformação da Assembleia, como a gente observa hoje no Congresso Nacional. É a mesma coisa”. Isso demonstra como Ferreira foi perdendo poder para a Ales.



“Antigamente, a figura do Corregedor ou a Corregedoria era vista como aquele bicho papão. E eu entrei e comecei a fazer uma revisita ao conceito. Estou revisitando o conceito de Corredoria Geral de Justiça”.

**WILLIAN SILVA**  
DESEMBARGADOR



“Quando o governo do Estado ia fazer alguma negociação para recuperação de créditos tributários, quando [a solicitação] chegava na Assembleia, a Ales segurava e aprovava [a lei orçamentária] com a parte das verbas administradas pelo Legislativo. O Legislativo usurpava as funções do Executivo e contratava as obras. E contratava as obras exatamente nos locais onde estavam os eleitores dessa cúpula”.

**SÉRGIO RICARDO**  
DESEMBARGADOR

A chantagem institucional fez parte das relações entre os poderes. Uma das “táticas” era a ameaça de cassação: “instaurava-se uma CPI e depois transformava aquilo em um pedido de impeachment e ficava na gaveta. Aí o governador ficava refém” da Assembleia, revela o Desembargador Sérgio Ricardo Souza, sobre a forma de agir do presidente do Legislativo do período.

Um sintoma contundente de sua fraqueza política foi o caso em que José Ignácio doou o antigo prédio da Assembleia ao Ministério Público; contudo, Gratz conseguiu aprovar uma lei revogando a doação e derrubou o veto do governador em apenas uma semana, expondo a nulidade da autoridade de José Ignácio perante o Legislativo.

O Desembargador Sérgio Ricardo Souza conta sobre a força do deputado e a capacidade de interferência entre os entes: “o Ministério Público denunciou o José Carlos Gratz, que era presidente da Assembleia, numa representação feita pelo [filho do] ex-governador Max Mauro. O Ministério Público apresentou uma denúncia contra ele. Gratz deu uma entrevista, é público isso, e falou bem assim: ‘molecagem do Ministério Público, vou tomar deles de volta a sede que nós demos para eles’”.

Como consequência, surgem as denúncias contra o governador, como o “Caso Sopão”, já comentado anteriormente, e o caso das associações, que serviam para o desvio de recursos públicos, pois “o político fazia uma emenda a favor de uma associação. O dinheiro entrava na conta da associação e essa o devolvia para aquele mesmo político, ou para um laranja indicado por ele, que distribuía esse dinheiro dentre outros políticos que ele queria manter sob o controle”, explica Souza sobre a operacionalização.

Analiticamente, o governo de José Ignácio é associado a um estado de insolvência fiscal, que afetou diretamente a prestação de serviços básicos e a dignidade dos servidores. “José Ignácio não pagava nem o servidor público direito. Então, isso foi um processo que foi ao longo do tempo”, lembra Marcelo Altoé.

Sobre os atrasos, Bruno Lamas lembra a situação de sua própria mãe, afetada pela falta de condições do Estado: “por eu ser filho de professora, eu lembro que a minha mãe ficou com salário atrasado cinco meses”, e reforça com outro fato, já quando se iniciou na política como vereador: “eu lembro que, quando cheguei na Câmara Municipal [da Serra], a gente juntava para

comprar pneu para a viatura. Então, olha o grau de falência institucional a que nós chegamos!”

Tal nível de descredibilidade levou ao pedido de impeachment que, ainda que fosse um instrumento do jogo político nas mãos da Assembleia, causou muito desgaste ao governador. Foi pedida intervenção federal no Estado ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, o que foi negado. A saída da Xerox do Espírito Santo foi um evento forte para a classe empresarial. A sociedade capixaba dava sinais de cansaço diante de tanto descaso e esboçava iniciar uma reação.

O pesquisador Rubens Campante explica o patrimonialismo como uma forma de organização política em que o Estado passa a funcionar mais para atender interesses de grupos ou lideranças do que as necessidades da população. O conceito, inspirado nas análises do sociólogo Max Weber, descreve situações em que os governantes tratam cargos, recursos e decisões públicas como se fossem extensões de suas relações pessoais e políticas, reduzindo a separação entre o que é público e o que é privado.

Nesse contexto, oportunidades e benefícios tendem a depender de proximidade política, alianças ou favoritismos, e não de regras iguais para todos. Como consequência, leis e instituições podem refletir interesses particulares, criando um distanciamento entre o Estado e a sociedade. Para o autor, compreender esse padrão ajuda a entender por que, em certos momentos

históricos, a administração pública enfrenta dificuldades para atender de forma equilibrada às demandas coletivas. Precisa-se fortalecer os mecanismos institucionais que garantam o funcionamento do Estado como instrumento do interesse público.

Edmar Camata reflete como a instabilidade institucional tem reflexos diretos na vida dos cidadãos, com impactos profundos no cotidiano. Atrasar salários e perder a capacidade de correção salarial do funcionalismo, por exemplo, afeta diretamente as famílias. As consequências sociais são sentidas na tríade saúde, segurança e educação, sistemas que atendem a população como um todo.

“É interessante ver que, quando a corrupção entra, a qualidade de vida da população sai. Tivemos, naquele momento, indicadores de homicídios que foram os maiores da série histórica. Tivemos, naquele momento, atraso no salário dos servidores públicos, ou seja, uma desorganização administrativa e financeira do Estado. Tivemos, naquele momento, lideranças políticas e jurídicas envolvidas em grandes escândalos, isto é, incapazes de assumir o papel que se espera de um Estado organizado de combater desmandos, inclusive de figuras da polícia e das polícias em geral também”.

A crise não era apenas de segurança pública, mas de colapso da governança, em que a fronteira entre o aparato legal e o crime organizado havia se tornado porosa.

\* \* \*



# Capítulo 3

## Reage, Espíritu Santo!

A situação institucional do Espírito Santo se agravou no final do governo Ferreira. As instituições estavam inertes quanto ao que se esperava de suas atuações. Mesmo com toda a ingovernabilidade, ele chegou ao final do mandato bastante desgastado politicamente. Era o oposto de sua gênese: silenciado em meio à inabilidade de condução do Estado e politicamente inviabilizado.

A reação veio da própria sociedade civil organizada, ao demandar que as instituições viessem a cumprir seu papel e iniciassem um processo de reorganização interna. Nasceram associações com a pauta específica de pressionar o Executivo e o Legislativo rumo a uma nova atuação e a pensar o futuro. Havia um movimento suprapartidário, que contava também com outras instituições já estabelecidas. O Fórum Reage Espírito Santo (Reage ES), a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Espírito Santo (OAB-ES), e o Espírito Santo em Ação (ES em Ação) foram os mais contundentes nesse propósito.

Casagrande lembra da importância dessas iniciativas: “foi uma reação coletiva, não foi uma reação minha. Tanto é que os empresários organizaram o movimento empresarial Espírito Santo em Ação para também reagir a tantas notícias negativas que tinham sobre o Espírito Santo. As contribuições de figuras como a Agesandro da Costa Pereira, Dom Silvestre Luís Scandian, eles fizeram parte de todo esse movimento”. O advogado Agesandro da Costa Pereira foi uma personalidade importante nesse momento. Ex-presidente da OAB-ES, reuniu “membros da sociedade civil, como o então arcebispo Dom Silvestre Scandian, padres, bispos auxiliares, muitos pastores evangélicos, líderes sindicais e outros órgãos” para discutir um caminho de reação.

Sobre esse momento, Dr. Agesandro da Costa Pereira conta que “no período do final do século passado e no início deste que se inaugura, a repressão no Espírito Santo ganhou contornos mais graves: um bicheiro se tornou o líder do Espírito Santo e comandava toda a estrutura política e administrativa do Estado. E eles não tinham limites. Então, as instituições não funcionaram, pois eram submetidas a interesses. As coisas se agravaram - a tortura, a repressão - e tomavam uma feição terrível”.

Dr. Agesandro Pereira afirma que sempre preferiu uma atuação mais militante, pois desejava ter liberdade para discutir e se posicionar diante dos

dilemas sociais, motivo que o fez escolher a advocacia, e não a magistratura, função que exerceu por apenas três meses. Tal posicionamento lhe permitiu escolher as causas importantes nas quais se envolver.

Ele relata os bastidores da formação do Reage Espírito Santo: “quando chegou por volta de novembro de 1999 - não me lembro bem -, havia um advogado aqui, que foi perseguido pela ditadura, Everton Montenegro Guimarães, ele integrava a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese e me aconselhava bastante. Quando a situação chegou [neste nível], eu estava muito preocupado na Ordem dos Advogados - ES, matavam pessoas no canal, menores... usavam estes tipos de tortura, era uma situação terrível, ele disse: ‘presidente, convoca a sociedade civil. O senhor trabalha contra [a situação atual de desarranjo institucional], as igrejas trabalham contra, mas vocês estão sem uma linha ativa, um comando único’. Aí nós fundamos o Reage Espírito Santo”.

Aquela atitude era temerária. Havia muitas dúvidas sobre a possibilidade real de reversão do ambiente de instabilidade política. Em um Estado altamente inseguro, quem teria coragem de se expor contra o crime organizado?

A Desembargadora Janete Vargas Simões descreveu o espírito daquele momento, retratando-o como “muito delicado politicamente, economicamente e socialmente falando, com todas as corrupções” de que todos tomavam conhecimento, pelas investigações e anunciadas na imprensa local e brasileira.

Tal sentimento de medo era real e precisava ser enfrentado. Um de seus auxiliares se pronunciou: “quando eu convoquei, por edital, as entidades e as pessoas que poderiam somar conosco esses trabalhos, um trabalhador nosso, mais pé no chão, disse: ‘não vai aparecer ninguém’. Então respondi: ‘bom, está feita a convocação’. Mas, quando estava aguardando, ouvi ele conversar com a Celinha, a secretária da OAB-ES, dizendo a ela: ‘coitado, não vai aparecer ninguém!’”.

Em vez de se deter em sentimentos, o que se seguiu foi suficiente: “nesse momento chega o Arcebispo Dom Silvestre Luís Scandian acompanhado de dois bispos auxiliares. Depois, um monte de pastores, meus amigos, e depois os líderes sindicais. E verifiquei: o salão não cabia mais ninguém. E verifiquei: em frente à Ordem, muito povo. Então, eu percebi que a socie-

dade capixaba não queria aquilo, queria remover aquele entulho que emporalhava o Espírito Santo. O Estado era a terra do crime, a terra da irresponsabilidade. Era preciso virar a página. Foi muita gente!”

Uniu-se também ao movimento a Associação dos Magistrados do Espírito Santo, ampliando o leque de forças para arquitetar a virada institucional tão necessária.

O governador Renato Casagrande observa que surgiram “os movimentos da sociedade, Reage Espírito Santo, acho que a partir do ano 2000, no meio do governo José Ignácio. Começaram a surgir movimentos da sociedade e movimentos dos partidos políticos buscando um reposicionamento do Espírito Santo, reagindo a essa supremacia, na época, da Assembleia Legislativa e de outros poderes sobre o Executivo. Dos empresários, veio o ES em Ação”.

O Professor Antonio Abikair colocou a sua instituição, a Faculdade de Direito de Vitória, como um espaço permanente de interlocução com a sociedade. Foram realizados vários seminários, contando com a presença de pensadores de todo o Brasil e abertos à sociedade, para pensar os rumos do Espírito Santo no combate ao crime organizado. A instituição contava, ainda, com a presença dos juízes Alexandre Martins de Castro Filho e Carlos Eduardo Lemos como professores e à frente das investigações em nível estadual.

O Espírito Santo em Ação desempenhou um papel decisivo na reconstrução institucional e ética do Estado, surgindo como uma resposta do setor produtivo à profunda crise de governabilidade e à imagem negativa que o Espírito Santo possuía no final da década de 1990.

A iniciativa inspirou-se em duas outras existentes, uma no Ceará e outra em Santa Catarina. Dessa forma, em 2003, “16 empresários e executivos capixabas decidiram reunir suas experiências na gestão privada e, de forma voluntária, desenvolver projetos para apoiar iniciativas da gestão pública, com o objetivo de tornar as ações mais efetivas em benefício da sociedade capixaba”.

Grandes empresas com presença relevante no Estado, como a Vale, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, hoje ArcelorMittal Tubarão), a Aracruz Celulose (que posteriormente se consolidou como Fibria e, após a fusão com a Suzano Papel e Celulose, passou a integrar a Suzano S.A.), a Choco-

lates Garoto (incorporada pela Nestlé em 2002), a Samarco, além de grupos como Rede Gazeta e Grupo Águia Branca, avaliaram que a desorganização institucional deteriorava o ambiente de negócios e elevava a incerteza sobre investimentos e operações no Espírito Santo.

Nesse contexto, a articulação empresarial que resultaria no Espírito Santo em Ação, formalizado em 2003, passou a se apresentar como uma iniciativa voltada a apoiar a reconstrução da gestão pública e a construção de agendas de longo prazo, em diálogo com mobilizações da sociedade civil, como o movimento Reage Espírito Santo. Na documentação e na narrativa institucional do próprio movimento, essa atuação aparece associada a iniciativas de planejamento estratégico, como o Plano de Desenvolvimento ES 2025, formulado em parceria com o Governo do Estado, e a uma pauta de governança e responsabilidade fiscal como referência para a reorganização administrativa.

As descobertas de petróleo na camada do pré-sal apontavam para oportunidades futuras. Esse ambiente de negócios não poderia ser contaminado, como já vinha ocorrendo. Diante desse cenário, o ES em Ação colaborou, em coautoria com o governo, na elaboração do planejamento estratégico denominado “Espírito Santo 2025”, um plano de longo prazo que visava transformar o modelo de crescimento do Estado. A proposta enfatizava a transição para o que se ensaiava chamar de “terceiro ciclo” de desenvolvimento, com o petróleo como novo componente central, e priorizava o capital humano, a erradicação da pobreza e a eficiência do setor público.

Esse projeto foi apresentado à sociedade em 2006, e a fala dos empresários, na introdução, dava o tom daquele momento. Planejar é colocar o futuro em perspectiva, mas também corrigir a rota quando necessário. O horizonte adotava o ano de 2025 como referência. E o empresariado afirmava que, para alcançar tais metas, seria necessário envolver a sociedade e integrar o Estado à dinâmica nacional e internacional.

Na abertura do documento sobre o planejamento estratégico, o texto apontava para o horizonte de expectativas de um novo Estado: “O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 mostra que é possível alcançar um padrão elevado de desenvolvimento para a sociedade capixaba. Não se pretende que o Estado do Espírito Santo seja uma “ilha” no Brasil. Provavelmente nossas virtudes não são maiores nem são menores os defeitos do que em outras regiões do Brasil. Mas o enfrentamento e a superação de desafios

no presente nos encorajam e nos obrigam a ousar um salto de qualidade. Buscar o desenvolvimento em todas as suas dimensões. E fazê-lo a partir de uma agenda transparente e organizada, que explicita metas e defina projetos e que seja gerida de forma compartilhada entre entidades públicas, privadas e não governamentais. Essa é a motivação principal deste Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025!”.

Esses dois grupos tiveram o entendimento de que o processo de desmoralização deveria ser estancado. Duboc coloca que “o Espírito Santo em Ação, o movimento produtivo, o movimento da sociedade civil, dois movimentos importantes. Eles acabaram colocando para o governo federal a necessidade de uma intervenção no Estado do Espírito Santo”. O ministro da Justiça veio ao Estado para se reunir com os solicitantes; todavia, não houve ambiência política junto ao presidente Fernando Henrique para levar a cabo tal situação. É importante considerar que Ignácio era do mesmo partido do presidente.

O cerco também se fechou mais contra Carlos Gratz. O Desembargador Willian Silva relata que, quando encaminhou a intimação ao presidente da Assembleia, ele afrontou o Judiciário ao rasgar a decisão judicial e impedir fisicamente que uma oficial de justiça entrasse para cumprir a ordem. Esse evento é citado como um momento de “desprezo total” de um poder pelo outro.

Parar o deputado parecia impossível. Era necessário ampliar a ambiência política para que as mudanças necessárias pudessem transcender. Uma janela de oportunidade estaria na sucessão do cargo de governador.

\* \* \*

A sucessão de José Ignácio Ferreira era algo esperado com certa ansiedade. Os arranjos políticos continham a necessidade de formação de uma frente ampla local para virar o jogo. Parte da sociedade estava mobilizada.

O ex-prefeito de Vitória foi alçado ao Senado, exercendo um mandato com forte projeção local. Havia rugas com seu partido, que pouco fez, no âmbito nacional, para facilitar os arranjos locais, tanto na parte econômica, pela falta de suporte, quanto na parte política, ao negar o pedido de intervenção e, também, ao se eximir de construir, localmente, um caminho alternativo para a saída de Ignácio.

O então senador contou com o suporte de Renato Casagrande, que o abrigou em sua legenda, o PSB. Dessa forma, partiram para o pleito de 2002. Casagrande foi eleito deputado federal e, como se esperava, sua chapa foi vitoriosa.

Sobre aquele momento, Casagrande pontua que “a gente estava no mesmo movimento, e o movimento se dividiu na eleição de 2002. Então ainda teve um rescaldo na Assembleia Legislativa, teve confusão na eleição da mesa diretora. Mas, de lá para cá, com o apoio do movimento empresarial Espírito Santo em Ação, da OAB, das igrejas, dos partidos políticos, a gente vem num processo de reorganização institucional, onde cada instituição se coloca em uma função, na sua tarefa. Mas o Poder Executivo tem a liderança política. Quando o Poder Executivo perde a liderança política, as instituições se desorganizam, porque o Poder Executivo é o executor e o coordenador, é o líder do orçamento”.

No contexto nacional, a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, foi apresentada como uma inflexão na agenda política federal. No discurso de posse, a ideia de mudança aparece associada à reordenação de prioridades, com ênfase no enfrentamento da fome, do desemprego e da desigualdade social, recolocando as necessidades imediatas da população como eixo de governo e como fundamento para a formulação de políticas públicas.

Nas semanas seguintes, essa orientação se materializou na apresentação institucional do Programa Fome Zero, lançado como estratégia para articular ações emergenciais e estruturantes de combate à fome e à pobreza, e que foi referido como compromisso assumido ainda na posse.

No contexto do Espírito Santo, ainda restava o desfecho do caso envolvendo Carlos Gratz. Cerca de um mês após as eleições de outubro de 2002, a Justiça Eleitoral decidiu pela cassação de sua candidatura, com base em indícios de corrupção relacionados a obras em Vila Velha. Mesmo reeleito, o deputado entendia ter o direito de exercer mais um mandato, apesar do questionamento judicial.

O ex-deputado relata que “foi uma trama diabólica”, uma ação conjunta que envolveu figuras como “Max Mauro, Max Mauro Filho e [o] então governador eleito em 2002”. “Roubaram o meu mandato. Eu fui eleito, normalmente, sem nenhum problema. Eu fui a uma festa fechada, não tinha muita

gente, me fotografaram. Eu já tinha mais de um mês que havia sido reeleito, estava me preparando para ser reeleito presidente da Assembleia, e já havia 23 votos favoráveis a mim. Eu viajei com a minha família para Buenos Aires. O TRE se juntou, numa sexta-feira à noite e, em Buenos Aires, pelo Jornal Nacional, vi que haviam cassado a minha candidatura. Fui o quarto mais votado sem fazer campanha. E, 20 dias depois [...] arrumaram uma vaga na prisão na Justiça Federal do Rio de Janeiro”.



A morte do Juiz Alexandre provocou comoção local com reação da sociedade. Seus alunos manifestaram por justiça em frente à Ales. 2003. Acervo: FDV.

Gratz foi denunciado por compra de votos de deputados, após sua reeleição em 2002, para manter-se presidente da Ales. “O pedido de prisão de Gratz foi feito pelo Ministério Público Federal, baseado em um levantamento feito pela Receita Federal, o qual identificou 26 cheques, de R\$ 30 mil cada um, emitidos pelo empresário Carlos Guilherme Lima seis dias depois da votação”.

Em março de 2003, retornando de carro de Brasília para Vitória, o ex-deputado foi interceptado pela Polícia Federal em Ribeirão Preto, que executou sua prisão, pois o mandado de prisão já estava expedido. O ex-deputado disse que se apresentaria à polícia, em Vitória, e que a viagem de carro

seria para “evitar um constrangimento da imprensa”, caso viesse pelo aeroporto. “Gratz é um dos principais alvos da missão especial de combate ao crime organizado que atua no Espírito Santo. Ele é acusado de envolvimento com [...] o braço armado do crime organizado no Estado -, de ser ex-banqueiro do jogo do bicho e de ser ex-proprietário de cassinos clandestinos”.

O deputado saiu do palco, mas não do enredo. Nos anos seguintes, novos desdobramentos ainda ampliariam o alcance daquele episódio.

A sala estava vazia para ser reorganizada.

\* \* \*

# Ato II

Em Busca da Reorganização  
(2003-2018)



# Capítulo 4

## Livrando-se das Amarras

O Espírito Santo estava solapado após o governo de José Ignácio. O Palácio Anchieta apresentava grande desgaste, com o Estado praticamente à deriva por causa da crise que envolveu o ex-governador, respingando também na primeira-dama. O Estado estava isolado, sem o apoio do governo central e com o ente uma dívida de R\$ 16 milhões. A folha de pagamento do Estado estava atrasada. Empresas de grande porte deixavam o Estado, e havia alta desconfiança externa sobre investir ali. A segurança pública era um problema grave, e o crime organizado tinha o controle da situação, em todas as esferas. Será que o cenário mudaria com as eleições de 2002 se aproximando?

Apesar do contexto, havia uma esfera de otimismo para a resolução de “causas quase impossíveis”. Para isso, era necessário estabelecer articulações políticas, uma vez que o movimento popular do Reage Espírito Santo dava essa retaguarda de apoio. Essa costura foi possível com uma mudança importante, de aproximação com o Planalto. O Espírito Santo deixou de ser pária e teve o apoio necessário, solicitado tantas vezes antes.

Após candidaturas derrotadas em 1989, 1994 e 1998, Lula chegou à Presidência com a promessa de reordenar prioridades e recolocar as demandas sociais no centro do governo, ideia que mais tarde se cristalizou na expressão “colocar o pobre no orçamento”. O compromisso anunciado publicamente, desde a posse do primeiro mandato, enfatizava o enfrentamento da fome, do desemprego e da desigualdade como eixo da ação estatal.

Como mencionado anteriormente, já no início de 2003 o governo apresentou o Fome Zero como um conjunto de ações emergenciais e estruturantes de combate à fome e à pobreza, com forte apelo à mobilização social. Essa orientação dialogava com o repertório de iniciativas de combate à fome que havia ganhado projeção na década de 1990, como a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert de Souza (Betiinho). Naquele momento, parte do setor empresarial também aderiu publicamente à agenda, com anúncios de apoio e doações vinculadas ao programa.

O ex-senador — e agora governador — e sua frente ampla estabeleceram contato com o governo federal. Foi o primeiro governante a visitar o presidente Lula, em 7 de janeiro de 2003, levando as necessidades emergenciais para a construção de uma agenda conjunta. O governador levou ao presidente a solicitação de antecipar R\$ 300 milhões referentes aos royalties

do petróleo, para que as contas do Estado pudessem ser equilibradas e saldadas as dívidas com o funcionalismo. Além disso, pediu que a cadeia de petróleo também atuasse no Estado, com a construção de uma plataforma, o que colaboraria para gerar emprego e renda.

Era necessário orquestrar a reorganização entre os entes. Sem dúvida, haveria reação do crime organizado com uma “eventual perda de espaço”. Permitir a reorganização e a remoção das pessoas que locupletavam as instituições exigiria uma estratégia conjunta.

Com a prisão de Gratz, era necessário abrir um canal saudável de conversa com a Assembleia Legislativa. Depois do tumulto esperado e diante da tentativa do grupo de Gratz de manter a cadeira da presidência da Casa, nos acordos republicanos traçados formou-se a chapa de Claudio Vereza (PT) para assumir a cadeira como 57º presidente da Casa. Vereza foi tratado como um “aliado do Palácio Anchieta”.

Marcelo Santos, atual presidente da Assembleia Legislativa, participou das articulações daquele momento e descreve como foram as conversas: “quando nós entramos, o [governador] chamou a gente logo depois da posse, depois da eleição da mesa. Foi muito tumultuada a eleição da mesa, com Giovani que, na verdade, aquilo ali foi 70% de inocência dele e 100% de maldade do entorno. O André Nogueira, até o próprio Sérgio fez uma confusão, colocou o Geovani para conversar com essa turma para poder dar noção de que era político [...] E tinha um acordo que o Paulo fez, inclusive, na época com José Dirceu, para colocar o Claudio Vereza como presidente, já trabalhando a missão de ter um contato com o Lula para justamente a gente fazer aquele acordo de antecipação de royalties e ter esse ativo aqui com a gente, antecipado, para poder chegar com o Espírito Santo nessa condição que estamos hoje. Então eu participei disso!”.

Vereza foi o deputado estadual mais votado em todo o Estado naquele pleito. A composição das bancadas contou com 13 líderes, e o novo governador tinha minoria na Casa. Havia a necessidade de estabelecer uma boa articulação política. A mesa diretora foi formada por Claudio Vereza (PT, presidente); Mariazinha Vellozo Lucas (PSDB, 1ª vice-presidente); Sueli Vidigal (PDT, 2ª vice-presidente); Paulo Foletto (PSB, 1º secretário); Robson Vaillant (PL, 2º secretário); Reginaldo Almeida (PSC, 3º secretário). Esse grupo de políticos eram pró-governabilidade.



“Eu participei de várias reuniões já para garantir governabilidade. Surgiu a ideia de eu ser candidato à presidente. Não tinha sido nem ideia minha! Depois virou reivindicação do PT: ‘vamos colocar o Vereza lá’.”

**CLAUDIO VEREZA**  
EX-PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO

O deputado relata que o PT compôs chapa com Max Mauro, que perdeu as eleições para o então senador. “Diante da necessidade de recompor a normalidade institucional, seu nome foi aventado para assumir a presidência da Assembleia. E o Fórum Reage [Espírito Santo], no qual eu tinha que dar as informações. E as reuniões paralelas para nos prepararmos para o processo! Nessas alturas”,

A ação de Vereza foi central para o início de toda a arrumação. Ele foi um exemplo de transversalidade política e de como o jogo político, em condições saudáveis, opera. Embora fosse um quadro histórico da esquerda, tradicionalmente ligado ao PT, sua atuação na Ales permitiu um convívio respeitoso e construtivo com forças diametralmente opostas, como a de Élcio Álvares (DEM), ex-governador indicado pelos militares.

Depois de um longo tempo, conseguiu-se uma ambiência política para parar Gratz e o seu grupo, dentro da legalidade. Foi necessário estabelecer articulação para agir estrategicamente. “As reuniões eram com Ferraço e lembro de uma na casa do governador Élcio”, relatou Vereza.

Dessa articulação surgiu uma aliança democrática composta por quadros de políticos tradicionais, como o ex-governador Élcio Álvares, que havia sido eleito pela Arena, o deputado Theodorico de Assis Ferraço, e novos políticos, como o governador de então, Ricardo Ferraço, Luiz Paulo Vellozo Lucas e Lelo Coimbra, dentre outros, somando forças com os movimentos populares já mencionados.

“Afastamos sete deputados dos trinta [que compunham a Assembleia]. Tinham sete afastados, os sete mais macaco velho da velha guarda. Então vamos ter vinte e três votos no total. Vamos ter? Não. A Assembleia terá vinte e três votantes. Então já tinha eliminado os mais pró-Gratz. E vamos pegar uma turma aqui, pegar uma turma nova lá, fulano de tal, vamos botar na sua chapa. Na primeira votação também foi feito isso, mas não adiantou. A força do Gratz era maior, as promessas [de propinas] eram maiores. Na segunda [votação], eles [do grupo do Gratz] estavam já com medo. Foi tudo exposto na mídia, as gravações [das conversas que o grupo teve] no Aroso e pós [reunião no] Aroso. Aí pronto, me elegi. Veio todo o processo revogação das leis inconstitucionais”, relembra Vereza, ao rememorar um processo árduo e prolongado.

O Presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Santos, relembra esses embates e relata que havia “momentos incríveis de debate sobre políticas públicas com Élcio Álvares, que era do DEM, sentado à mesa com Claudio Vereza. Então, você tinha deputado de esquerda, deputados de direita, que tinham crenças muito diferentes, visões muito diferentes de Estado, mas que se respeitavam, [e ora] divergiam dentro do limite [do debate democrático]. Às vezes tinha debate quente!”

Gratz, ao longo de seus três mandatos consecutivos como presidente da Assembleia, alterou várias normas regimentais da Assembleia, quebrando ritos institucionais e protocolos para facilitar a sua própria movimentação e a de seu grupo, rememora Vereza. Por essa razão, o primeiro passo foi revogar o máximo possível desse *modus operandi* de Gratz, retomando o rito processual conforme se espera de uma casa legislativa democrática.

Apesar dos primeiros sinais de reorganização fiscal e administrativa, o Estado ainda carregava tensões e fragilidades acumuladas ao longo da crise institucional do Executivo. A expectativa de normalização convivia com a sensação de que a violência e o crime organizado continuavam a impor riscos concretos, inclusive sobre agentes públicos e figuras centrais do sistema de justiça.

\* \* \*

A situação parecia caminhar bem na manhã de segunda-feira, 24 de março de 2003, em Vila Velha. Muitos faziam seus exercícios matinais pelo calçadão, iam à academia, até que se viu o tumulto em frente a uma delas. Um carro parou, desceu uma pessoa e atirou em outra. Ao socorrerem a vítima, viu-se que era o juiz Alexandre Martins de Castro Filho, também professor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Rodney Miranda, que chegava do Rio de Janeiro para compor o secretariado do novo governo na pasta da Segurança, teve um dia exaustivo pela frente. O juiz e o novo secretário se conheciam. Rodney teve que fazer o exercício de cumprir suas funções e, ao mesmo tempo, lamentar o ocorrido.

A Desembargadora Janete Vargas Simões relembra que tomou posse dois meses após a morte do juiz Alexandre Martins: “eu me recordo, na época, como todos nós ficamos atônitos, sem saber o que fazer”. O Desembargador aposentado Carlos Simões, seu esposo, evidencia o lado humano das

A close-up portrait of a man with a short, buzzed haircut, looking slightly to the right with a serious expression. He is wearing a dark, collared shirt. The background is an indoor setting, possibly a courtroom or office, with some papers and ceiling lights visible.

# **JUSTIÇA NO CASO ALEXANDRE MARTINS**

**Juiz aposentado  
Antônio Leopoldo  
Teixeira, último réu do  
processo, é condenado  
pelo assassinato do  
magistrado**

**MPES**

pessoas que precisam estar à frente das instituições para lidar com momentos tensos: “eu me lembro como ela sofreu. Nós tivemos um apoio muito grande da nossa instituição nacional, de outros colegas aqui e de outros estados. E esse apoio, realmente, eu me recordo do presidente da OAB, depois Dom Silvestre teve uma participação”.

O noticiário local e nacional comunicava o fato e apresentava o currículo do magistrado. “Alexandre atuou como juiz em várias comarcas, denunciou um esquema de venda de sentenças que permitiu que presos saíssem da prisão, irregularmente, para cometer crimes. O juiz ainda integrou a missão especial de combate ao crime organizado e à corrupção no Espírito Santo”, criada em 2003.

Além disso, os relatos das investigações apontavam que os juízes Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Alexandre Martins de Castro Filho, chamados pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo para integrar uma missão especial de combate à corrupção e ao crime organizado, estariam próximos de desbaratar o esquema do crime organizado no Estado.

O Desembargador Fernando Bravim, que atuou nas apurações da morte de Alexandre Martins Filho, apontou que o fato demonstra “uma fragilidade do sistema”.

Esse trágico evento talvez tenha sido o ponto mais alto a que o crime organizado conseguiu chegar no Espírito Santo. O caso apontou 10 pessoas envolvidas. Até o presente momento, 22 anos depois, ainda segue na Justiça, à espera de julgamento. A dificuldade desse julgamento, envolvendo um magistrado, evidencia as complexas teias de relações escusas entre os entes institucionais e a captura do Estado.

O diagnóstico indica que a instabilidade era tal que figuras do alto escalão da magistratura e da segurança foram implicadas no planejamento da execução, evidenciando uma vulnerabilidade democrática, em que agentes públicos agiam contra a própria instituição que representavam. Era a cultura do crime organizado presente.

Max Weber diz que o Estado detém o monopólio da violência. Assim, ele pode usar a força para buscar coesão social e ordem. Nesse caso, o crime organizado se vale desse mesmo princípio em benefício próprio.

“Então, eu cheguei aqui em 2003 e tinha um corpo tombado de um juiz dias antes. Esse corpo tombado, ele até hoje aguarda o seu completo sepultamento”, descreve a Promotora Luciana Andrade.

Embora a intervenção federal plena no Espírito Santo tenha sido negada pela Presidência da República em 2002, a gravidade do cenário após a morte de Alexandre Martins ratificou a necessidade de intervenção das forças federais, quando foi solicitada, ainda no governo de José Ignácio, pois tal ação auxiliaria no controle interno e na depuração ética do Estado, levando à cassação de parlamentares e ao afastamento de magistrados envolvidos em corrupção.

Essa ação do crime organizado se deu no primeiro trimestre de um novo governo. Uma leitura possível desse evento é perceber que isso foi uma reação e, talvez, “um aviso” do crime organizado contra o movimento que a sociedade civil e, agora, as instituições republicanas – Executivo, Ministério Público, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas – realizavam para restabelecer a ordem no Espírito Santo.

No governo Fernando Henrique, ao se eximir da intervenção, a população capixaba foi deixada à própria sorte. Agora apareciam reflexos de decisões não tomadas.

\* \* \*

De todo o desequilíbrio institucional que se abateu no Espírito Santo, o “ecossistema” ligado à Justiça e aos Tribunais de Contas passou, de certa forma, com arranhões leves. Até que, em dezembro de 2008, estourou uma das cenas mais dantescas do Judiciário brasileiro. E, para ser digna dos melhores títulos dados pela Polícia Federal, ficou conhecida como Operação Naufrágio.

A Naufrágio é consequência de uma investigação anterior em curso, a Operação Titanic, envolvendo um empresário, na tentativa de sonegação fiscal e de reverter decisões contrárias ao seu interesse, resumidas pelo Ministério Público Federal como “venda de sentenças”.

O Desembargador Zardini relata os momentos anteriores à ação da Polícia Federal, quando Brasília o comunicou da operação por meio de uma ligação enquanto dava uma entrevista na TV Gazeta.



“Eu estava na TV Gazeta dando uma entrevista [quando terminei, retornei a uma ligação do PGR]. E ele disse: ‘Doutor, estou ligando para o senhor porque a Polícia Federal está no Tribunal de Justiça e também em um gabinete do Ministério Público. Eu gostaria que o senhor desse todo o apoio para que eles pudessem realizar o trabalho a contento. Oportunamente nós vamos falar’. Nós não sabíamos nem o que estava acontecendo. Essa que é a verdade!”

**FERNANDO ZARDINI**  
DESEMBARGADOR

Antônio Fernando Barros e Silva de Souza era o Procurador-Geral da República (PGR). Esteve no posto entre 2005 e 2009. Seu nome foi indicado pelos membros do Ministério Público (MP), que formam a “lista tríplice” utilizada pelo Presidente da República para indicar o postulante ao cargo. Lula da Silva seguiu, como de costume, o nome proposto pelo MP. O PGR foi o responsável por denunciar o esquema do Mensalão.

Na deflagração da Operação Naufrágio, foram presas oito pessoas: o presidente do próprio Tribunal de Justiça e a diretora encarregada de distribuir os processos, além de dois desembargadores, um juiz, dois advogados e um membro do Ministério Público. Ao todo, foram cumpridos mandados de busca e apreensão em 24 endereços na capital capixaba.

“O Tribunal de Justiça do Espírito Santo sempre foi muito rigoroso com os juízes investigados. Sempre. Nenhum juiz [...] foi poupado tendo o tribunal percebido alguma ilegalidade”.

**RAPHAEL CÂMARA**  
DESEMBARGADOR

O novo cenário que se abriu com a Constituição de 1988 buscou também estabelecer uma lógica de estabilização e de relação entre os poderes, bem como definir, sistemicamente, o papel de cada um, tendo como resultado atender sempre às necessidades do povo brasileiro. “Quando deflagrada a Operação Naufrágio, que eu acho que, nos últimos 30 anos, pelo menos [no tempo em] que eu estou na magistratura, foi o momento mais vulnerável do Tribunal. Eu fui o juiz auxiliar do Desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, que foi o timoneiro para resgatar o Tribunal daquela situação que ele se encontrava”, afirmou o Desembargador Fernando Bravim.

A Operação Naufrágio constituiu uma ferida simbólica nos arquivos da memória coletiva capixaba. As instituições vinham se reorganizando, o

Estado apresentava resultados positivos e sinais de estabilidade institucional, com o Executivo cumprindo o seu papel no comando do Estado e do orçamento. Todavia, o episódio envergonhou o Espírito Santo, reforçando, mais uma vez, a imagem negativa do Estado no cenário nacional e dando a percepção de que a instabilidade institucional e os processos de corrupção sistêmica estavam sempre à espreita.

Contudo, havia um trabalho em curso, conduzido por uma geração que lutou contra a ditadura e estava determinada a restabelecer a ordem institucional no Estado. Afinal, “Trabalha e Confia” não é somente o lema contido em nossa bandeira, mas um dever republicano a ser cumprido todos os dias.

A Operação Naufrágio permitiu uma mudança estruturante, alinhada com os ideais republicanos, ligados à Constituição cidadã e à relação com os entes pares. Para o Desembargador Raphael Câmara, embora a Operação Naufrágio tenha sido um drama institucional, o Judiciário capixaba conseguiu “virar a página”. Ele ressalta que o Tribunal de Justiça do Espírito Santo sempre foi rigoroso com juízes investigados, não poupando membros que cometessem ilegalidades, mesmo antes ou depois da operação. Ele acredita que o crescimento do Judiciário se deveu mais à criação do CNJ do que à operação em si, que ele vê como um “risco das instituições” que pode ocorrer em qualquer estado.

A reordenação considerou uma mudança também sincrônica, atualizada com o tempo, e isso se refletiu na incorporação das tecnologias da informação, como o uso da inteligência de dados e da própria inteligência artificial, permitindo a redução do tempo de tramitação de um caso, que será abordada melhor à frente.

A Desembargadora Janete Vargas Simões enfatiza a importância dessas tecnologias, como Inteligência Artificial, pois “não tem como retroceder. Aprender como trabalhar com as novas ferramentas para que não tenhamos uma nova situação, como já vivenciado no Estado, da Operação Naufrágio, que talvez seja o maior câncer que já vivenciamos dentro da nossa instituição.

\* \* \*

Depois de um período em que o Espírito Santo se percebeu com pouca capacidade de interlocução e apoio, o governo estadual passou a contar



“Não adianta mais ser um juiz de gabinete. Você não consegue mais ser um juiz apenas olhando os autos. Você precisa ir para rua, você precisa olhar para o morador de rua, você precisa olhar para criança, você precisa olhar para o encarcerado, para as mulheres vítimas de violência, para todas as minorias e para todos os vulneráveis. Então, o judiciário não é mais inerte em sua atuação. O judiciário, de fato, tem que estar no meio da sociedade”.

**RAPHAEL CÂMARA**  
DESEMBARGADOR

com uma parceria institucional mais efetiva com Brasília. Isso era decisivo, pois o Estado enfrentava grave desequilíbrio fiscal, com dívidas de curto prazo superiores a R\$ 1 bilhão, folha de pagamento atrasada e débitos relevantes com fornecedores, inclusive em áreas sensíveis como Saúde, Educação e Segurança Pública. Na prática, essa recomposição das finanças e a retomada de investimentos dependiam também de coordenação política e respaldo federativo. As relações com o novo governo federal se mantiveram republicanas.

O Desembargador Fernando Zardini abordou a importância da ambiência de diálogo entre o Espírito Santo e a União, favorecendo uma interlocução favorável para o Estado.

“Nós temos que aprender a atravessar a rua e conversar mais um com o outro... Quando você atravessa a rua, entre aspas, você tem a oportunidade de criar as suas próprias convicções e tomar decisões mais acertadas”.

**FERNANDO ZARDINI**  
DESEMBARGADOR

Nesse contexto, o pré-sal iniciou suas operações, com a Petrobras se instalando no Estado, e ensaiou-se dizer que o Espírito Santo entrava em um novo ciclo econômico, narrativa que não emplacou dentro das altas expectativas desenhadas. Parte da confiança de investimento começou a dar sinais, em relação ao trágico cenário da virada do século.

O governo federal viabilizou dois investimentos estruturais importantes: o início das obras do novo aeroporto e as obras para ligar a hidrelétrica de Furnas ao Espírito Santo, conhecido como “Linhão de Ouro Preto”, fortalecendo o abastecimento de energia e permitindo que a eletricidade chegasse a todas as zonas rurais do Estado.

Para atender à vocação agrícola, fez-se o programa de ampliar e renovar os acessos às propriedades de agricultura familiar com o programa Caminhos do Campo, melhorando os acessos para escoamento da produção e circulação pela própria região. O programa foi liderado pelo Secretário de Agricultura, Ricardo Ferraço. Esse projeto envolveu duas pastas, Agricultura e Turismo, pois possibilitou também o desenvolvimento do agroturismo, em função da qualificação das vias de acesso. “Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar representa: 80% dos estabelecimentos rurais, 34% da área dos estabelecimentos, 45% do valor bruto da produção agropecuária e 64% do pessoal ocupado na agricultura do estado”.

O Espírito Santo chegou à virada para 2010 com condições bem distintas das do início da década. Em 2008, a despesa com investimento já alcançava 13,6% da receita total disponível, acima da média dos demais estados, e, em 2009, a despesa com investimentos chegou a cerca de R\$ 1,178 bilhão (valores em R\$ milhões, a preços médios de 2009). Esse patamar contrasta com o quadro de baixa capacidade de investimento no começo dos anos 2000, quando o próprio planejamento Espírito Santo 2025 registra que o Estado partiu de menos de 1% de investimentos com receita própria e avançou ao longo da reorganização fiscal.

Nesse ambiente, o tema da sucessão ganhou peso. Renato Casagrande veio candidato ao governo, enquanto Ferraço disputou o Senado e exerceu mandato de 2011 a 2019.

De um Estado marcado pela crise a um cenário de recuperação da capacidade fiscal e de investimento, quais desafios Casagrande precisaria apresentar à sociedade para sustentar a reorganização, ampliar entregas e consolidar, no tempo, a estabilidade institucional recém-reconstruída?

\* \* \*



# Capítulo 5

## Governar é Cuidar de Gente

“Eu sou feliz assim mesmo. Mas queria mais oportunidades. Tenho muitas dificuldades. Fiquei dois anos esperando uma vaga para o médico. Tem gente que espera tanto que, quando consegue, já até “bateu as caçoletas”, contou dona Evanir do Carmo Cabral, falando de suas necessidades, uma vez que estava desempregada.

O Governador Renato Casagrande apresentou a pauta de sua visão de governo, o “mote” que conduziria o conjunto estratégico de ações para mover a sociedade no mesmo rumo. Naquele momento, deu o tom: “porque é fácil governar para aqueles que já estão estruturados; é fácil governar para aqueles que já têm organização. O difícil é governar para os excluídos, para quem não tem apoio, para quem não chega até o Palácio. E é para esses que nós temos que governar”.

Qual é a razão desse pensamento? As pessoas mais abastadas da sociedade possuem condições mínimas para se mover diante das desigualdades. Isso pode ocorrer em função da estrutura familiar ou, o que acontece com poucos, por ter havido mobilidade na pirâmide social. Esse grupo de brasileiros, conseqüentemente, consegue diminuir os impactos dessa desigualdade. Consegue, também, organizar-se socialmente, por exemplo, por meio de sua classe profissional, como médicos, advogados, administradores etc., formando uma rede de suporte que se retroalimenta e gera oportunidades. Muitos têm consciência dessa condição, que é muito difundida na lógica da “rede de relacionamento”. Quando é possível viver assim socialmente, essas pessoas, de modo intuitivo ou declarado, passam a se defender. E um grupo, mesmo pequeno, quando é coeso e unido, consegue ditar os rumos sobre uma maioria.

É por isso que o governador diz: “As que mais precisam não conseguem se organizar e vir ao Palácio se manifestar. Senão, a gente caminha para atender a quem já tem”. Para Rodrigues Alves, presidente da República entre 1902 e 1906, por exemplo, governar significou abrir estradas. Para Casagrande, governar é cuidar de gente. É orientar as ações do Estado para atender, primeiro, quem mais precisa e tem menos condições de se organizar e reivindicar por direitos.

“Nosso governo não é para atender a meia dúzia, não é para enriquecer meia dúzia, não é para concentrar a riqueza do Estado. Nosso governo é para descentralizar, para atender a área social”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

Casagrande deposita nas instituições e nas pessoas comuns a virada do Espírito Santo. A aposta está no capixaba, e não em um setor específico no qual se ancorar. “Colocar o pobre no orçamento” não é uma expressão nova; ela está presente no passado recente.

Desde a chegada ao Palácio Anchieta, a primeira ação foi levantar quantos capixabas estavam abaixo da linha da pobreza. “Existem 31.614 famílias capixabas vivendo abaixo da linha da pobreza extrema (renda domiciliar per capita inferior a R\$ 78,78 por mês, pelos critérios do Estado), o que corresponde a 3,6% da população. Desse total, 90,8% estão na área urbana. O governo, no entanto, objetiva incluir 41 mil no programa até 2014”. Casagrande instituiu o Programa Incluir, a Política Estadual de Redução da Pobreza, com foco prioritário na extrema pobreza, como instrumento para enfrentar essa demanda social e articular ações voltadas à inclusão social e produtiva.

No mapeamento, identificou-se que, na microrregião do Caparaó e no extremo norte, estavam as regiões mais afetadas pela pobreza extrema, neste último caso, com 53% da população.

Governar é cuidar da nossa gente. Garantir o futuro. Cuidar para governar. Construir o presente é governar para todos os capixabas, mas priorizar, no orçamento público, aquele que sempre ficou fora da política pública,



“Gostaria muito que, se eu errasse na minha vida, errasse na minha vida pessoal. Peço sempre a Deus que todos os meus erros tenham consequências apenas para mim, e não que outras pessoas sofram as consequências dos meus erros. Que eu possa ser o mais atencioso possível nos processos; que eu seja mais atencioso nos processos do que na minha vida pessoal, se eu tiver que fazer essa escolha sobre onde devo me dedicar mais, dar mais atenção e aplicar essa racionalidade. Eu gosto da racionalidade do processo”.

**FERNANDO BRAVIM**  
DESEMBARGADOR

pois ainda temos, na cultura política, a ideia de que governar é garantir às corporações incentivos fiscais e financeiros, em nome do chamado desenvolvimento econômico.

Para Casagrande, governar é fazer com que as instituições funcionem, antes de tudo, para quem mais precisa, garantindo que o Estado alcance o cidadão que está fora das redes de proteção e de acesso aos serviços públicos.

\* \* \*

A virada de ano para 2011 foi mais um dia típico de verão capixaba: calor desconfortável, vento forte e quente, ameaça de chuva. Esse era o cenário do dia da posse. A praça João Clímaco, em frente ao Palácio Anchieta, tinha cerca de 3.500 pessoas para a cerimônia protocolar. Renato Casagrande receberia a faixa para assumir o comando do Espírito Santo.

Vindos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), o governador e a primeira-dama passaram em revista a tropa da Guarda de Honra da Polícia Militar e seguiram para a cerimônia da faixa, no Salão São Tiago, no Palácio Anchieta.

Muitos símbolos nesse curto roteiro. Pela porta da frente do Palácio, junto com dona Virgínia, a primeira-dama, Casagrande fez um dos últimos atos daquela transição, na escadaria Bárbara Lindenberg, cumprindo o rito de sua primeira posse. Bárbara Lindenberg era membro do clã Monteiro, irmã de dois ex-governadores, Jerônimo e Bernardino Monteiro, e mãe do ex-governador Carlos Lindenberg; todos integrantes da elite capixaba.

O Palácio Anchieta é um dos patrimônios materiais mais antigos do Brasil ainda em uso; expressa que se chegou até aqui. Nos altos e baixos da trajetória do Espírito Santo, perdeu-se área, tornou-se um território pouco povoado; todavia, chegou-se até o presente momento. O Estado venceu o tempo.

O Palácio Cultural Sônia Cabral, que já foi a sede do Legislativo, presenciava mais um cerimonial, hoje com a leveza de ser sede somente do lugar da música clássica. Se, no passado, um governo se fazia com as bênçãos divinas, agora é pelo cumprimento da lei e pela ação conjunta entre os entes, com base no juramento feito na Assembleia Legislativa: “prometo manter, defender e cumprir as Constituições Federal e Estadual, observar as leis e promover o bem geral do povo Espírito-santense”.

O Anchieta não era um lugar desconhecido do agora governador Casagrande. Ele esteve por ali na condição de vice-governador de Vitor Buaiç (PT, 1995-1999). O que estava diferente era o tempo e o Palácio, que havia passado por seu primeiro restauro e por novas reformas.

Todos esses locais são espaços da memória política de nosso Estado.

O tempo sinalizava um futuro melhor. Casagrande deu o tom para os novos tempos e frisou, ao lado do antecessor: “Hoje, o que nos interessa é o futuro, que vamos construir juntos, em parcerias cada vez mais amplas com municípios, instituições, empresas, trabalhadores e comunidades. E o nome desse rumo, para nós, é oportunidade. Oportunidade é a palavra que deve marcar e precisa marcar toda a ação de governo”.

Casagrande sentenciou a necessidade de o povo ser o centro das agendas das políticas públicas. Esse tempo havia chegado para mudar, de vez, o passado sombrio recente.

\* \* \*

É normal todo gestor imprimir a sua identidade ao assumir o comando de uma tarefa de liderança. Casagrande começou compreendendo o Estado. Havia um clima de confiança por parte da sociedade, mas até que ponto? O que se fazia necessário implementar? A segurança ainda apresentava sinais inalterados nos índices da década de 1990, os presídios estavam lotados e o tratamento era uma afronta aos direitos humanos. Havia falta de leitos nos hospitais, o atendimento era precário e as filas de espera, longas. O transporte público também era precário. Mas, até aquele momento, não havia políticas públicas com foco pleno no cidadão mais necessitado.

Casagrande coloca que “não herdou uma bomba”. Todavia, em cada setor do governo, eram necessários ajustes para ter o cidadão como centro da política pública. O ponto foi olhar para frente e resolver os problemas necessários para avançar.

Quando se observa a história política do Estado, percebe-se que os políticos buscaram um referencial para dizer que o governo deles era o “novo”, “moderno”, “desenvolvido” e que o que os antecedia era o atraso. Casagrande rompeu com essa lógica ao olhar para os problemas e atacá-los com as solu-



“Na renovação do governo do Casagrande, a gente fez uma carta que a comunidade capixaba também, trazendo exatamente essa diretriz de não aumentar a carga tributária, de não mexer com os benefícios fiscais e fomos confirmando exatamente aqueles compromissos que foram firmados. Então, quando o empresário vê aquilo, ele não vê isso em outros lugares. Então, isso transmite exatamente essa segurança e estabilidade que a gente percebe”.

**MARCELO ALTOÉ**  
EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA

ções possíveis naquele momento, com foco em construir um sistema que mudasse, de vez, a realidade imposta.

Diferentemente da virada do século, quando o Estado estava endividado, havia um caixa com mais de R\$ 1 bilhão, o que permitia investimentos. Buscou-se, então, construir políticas para chegar ao cidadão. E realizar um projeto dessa monta faz-se com parcerias, o que incluiu o governo federal e a expansão da relação com a sociedade civil organizada.

Casagrande estabeleceu uma boa rede de relações políticas. Primeiro, estava em Brasília como senador, com forte presença no Congresso. A capital também proporciona maior proximidade com o governo federal. Para a formação de sua chapa vencedora, seu vice-governador era filiado ao PT, que, por sua vez, mantinha-se no poder, caminhando para o terceiro mandato, agora com Dilma Rousseff. Além disso, tinha bom canal de comunicação com a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, com a composição da bancada em apoio ao seu governo.

A estabilidade institucional e jurídica, agora, significava levar as políticas para o dia a dia do cidadão, que as percebe de forma pragmática e materializada. Para isso, foram desenvolvidas ações no campo da saúde, assistência social, educação e, principalmente, segurança pública.

Na saúde, Casagrande ampliou o Dório Silva e o São Lucas. As obras iniciadas no final do governo anterior foram concluídas, pois se fazia necessário disponibilizar esses hospitais para a população, ampliando a oferta de leitos. Junto a esse movimento de ampliação da rede hospitalar, entregou também o Hospital Jayme Santos Neves, com 414 leitos, que “será referência para urgência e emergência, clínicas e cirúrgicas, cirurgia cardíaca, traumatologia-ortopedia, gestação de alto risco e contará com um Centro de Tratamento de Queimados - CTQ”, desestrangulando o atendimento ao cidadão, garantindo o direito fundamental à saúde, conforme rege a Constituição brasileira.

A experiência na gestão da saúde contou com um novo componente, que foi a parceria com o terceiro setor para a gestão de hospitais. Com base na primeira experiência desse tipo no Espírito Santo, realizada no Hospital Estadual Central, a iniciativa estendeu-se para o Jayme. “Comparada ao atual modelo de gerenciamento da administração pública, a gestão por Organização Social permite mais agilidade e eficiência nos serviços prestados,

deixando para trás os entraves burocráticos. Além disso, o Estado separa atribuições, delegando o papel de executor de serviços para poder se concentrar na função de regulador”.

No campo da Assistência Social, como já mencionado, o governo lançou o Programa Incluir, tendo em vista mapear as famílias abaixo da linha da miséria. A operacionalização contou com a parceria com o governo federal. O Cadastro Único (CadÚnico) foi uma ferramenta importante para identificar as famílias e cadastrar as novas encontradas. Isso proporcionou melhor controle e agilidade ao processo.

Quanto à educação, com a rede educacional estabilizada, era necessário, a partir dessa base, avançar na agenda pedagógica, com bastante diálogo. Foi necessário pautar, programaticamente, a reconstrução da rede física estadual e avançar nas tecnologias digitais, que ampliavam sua projeção e seu uso.

A infraestrutura da rede física das escolas estava, havia muito tempo, sem a manutenção adequada e, assim, encontrava-se sucateada. A título de compreensão, a rede física conta com a possibilidade de manutenção corretiva, ampliação, reforma e novas construções. Para saber quando se deve ampliar ou construir, acompanham-se os dados apontados pelo Censo.

Vários programas foram iniciados, colocando o filho dos trabalhadores como prioridade a ser atendida. Além disso, o sistema educacional também criou espaço para a população capixaba se capacitar em cursos de extensão, para atender às necessidades de aprimoramento da mão de obra e suprir as demandas exigidas pelo mercado.

Aproximando-se mais da população, na educação formal, liderada pela Sedu, o governo criou o Pré-Enem para garantir aos estudantes da escola pública mais oportunidades e condições de aprovação no exame nacional. O governo criou 386 turmas ao longo do Estado. Para ampliar ainda mais, também utilizou a rede privada, com a contratação de uma instituição de ensino para ministrar as aulas, ofertando mais 1.250 vagas por esse sistema.

Com o avanço das tecnologias da informação, o governo investiu na construção e no uso de plataformas digitais para melhorar a gestão do sistema educacional, bem como na aquisição de equipamentos tecnológicos de última geração. Para equipar as unidades educacionais, o governo “investiu

em 458 laboratórios de informática, 1.419 aparelhos de TV com entrada para pendrive e 204 lousas digitais. Mais recentemente, os recursos estão sendo destinados à aquisição de novos computadores (1.118 em fase de instalação e 778 em fase de compra) e projetores multimídia (134 adquiridos) para uso dos professores em salas de aula; além da conexão de internet banda larga em todas as escolas de Vitória, por meio de fibra óptica, e em 416 escolas nas demais regiões do Estado, beneficiando cerca de 280 mil alunos e 20 mil professores”.

Com foco na produtividade dos professores e na redução do serviço burocrático, implementou-se a pauta eletrônica. Para aproximar os pais, implantou-se o “boletim online”, facilitando o acompanhamento do ensino-aprendizado e permitindo ver, em tempo real, notas e faltas, diariamente.

Na relação com os municípios, o governo reduziu a burocracia, valendo-se do programa “fundo a fundo”, e ampliou a transferência de recursos diretos para que as prefeituras investissem na educação. Por exemplo, foram adquiridos 144 ônibus, na ordem de R\$ 19 milhões em recursos, coordenados pela Subsecretaria de Suporte à Educação da Sedu (Sese) e operacionalizados pelos municípios, em contrato de cinco anos, sempre com foco em evitar faltas e evasões e em garantir a integridade física dos alunos, principalmente os do interior.

Muitos alunos têm, na instituição, o principal momento para se alimentar. Na mesma lógica, o governo desburocratizou a compra de produtos da agricultura familiar capixaba para a alimentação escolar. Foram R\$ 65 milhões destinados à preparação das refeições e R\$ 4,8 milhões para a compra de produtos. Isso proporcionou mais qualidade à alimentação do estudante.

Para diminuir a evasão escolar, o governo valeu-se da histórica relação com a sociedade civil organizada e criou o projeto “Coordenadores de Pais”, visando capacitá-los, tendo a diminuição da evasão escolar como alvo. “Desde a implantação, os Coordenadores de Pais - resultado de uma parceria da Fundação Itaú Social, o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária de São Paulo (Cenpec), o Movimento ES em Ação e a Fucape - vêm conquistando bons resultados em todos os aspectos. Dos alunos atendidos, 711 (61%) melhoraram o comportamento, 634 (55%) tiveram melhor desempenho escolar, 1.022 (69%) reduziram as faltas e 356 (46%), que estavam vulneráveis à evasão, retomaram os estudos”.

Ampliou-se também a oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade voltada a garantir o direito à educação básica para quem não teve acesso ou não pôde concluir seus estudos no tempo regular. Ao recompor trajetórias interrompidas, a EJA funciona como porta de retorno à escolarização, articulando alfabetização, elevação de escolaridade e, em muitos casos, qualificação para o trabalho, com impactos diretos na inclusão social e no exercício da cidadania.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) diz que o sistema educacional precisa capacitar o indivíduo para exercer a cidadania plena e para o mundo do trabalho. Esse movimento constituiu um ciclo virtuoso para um desenvolvimento econômico planejado, voltado a um conjunto amplo da população, em todas as faixas etárias. Trata-se da construção de estabilidade institucional no sistema educacional, com impacto direto na atuação no mercado, na geração de oportunidades de qualificação e na ampliação da empregabilidade para todos os capixabas, considerando tanto os arranjos produtivos tradicionais quanto os emergentes.

Isso é desenvolvimento econômico com responsabilidade social, pois a política pública é pensada para quem está tanto no interior quanto na Grande Vitória. Isso é governar para todos.

\* \* \*

Quanto à segurança pública, ela se apresenta como um grande dilema para qualquer governo, em qualquer lugar do mundo. A segurança aborda dimensões sócio-históricas, numa perspectiva de sociedade que precisa caminhar para construir uma cultura de paz.

Contudo, governar é dar segurança ao cidadão. E pensar a segurança no Brasil traz dilemas locais. A segurança, como toda política pública, leva em consideração ações de curto, médio e longo prazo, como diz a Constituição Federal.

Como vimos, o Espírito Santo sempre foi percebido como um lugar perigoso e violento. As razões disso estiveram atreladas, também, ao crime organizado. Assim, havia estruturas que contribuíam para as estatísticas do crime.

Hannah Arendt observa que a banalidade do mal se instala quando práticas moralmente graves passam a circular com aparência de normali-

dade, amparadas por linguagem de dever, disciplina e legalidade, como se o agente estivesse apenas fazendo o que era preciso para manter a ordem. Nessa perspectiva, o problema não se limita à intenção individual, porque se amplia quando a engrenagem institucional oferece justificativas, rotinas e incentivos que tornam o ilícito administrável, previsível e, aos poucos, tolerado.

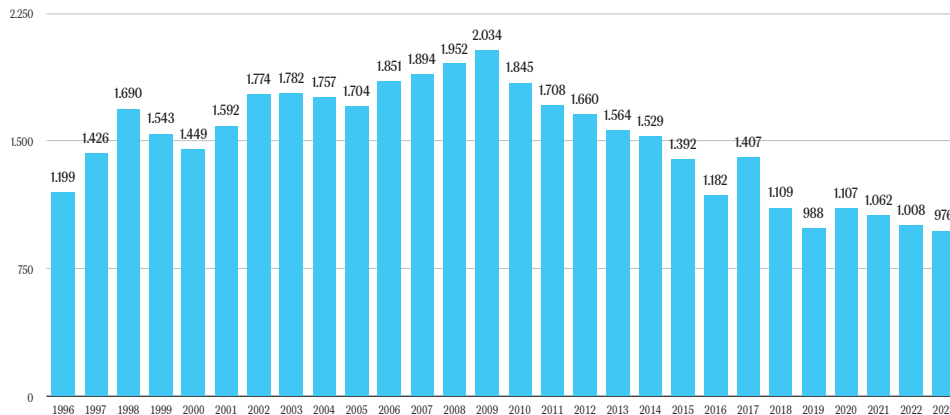
Nesse ambiente, a vinculação de advogados, delegados, policiais e outros agentes situados nas estruturas do Estado ao funcionamento de esquemas criminosos deixa de ser um desvio isolado e passa a indicar uma forma de captura de procedimentos e decisões. O resultado é a normalização do indevido, não como exceção escandalosa, mas como prática cotidiana que se legitima pela própria forma — pareceres, ritos, despachos, tramitações — e pelo argumento de que se estaria “contribuindo com a ordem”.

Dr. Zardini lembra de sua passagem pelo governo e da complexa situação encontrada na área de segurança, principalmente no sistema prisional:

“(…) no âmbito do Poder Executivo, da reorganização do sistema prisional, quando eu assumi a Secretaria de Justiça, exatamente em 2004, eu administrava escombros”.

**FERNANDO ZARDINI**  
DESEMBARGADOR

No gráfico dos homicídios ocorridos no Brasil a partir de 1980, observa-se que o Espírito Santo figurou em segundo e terceiro lugar de 1993 até 2012. Tais dados coincidem com todo o histórico de assalto às instituições capixabas — Executivo, Legislativo, Judiciário e Tribunais. O que deixou de funcionar?



No governo Casagrande, o rumo da segurança pública também foi repensado. Em um país atravessado por heranças autoritárias e por respostas tradicionais centradas apenas na repressão, a adoção de novos paradigmas de proteção pública exige diálogo social, coordenação institucional e definição clara de prioridades.

Como política pública, foi estruturado o Programa Estado Presente em Defesa da Vida, concebido como um conjunto articulado de ações envolvendo diferentes secretarias e órgãos da administração estadual, com foco na integração entre prevenção, gestão e resposta, buscando dar unidade a uma área historicamente marcada pela fragmentação”, Logo no primeiro ano do governo, o propósito foi “reduzir os índices de violência e criminalidade, com foco especialmente em crimes letais – homicídio, feminicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte”.

Álvaro Duboc aborda a evolução na área da segurança ao relembrar o passado recente, entre 1993 e 2012, quando “era preciso reestruturar a política de segurança pública, não somente pensando no sistema de justiça criminal, não somente focado na questão das ações das instituições policiais, Ministério Público, Judiciário, mas olhando também para forma como o Estado deveria se apresentar a esses territórios onde têm indicadores mais elevados de violência, e para a forma como deveria atuar no fortalecimento comunitário”.

Casagrande afirmou que “o Estado Presente precisa se especializar no enfrentamento de crimes contra as mulheres e contra os jovens, principal-



“Nós fizemos uma maximização da transparência que não era vista em outros estados... O Espírito Santo passou a dar transparência aos incentivos fiscais [...] e hoje tem um painel de transparência, que é algo que passou a ser cobrado pelos rankings de transparência. São experiências que a gente vê que vão sendo replicadas e que elas nasceram aqui”.

**EDMAR CAMATTA**  
SECRETÁRIO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

mente os negros. Queremos realizar políticas públicas nessas áreas. Precisamos usar a tecnologia, já que não podemos repor o efetivo policial de um dia para o outro. Queremos implantar o cerco eletrônico em toda a Região Metropolitana da Grande Vitória. Temos que conversar com o Dnit, PRF, Detran e a concessionária ECO 101 para tentarmos viabilizar também nas rodovias federais”.

Atuando em dois eixos, o controle da criminalidade e a prevenção primária da violência, o Estado Presente permitiu sentir os primeiros resultados com a diminuição da violência, caindo para a 8ª colocação em 2014. Já na alternância com o governo seguinte, atingiu-se o nível mais baixo, até então alcançado, o 15º lugar, evidenciando a efetividade da política pública de Casagrande.

\*\*\*

Uma das marcas da governabilidade para todos de Casagrande foi a “Nota A”, conquistada em 2012. O selo de excelência classificou o Espírito Santo como um dos estados com as contas mais equilibradas e transparentes do Brasil, facilitando investimentos e garantindo um futuro financeiro mais seguro para o Estado.

O selo refere-se à classificação dada a estados e municípios pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com base na sua gestão fiscal e na capacidade de pagamento (Capag). Além disso, verifica-se também a qualidade da informação contábil e fiscal, bem como o cumprimento de metas estabelecidas pela STN para sua manutenção.

A organização das contas “transformou o Estado e tornou-se algo cultural”, afirmou Marcelo Ricardo Altoé, secretário de Estado da Fazenda (Sefaz) no primeiro governo de Casagrande. Essa mudança foi forte, até mesmo para quem já estava experiente na gestão pública. Marcelo comenta sobre a reação dos pares: “quando a gente apresentou os resultados fiscais do Espírito Santo para os nossos pares, nas reuniões de secretários, eles chegaram até a duvidar dos resultados”.

Álvaro Duboc, referindo-se a esse momento da conquista, reflete que a nota não é apenas um indicador técnico, mas o resultado de um planejamento iniciado em 2013, que visou à aplicação responsável dos recursos públicos para garantir o avanço de políticas públicas e infraestrutura no longo prazo.

O selo “Nota A” foi a demonstração de que política pública se faz com investimentos, e não somente com restrição de gastos. A efetividade da política pública gera, como resultado, economias indiretas, com a redução dos custos do Estado em manter mecanismos ineficientes que elevam os gastos da operação estatal.

Casagrande ressalva sobre a conquista:

“(…)quem tem ‘Nota A’ não pode cair. Então, nosso compromisso nos obriga a mantê-la. Nós estamos condenados a manter essa nota”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

Para Marcelo Altoé, o selo funciona como um atestado público de solidez e transparência, porque sinaliza previsibilidade e segurança institucional para investidores e oferece à sociedade civil um parâmetro mais claro sobre como os recursos públicos são administrados e aplicados.

Isso reforça a lógica da estabilidade institucional almejada. O voo precisa entrar em condição de cruzeiro, e os mecanismos que sustentam essa manutenção devem ser revistos periodicamente, para evitar qualquer forma de retrocesso.

Investir envolve pessoas, infraestrutura e relações institucionais, tanto no interior do governo quanto com a sociedade civil organizada.

É o servidor público que materializa a ação do Estado. Um funcionalismo bem estruturado, com condições de trabalho e processos claros, reduz retrabalho e desperdícios. Na saúde, por exemplo, quando o paciente é bem atendido na atenção básica, tende a não buscar, por necessidade, o sistema hospitalar de alta complexidade, o que libera vagas para quem de fato precisa. Na educação, manter adolescentes na escola e reduzir a evasão também



“Para haver harmonia tem que ter respeito à independência. Então, esse exercício pleno de independência e harmonia fez com que surgisse um ambiente de elevada maturidade institucional, que tem como produto final essa estabilidade, um estado de regras claras. É o Estado que tem a maior capacidade de investimento do Brasil. É o único Estado que tem nota A pela Secretaria do Tesouro Nacional, capacidade de pagamento, que mede endividamento, liquidez, etc. É o único Estado que tem nota A por 13 anos consecutivos. Nenhum Estado chega perto do Espírito Santo”.

**RODRIGO CHAMOUN**

CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESPÍRITO SANTO

diminui custos, porque a conclusão no tempo regular evita despesas adicionais para o sistema educacional e reduz vulnerabilidades que, mais adiante, podem pressionar outras áreas, inclusive a segurança pública.

Por isso, investir em infraestrutura é parte do núcleo da política pública. Construir escolas com estrutura adequada, valorizar profissionais da educação, garantir quadras, tecnologias digitais e espaços de convivência fortalece o processo formativo e previne a desmotivação que, muitas vezes, leva à repetência e ao abandono. Em termos simples, é mais eficiente financiar boas condições de aprendizagem do que gastar novamente para reintroduzir, recuperar e manter estudantes em trajetórias interrompidas, o que significa pagar duas vezes por um resultado que poderia ter sido obtido na primeira passagem.

Há, ainda, o investimento em relações institucionais, sejam elas entre órgãos e poderes, sejam com organizações da sociedade civil. Essa articulação amplia a capacidade de ação do Estado, melhora a coordenação das políticas e tende a aumentar a efetividade das entregas públicas.

Todas essas dimensões respondem à lógica da eficácia institucional.

\* \* \*

Mesmo com os indicadores mostrando dados favoráveis de estabilização no Espírito Santo, a situação no cenário nacional mostrou que os ventos haviam mudado. Movimentos conservadores eclodiram e ganharam espaço, questionando os resultados dos programas sociais do governo federal e incutindo, na mente do cidadão, a ideia de que eram insuficientes. Até então, o governo capixaba desfrutava de uma boa relação com o governo federal.

O estopim veio com o movimento “Não é por 20 centavos”, iniciado em São Paulo, questionando a qualidade do serviço público, e que se alastrou por todo o Brasil. Em seu momento mais forte, levou cidadãos às ruas contra o

governo federal. No Espírito Santo, registrou-se o maior número de manifestantes, proporcionalmente, quando cruzaram a Terceira Ponte, da capital para Vila Velha.

Sobre as manifestações de 2013, Renato Casagrande descreveu o período como um “levante” sem precedentes, afirmando que o Espírito Santo nunca havia registrado mobilizações tão grandes. O governador destacou que esses eventos foram marcados por características específicas e desafios de gestão direta.

Politicamente, o que ficou desse ponto foi a ausência de pauta e o forte uso das tecnologias digitais como instrumento de mobilização. “Não havia uma pauta. Não tinha nada, mas a rede [social] mobilizava as pessoas; não tinha [um líder do movimento] com quem conversar; havia gente violenta, infiltrada. Então, teve a hora de a gente resolver. A hora de resolver foi quando atacaram o Palácio Anchieta”, relembra o governador, ao destacar a dificuldade e o ineditismo da circunstância política que envolveu a situação.

Duboc analisa que o movimento tinha natureza difusa e múltiplas causas: capturou o sentimento de insatisfação e o medo das pessoas em um período de crises simultâneas, como a econômica e a de instabilidade política, nacional e internacional.

O Desembargador Pedro Valls Feu Rosa, com o benefício do tempo transcorrido, analisa as intencionalidades da pauta difusa das manifestações. O cerne estaria no fato de que “a juventude não está conseguindo ver nos estados a possibilidade deles receberem o que lhes seria de direito”. O horizonte de expectativas torna-se turvo e gera, como possibilidade, um futuro inviável.

Levando esse raciocínio para os fatos de 2013, Feu Rosa apontou que o Estado está deixando de cumprir o seu papel institucional,

“Lá na origem é o nosso Estado que não está entregando prestação jurisdicional, não está entregando acesso aos mecanismos de produção de riqueza, não está entregando estabilidade jurídica. É arrisco a dizer que, sobre esse aspecto o Brasil até piorou de lá para cá”.

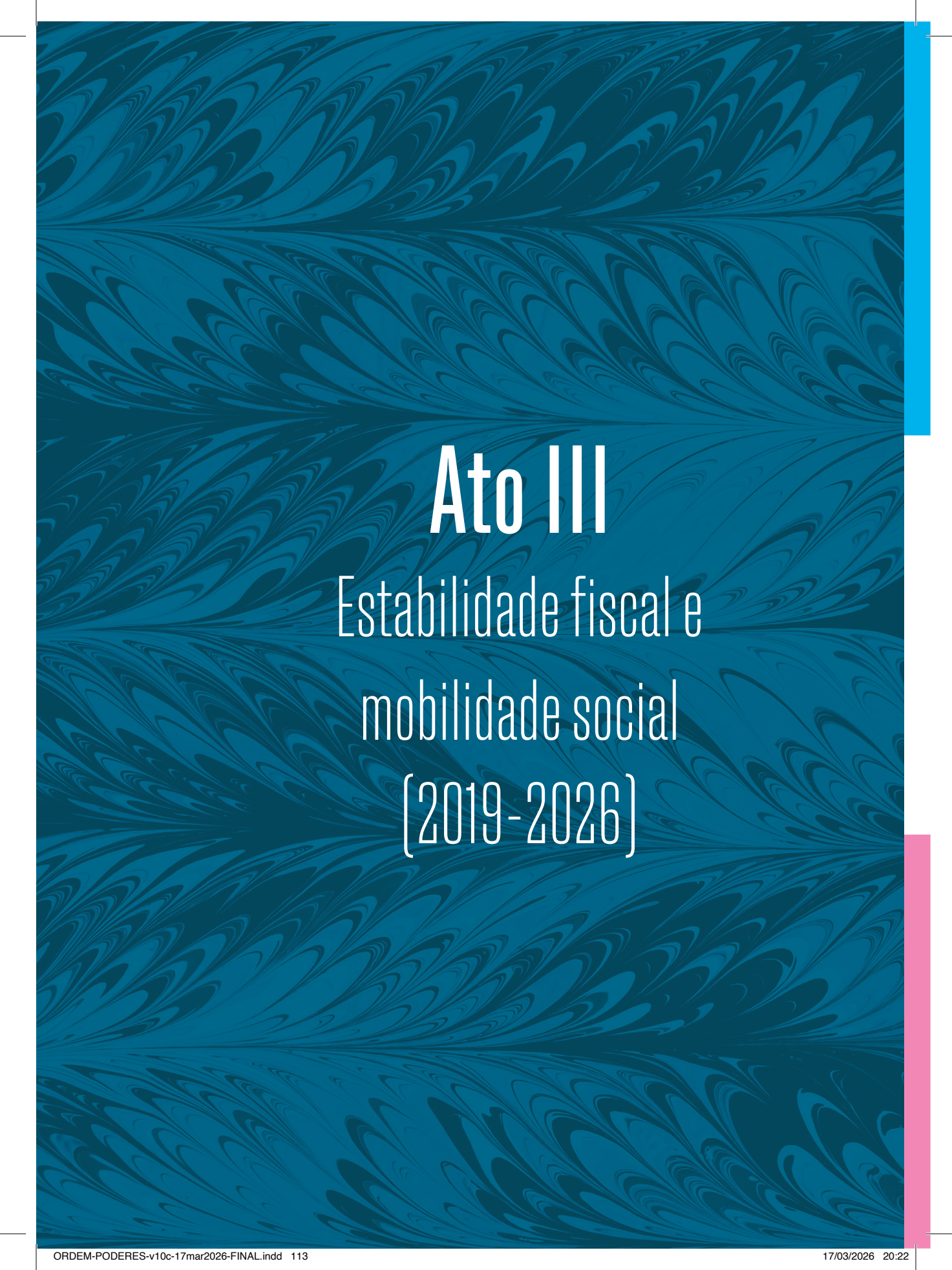
**PEDRO VALLS FEU ROSA**  
EX-PRESIDENTE DO TJES

Tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, essa lógica permitiu que forças conservadoras ganhassem espaço politicamente e iniciou uma era de retrocessos políticos e sociais.

A estabilidade institucional deste momento permitiu, novamente, uma transição de cargo republicana.

criou espaço para a população capixaba se capacitar em cursos de extensão, para atender às necessidades de aprimoramento da mão de obra e suprir as demandas exigidas pelo mercado.

\* \* \*



# Ato III

Estabilidade fiscal e  
mobilidade social  
(2019-2026)

# Capítulo 6

Construindo um Espírito Santo  
estável e controlado

Vida pública é serviço, assim se espera, ao menos em sua intenção. É uma forma de liderar da qual se aguarda certo grau de altruísmo. Chegar à política com senso de prestação de serviço e fazer disso uma filosofia deixa claro o tom da conversa: que tipo de sociedade nós desejamos?

Incorporar essa missão de vida e manter-se fiel a um chamado requer ter em mente as origens. “Eu, de fato, nunca tinha imaginado poder ser candidato a alguma função pública. Não tinha essa pretensão na minha juventude, mesmo quando eu estava estudando, fazendo graduação lá em Viçosa, em engenharia florestal; eu sonhava mesmo em atuar como engenheiro florestal. Mas a minha atividade com as comunidades da minha cidade, no município de Castelo, me levou a ser descoberto pelas pessoas, e as pessoas me incentivaram a entrar na disputa de alguma função eletiva”, lembra o governador sobre o começo na vida pública.

Percebe-se isso na coerência dos discursos, que se alinham e se ajustam ao espírito do tempo, mas sem perder a essência: “assumimos a responsabilidade de realizar um governo de resultados, ancorado no equilíbrio fiscal, mas orientado prioritariamente para o atendimento às demandas e necessidades dos cidadãos e das cidadãs, daqueles que precisam mais – nem todos precisam da mesma intensidade –, mas daqueles que precisam mais, definindo prioridades; e vamos lutar com todos os meios que estiverem ao nosso alcance para que a União cumpra, com a presteza necessária, suas obrigações com o nosso Estado”.

Enquanto isso, no cenário nacional, o Executivo perde o controle do orçamento e a capacidade de ditar as políticas públicas, com o Legislativo avançando sobre áreas que são, por papel institucional, deveres do Executivo; como as Emendas Pix, onde os membros do Congresso Nacional transferem verbas do orçamento federal diretamente para os seus redutos eleitorais, sem nenhuma rastreabilidade quanto à execução dos recursos. O Brasil de hoje repete, com atualizações maléficas, o que ocorreu no Espírito Santo na década de 1990.

\* \* \*

Se a primeira década foi marcada por um período de ajustes e acomodação, a segunda década caracterizou-se por profundas mudanças no jogo político, tanto no cenário nacional quanto no local, bem como por mudanças no cenário internacional.

As mudanças começaram com a crise americana de 2008, quando o sistema financeiro foi abalado com a quebra do banco Lehman Brothers, em função do mercado imobiliário americano. O Brasil conseguiu atravessar bem esse momento. Como disse o então presidente Lula (PT, 2003-2011), no final do seu segundo mandato, foi uma “marolinha”.

As instituições brasileiras, principalmente as do setor financeiro, mostraram-se firmes diante de crises internacionais mais fortes. Isso criou ambiência para a eleição da primeira mulher presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT, 2011-2016).

A nova crise veio com o ajuste dos preços das commodities, em 2014. Após um longo período de superciclo das matérias-primas, puxado pela economia chinesa, chegou o momento de correção, com forte queda dos preços, em função da desaceleração do país asiático. O Brasil, grande fornecedor, seja de recursos minerais, seja de alimentos, sofreu intensamente, bem como o Espírito Santo, por onde tais produtos são escoados.

O Real, até então forte, entrou em um processo de desvalorização a partir do final do governo Dilma, perdendo poder de compra interna e externamente. Em um país que se apresenta como o “celeiro do mundo”, isso produziu impactos sociais importantes, pois os preços dos alimentos são dolarizados. Com uma cesta básica pressionada pelo dólar, afetou-se, sobretudo, os mais necessitados.

Diante desses cenários, ventos conservadores capturaram a pauta social e deu-se início a um processo de desmonte de políticas sociais, agora com o



“O nosso estado passou por um período realmente difícil [...] É importante frisar que depois que Casagrande assumiu, os níveis de investimento cresceram drasticamente. Saímos de uma média de menos de \$1 bi de investimento e hoje estamos em \$4, \$4.2 bi de investimento com recursos próprios. Isso mostra o que? Mostra que o Estado hoje tem saúde financeira sobrando, e que ele pode pegar o dinheiro do próprio caixa e investir, coisa que antes a gente não podia”

**BENICIO COSTA**  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

suporte de parte da população, que se tornou cada vez mais dividida. Ser de direita e de esquerda passou, gradativamente, a entrar nas conversas de bar e, principalmente, nas redes sociais. O brasileiro passou a se interessar cada vez mais pelo jogo político, sem perceber que estava sendo tragado por um “espírito do tempo” que precisava ser debatido e questionado. Esse movimento levou a uma dificuldade crescente de debater ideias na arena pública.

O Espírito Santo foi fortemente impactado por essas transformações. Sua vocação logística, baseada na exploração e circulação de matérias-primas, evidenciou-se de forma sensível, uma vez que grandes empresas globais mantêm operações no Estado, especialmente nos setores de petróleo, exportação de grãos e minérios, celulose, além da cadeia siderúrgica. Nesse contexto, o setor privado passou a adotar medidas como redução de quadros e corte de investimentos. Como consequência, houve diminuição da capacidade de compra das famílias, que passaram a substituir produtos e ajustar padrões de consumo para adequá-los ao orçamento disponível.

\* \* \*

Esses quatro anos em que Casagrande esteve na alternância democrática do governo foram intensos, com o impedimento de Dilma Rousseff e muitos retrocessos políticos.

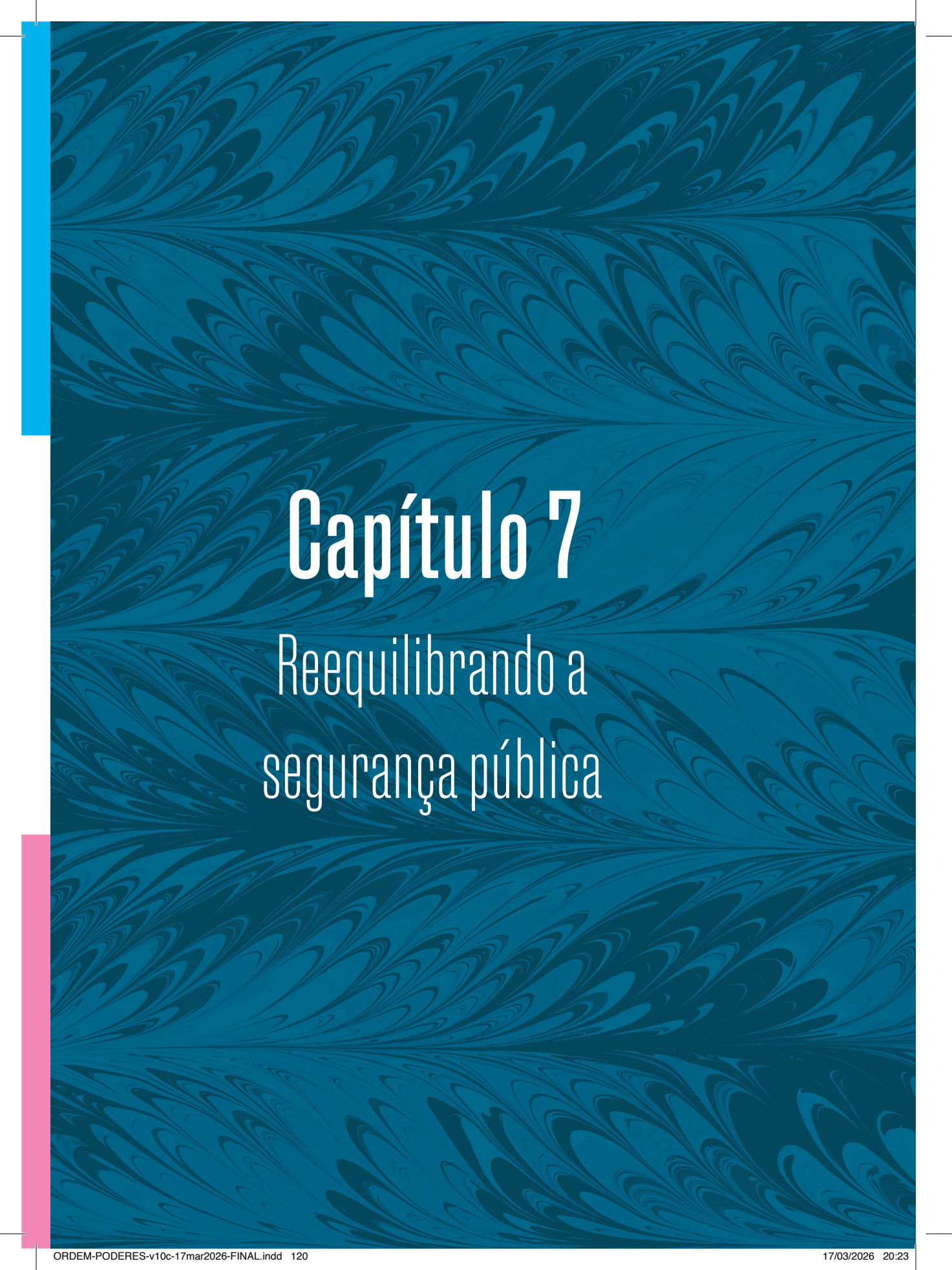
Na posse, Casagrande retratou o cenário: “hoje, quatro anos depois, recebo do governo do Espírito Santo a mesma ‘Nota A’ no campo fiscal, mas com enorme déficit de investimentos e praticamente todas as áreas da administração estadual, em todas as áreas. Dezenas de obras tiveram sua execução suspensa ou foram simplesmente abandonadas. Setores essenciais para a vida dos cidadãos, como a segurança pública,

se viram sem recursos até para suprir necessidades básicas de custeio. As demandas sociais cresceram sem resposta correspondente por parte do governo [...] para coroar esse recuo administrativo e político, desabamos do primeiro para o 14º lugar em transparência entre os 27 estados da federação”.

O cidadão mais necessitado estava fora da agenda política, paradoxalmente, em um Estado com recursos em caixa. Faltava aquele “espírito da origem”, de entender o propósito de ser um cidadão com o privilégio de atuar na causa pública. “Por falta de políticas anticíclicas, capazes de oferecer alternativas para empreendedores e trabalhadores, nosso vigor econômico foi contido. O desemprego disparou, a falta de perspectiva ocupou o lugar do otimismo que animava a população. A crise nacional e a ausência local fizeram com que a gente ampliasse o número de capixabas em extrema pobreza”, disse o governador.

Novos tempos fazem-se com ajustes. Fazem-se, também, com novos paradigmas. E usá-los significa, igualmente, manter valores que fazem a sociedade progredir, como ter o cidadão no centro da política pública. O Estado atravessará, em um futuro próximo, mudanças que impactarão a economia e a sociedade capixaba, em função da perda de incentivos fiscais e de mudanças tributárias. Faz-se necessário preparar a casa para esse presente já anunciado. Casagrande comentou, em sua posse, a responsabilidade de ter uma equipe para responder e atender a tais necessidades: “Nossa equipe é uma equipe que faz essa transição, que sai de uma política de traços e de comportamento mais conservador, para uma política que aponta para o presente e o futuro do Estado do Espírito Santo [...] para que a gente possa, de fato, chegar a resultados extraordinários no Estado do Espírito Santo, na direção de levar à sociedade que mais precisa de nós, de fato, serviços públicos”.

\*\*\*



# Capítulo 7

## Reequilibrando a segurança pública

Um dos passivos mais complexos a se administrar, a crise da segurança pública desafiava a tranquilidade e o funcionamento das instituições. A resposta ao problema avançar em uma política pública de segurança com resultados comprovados. O Programa Estado Presente, um novo modelo de gerenciamento da segurança pública, através de investimentos e inteligência, indo contra a lógica de repressão historicamente vigente na segurança pública brasileira.

Outro fator complexo foram as denúncias ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas sobre os maus-tratos aos encarcerados, presos em celas feitas em contêineres, que ficaram conhecidas como masmorras. Prevaleceu a lógica da repressão, da violência e do abandono, uma vez que os dados mostram que os encarcerados são formados pelos extratos mais baixos das camadas sociais.

Diante desse cenário, também ficou abandonado o funcionalismo responsável pela segurança. Familiares dos policiais militares começaram a reverberar a necessidade de reajustes salariais, uma vez que esse segmento do funcionalismo público não pode fazer greve nem apresentar tais reivindicações.

Os índices de segurança voltaram a piorar, e o colapso deu os primeiros sinais nos presídios: superlotação, maus-tratos, criminosos controlando a “bandagem” dos presídios, como relatou Pablo Lira, diretor do Instituto Jones dos Santos Neves: “os presos, de dentro do presídio, davam ordem para matar gente na rua”.

Em 2017, diante de tanta insatisfação, os militares se rebelaram. Foi uma das cenas mais complexas vividas pelos dirigentes e pela população. A crise foi um fenômeno abrangente, de ruptura do pacto de segurança e de uma grave patologia do diálogo institucional.

Os fatores foram múltiplos, envolvendo a capacidade de diálogo com as corporações, questões sociais em função do soldo e oportunismo político de certos grupos, que se aproximaram dos manifestantes e se valeram das pautas para interesses específicos. Duboc recupera o estado de espírito sobre a questão naquele momento: “essa situação, em 2019, quando o Renato assumiu com uma expectativa muito grande de toda a estrutura da segurança pública, [que estava] muito machucada, e a Polícia Militar mais ainda”.

“A crise da Polícia Militar foi o último episódio bem marcante de instabilidade institucional que o Estado do Espírito Santo teve”.

**FERNANDO BRAVIM**  
DESEMBARGADOR

As relações na vida, de certa forma, fluem melhor quando há bom diálogo. O desembargador Fernando Zardini aponta que “isso tudo poderia ter sido evitado se o diálogo tivesse prosperado”. Houve inabilidade para lidar com as tensões na segurança pública, resultando em um diálogo mal conduzido entre o governo anterior e as categorias.

As lideranças do movimento identificaram uma oportunidade para agir quando o ex-governador deixou o cargo para realizar tratamento de saúde. Entenderam que conseguiriam tempo de articulação e que o Palácio Anchieta demoraria a se movimentar. As ações dos manifestantes se iniciaram no mesmo dia da licença do ex-mandatário.

A imprensa explicava a motivação da insatisfação, motivada pelos baixos salários recebidos pelos militares, com o pior salário do país. A corporação estava há quatro anos sem reajustes e com as solicitações não atendidas pelo governo.

Tal questão tem um elemento legal dificultador: a possibilidade, ou não, do direito à greve do funcionalismo público que atua na segurança e, espe-



“A política de segurança pública tem que ser vista como política integral. Ela não pode ser vista somente como política isolada, com responsabilidade somente da Secretaria de Segurança. [...] Mas quando o governador traz para si a coordenação da política, ele sinaliza também para a sociedade e para as instituições: ‘Isso é prioridade para mim’”.

**ÁLVARO DUBOC**  
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO



“Nós participamos do estado presente desde o seu início. [...] Defender o regime democrático, a ordem jurídica, os interesses individuais e sociais indisponíveis. Isso é muito amplo. Isso é tudo. É fazer tudo. É fazer tudo na vida. Então, a gente se planeja, a gente se organiza”.

**FRANCISCO BERDEAL**  
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

cificamente, no policiamento militar, vedado pela Constituição brasileira, pois é impossível substituir os serviços prestados pelos militares por outros profissionais.

A forma encontrada pelos militares foi o aquartelamento nos batalhões. Alegaram que não podiam sair porque as esposas fecharam os portões de acesso dos quartéis militares. O movimento ganhou corpo e se espalhou. Embora existisse uma pauta corporativa legítima, focada na valorização salarial – dado que a categoria alegava possuir um dos piores soldos do país –, essa motivação teria sido capturada por um pano de fundo político e ideológico. Os usos indevidos das redes sociais e dos mensageiros foram explorados, valendo-se de mentiras – as fake news – para manipular e confundir a opinião pública. Assim como em 2013, a greve foi um movimento sem rosto.

Dra. Luciana Andrade e Dr. Francisco Berdeal lembram da pronta ação do Ministério Público em conversar com as lideranças logo no início da crise: “nos reunimos com as interlocutoras do movimento grevista, que até então era um movimento sem rosto, sem liderança, que era toda uma estratégia, obviamente, do próprio movimento. Movimento ilegal. PM não pode fazer greve”.

Foram 21 dias de greve. Com a falta de policiamento, o caos começou a tomar as ruas, com roubos frequentes e sem nenhuma forma de contenção. No 12º dia da paralisação, a Delegacia de Roubos de Veículos havia registrado 921 casos. O passo seguinte foi a escalada da violência. A população teve de conviver com um toque de recolher. O resultado foi de puro caos. Ao final, contabilizou-se a perda de 215 vidas, segundo a contabilidade do Sindicato dos Policiais Civis, uma vez que os números divergiram.

A reversão do clima tenso ocorreu com a vinda das Forças Armadas para restabelecer a ordem e permitir que a população voltasse a transitar com segurança. Após acordos, mesmo que costurados de forma tensa, os policiais foram, gradativamente, retornando às atividades. Dra. Luciana Andrade coloca que houve uma tentativa de desestabilização institucional.

“Romper a ordem democrática não é natural. É tomar um Estado para ser conduzido por interesses corporativistas, revestidos de uma pauta legítima. A gente sabe que havia, profundamente, uma pauta legítima, mas, no fundo, o interesse não era”.

**LUCIANA ANDRADE**

EX-PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA

Aquele foi um fevereiro sem carnaval.

Com o Governo Casagrande o diálogo, indispensável na condução de crises institucionais, reestabeleceu os canais de comunicação e negociação através das vias institucionais, o que resultou com a aprovação de uma anistia administrativa aos militares envolvidos no movimento grevista e o ajuste linear assegurado por lei da remuneração dos membros das forças de segurança pública. A anistia alcançou cerca de 2.600 policiais militares. Também possibilitou a reintegração de policiais expulsos, contemplando o ressarcimento salarial do período de afastamento.

A partir desse momento, ocorreram investimentos necessários em segurança pública. O Estado Presente mostrou que sua filosofia atende às necessidades do tempo e da sociedade capixaba. Com o avanço da digitalização, foram também incorporadas tecnologias digitais para ampliar a segurança pública.

Segurança pública vai além da repressão; envolve o equilíbrio de todas as políticas setoriais e está vinculada à saúde financeira do Estado também. Para o governador, há correlação entre o “bolso” do Estado e a paz nas ruas. Quando há política pública e capacidade de investimento constante, os resultados chegam na ponta, no cidadão, de diversas formas.



“O Programa Estado Presente tem algumas características. A primeira característica é que eu lidero. Muitos governadores deixam assuntos polêmicos para o secretário conduzir. Esse assunto eu mesmo lidero. Todo mês eu tenho reunião do Estado Presente fazendo avaliação dos dados da segurança e projetando as ações futuras. A outra característica é a compreensão de que segurança pública não é uma responsabilidade só da Secretaria de Segurança, da Secretaria de Justiça ou das Forças de Segurança. É uma responsabilidade de todo o governo”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR



“A própria formação dos programas mais importantes do governo tem diálogo institucional. O programa Estado Presente, por exemplo, reúne o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e as Guardas Municipais. Isso é uma demonstração clara de que só é possível um ambiente de segurança institucional, em que as instituições se respeitam e cooperam por uma finalidade pública”.

**RODRIGO DE PAULA**  
PROCURADOR GERAL DO ESTADO

O episódio demonstrou que, apesar da estabilidade fiscal e administrativa, a área de segurança pública ainda carecia de um plano equilibrado, de longo prazo, capaz de prevenir retrocessos.

A crise foi um aprendizado trágico que reforçou a necessidade de presença firme do Estado e de vigilância constante contra movimentos que utilizam a força armada para chantagear o poder civil.

O entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a interpretação da Lei de Greve aplicada aos militares reforça, ao mesmo tempo, a vedação jurídica e a responsabilidade institucional do Estado de assegurar canais regulares e eficazes de negociação, escuta e recomposição de demandas, justamente porque esses profissionais não dispõem do instrumento da paralisação para reivindicar direitos e condições de trabalho.

Casagrande retomou o programa Estado Presente em Defesa da Vida. “Encontramos um sistema com 10 mil detentos a mais do que a capacidade, após quatro anos sem a criação de nenhuma vaga. Montamos um grupo envolvendo o Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria, que está produzindo resultados extraordinários [...] retomamos o programa alinhando as polícias, prefeituras e outros poderes em reuniões mensais para monitorar 20 áreas estratégicas. O Estado, que já foi o segundo mais violento do Brasil em 2010, está terminando o ano com redução de homicídios e controle do crescimento da população carcerária através de audiências de custódia e tornozeleiras eletrônicas. Aliado a isso, mantemos a proteção social com programas de estágio e qualificação voltados para as comunidades mais vulneráveis”, apontou o governador, ao fazer um balanço do primeiro ano do segundo mandato.

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida não é uma política de segurança pública convencional. Sua arquitetura institucional foi concebida a partir de um pressuposto radicalmente diferente da tradição brasileira de segurança: o reconhecimento de que a violência é fenômeno multidimensional e, portanto, exige resposta multissetorial. Por isso, sua estrutura de governança, formalizada por decreto, coloca o próprio governador como coordenador-geral do programa, garantindo que a pauta da segurança pública seja tratada no mais alto nível do Executivo estadual. Abaixo dessa coordenação, a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) ocupa a função executiva, articulando as demais secretarias, monitorando

indicadores e preparando as reuniões estratégicas mensais – reuniões estas que se tornaram o coração do programa.

A estrutura do programa organiza-se em dois grandes eixos complementares: o Eixo de Defesa Social, sob coordenação da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP), e o Eixo de Promoção da Cidadania, sob responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH). Essa divisão não é meramente administrativa – ela expressa uma visão de mundo: a de que o Estado deve, simultaneamente, reprimir com inteligência e incluir com consistência. A lógica é que a criminalidade não se resolve apenas com policiais nas ruas, mas com escolas, empregos, saúde e pertencimento nas comunidades. Os dois eixos não concorrem entre si; atuam de forma interdependente, reforçando mutuamente os resultados.

O Eixo de Defesa Social representa a resposta qualificada do Estado ao crime. Diferencia-se das abordagens tradicionais por substituir a lógica da repressão indiscriminada pela gestão por resultados, ancorada em dados, metas e responsabilização territorial. Nesse modelo, as polícias Civil e Militar deixam de operar em paralelo e passam a planejar e executar operações conjuntas a partir de um mesmo diagnóstico territorial. O principal instrumento dessa integração é o Sistema de Monitoramento do Programa Estado Presente (SIMEP), plataforma que alimenta de informações todas as instâncias do programa em tempo real, possibilitando a identificação de indicadores desviantes – municípios ou bairros nos quais a criminalidade cresce acima da média – e o conseqüente redirecionamento de recursos humanos e logísticos. A prioridade das operações recai sobre os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), especialmente homicídios dolosos, com ênfase em prisões qualificadas de homicidas e integrantes de grupos criminosos, apreensão de armas de fogo e desarticulação do tráfico de drogas.

O Eixo de Promoção da Cidadania parte da premissa de que a violência tem raízes profundas na exclusão social, e que o Estado tem responsabilidade de intervir nos fatores que alimentam o ciclo da criminalidade. Por isso, o programa investe pesadamente em populações vulneráveis, com foco especial na faixa etária de 15 a 24 anos – grupo historicamente mais exposto à violência, tanto como vítima quanto como autor de crimes. As iniciativas abrangem múltiplas áreas: na educação, projetos como Qualificar ES, EJA Profissional e Escola de Educação em Tempo Integral ampliam as opor-



As cadeias metálicas foram enquadradas como afronta aos Direitos Humanos e à dignidade humana pelas ONU, levando à mudança de rumos pelo governo em questão.



Cenas da desordem social provocada pela crise da Polícia Militar, levando ao toque de recolher da população por 21 dias.



“O que que o cidadão espera de um policial, de uma polícia militar? Queremos ter uma garantia de tranquilidade. E que aquela pessoa que está fardada seja disciplinada, observando os direitos humanos.”

**JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS**  
DESEMBARGADOR

tunidades de permanência e qualificação; no esporte e na cultura, ações como Campo Bom de Bola, Campeões de Futuro e Oses nas Comunidades levam vivências transformadoras a bairros historicamente negligenciados; no campo do trabalho, o Capacitar para Empreender e o Inova Mercado oferecem inserção produtiva para jovens em situação de risco. Na saúde mental e social, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e os Centros de Cidadania Jovem funcionam como pontos de acolhimento e referência para famílias vulneráveis. No âmbito da segurança preventiva, destacam-se o Papo de Responsa, o Homem que é Homem – iniciativas de prevenção à violência de gênero e ao recrutamento pelo crime –, a Patrulha Maria da Penha e o Proerd, voltado às escolas.

A organização territorial é um dos pilares que explica a eficácia do Programa Estado Presente. O Espírito Santo foi dividido em cinco Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) – Metropolitana, Norte, Sul, Noroeste e Serrana – cada uma com um responsável da Polícia Militar e um da Polícia Civil que atuam conjuntamente, planejando operações integradas e respondendo solidariamente pelos resultados. Para um controle ainda mais preciso, as RISP foram subdivididas em 23 Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), compostas por um ou mais municípios. A coincidência deliberada entre as circunscrições da Polícia Militar (Batalhões e Companhias Independentes) e da Polícia Civil (Delegacias Regionais) elimina sobreposições de competência e favorece a troca de informações e o alinhamento de estratégias. Essa compatibilização territorial foi determinante para que o Estado passasse a responder à criminalidade de forma sistêmica, e não mais como reação episódica a crises localizadas.

Dentro dessa malha territorial, o programa identificou, com base em dados socioeconômicos e de criminalidade, os 30 aglomerados prioritários de intervenção, aqueles que concentravam mais de 50% dos crimes letais intencionais do estado e abrigavam as maiores populações em situação de risco. Na Grande Vitória, foram selecionados 20 territórios distribuídos entre Vitória (Nova Palestina, Bairro da Penha e Piedade), Vila Velha (Barramares, Ulisses Guimarães, Boa Vista, São Torquato e Santa Rita), Serra (Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina e Bairro das Laranjeiras) e Cariacica (Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança). No interior, mais 10 territórios foram mapeados em Guarapari, Cachoeiro de Itapemirim,

Aracruz, Colatina, Linhares e São Mateus. Em cada um desses territórios, o programa atuou de forma simultânea nas dimensões da segurança, da cidadania e do desenvolvimento social, reconhecendo que a transformação de um bairro exige mais do que policiamento – exige presença permanente e integral do Estado.

Um dos traços distintivos do Programa Estado Presente é o seu caráter genuinamente interinstitucional. Ao contrário de iniciativas que ficam restritas ao âmbito policial, o programa incorpora, em sua estrutura formal de governança, atores do sistema de Justiça cujo papel é determinante para a sustentabilidade dos resultados. O Ministério Público do Espírito Santo (MPES) participa ativamente das instâncias de monitoramento, atuando tanto na fiscalização das condições do sistema prisional quanto na formulação de estratégias de repressão qualificada ao crime organizado. O Tribunal de Justiça do Estado (TJES) integra o programa especialmente por meio das audiências de custódia, que permitem avaliar com celeridade a legalidade de cada prisão, reduzir o encarceramento desnecessário e controlar o crescimento da população carcerária – problema crônico que gerou a crise das masmorras do passado. A Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES), por sua vez, não só acompanha as condições de encarceramento, como leva assistência jurídica gratuita às comunidades mais vulneráveis por meio da Defensoria Itinerante, assegurando que os direitos fundamentais não fiquem restritos a quem pode pagá-los.

O alcance interinstitucional do programa não se limita aos órgãos estaduais. Em suas reuniões estratégicas, o Programa Estado Presente conta com a participação da Polícia Federal (PF), responsável pelo combate a crimes de maior complexidade e ao crime organizado transnacional, e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que desempenha papel vital na fiscalização das rodovias federais que cortam o estado – vetor importante do tráfico de drogas e armas. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) contribui com informações estratégicas que alimentam o planejamento das operações. No âmbito municipal, as Guardas Civis Municipais têm ampliado progressivamente sua integração ao programa, especialmente nos municípios com maior densidade urbana da Grande Vitória, atuando no policiamento comunitário e no monitoramento de espaços públicos. As prefeituras municipais, por sua vez, são parceiras indispensáveis na execução do eixo social: são elas que operam as redes de saúde, assistência social e educação nos

territórios de intervenção do programa, traduzindo em serviços concretos a política de prevenção à violência desenhada no nível estadual.

Com uma ação de inteligência e investimentos, o Estado atacou a redução de crimes violentos na faixa etária entre 15 e 24 anos, com investimentos do BID, redução do roubo e amplo investimento em novas tecnologias. Ao final de 2025, registrou-se recorde histórico, com a menor taxa de mortes violentas desde 1996, com 796 homicídios.

O vice-governador Ricardo Ferraço é o coordenador do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Segundo ele:



“No Programa ES500, estamos projetando chegar a 2035 como um dos cinco estados mais seguros do Brasil. Ou seja, a continuidade e o aprofundamento das estratégias do Programa Estado Presente nos dão a convicção de que, se chegamos até aqui, temos plena capacidade de avançar ainda mais”.

**RICARDO FERRAÇO**  
VICE-GOVERNADOR

# Capítulo 8

A prova de fogo das instituições:  
A Pandemia

Novas notícias chegaram da China. Um vírus desconhecido assolava a população, combinando duas características particularmente perigosas: alta capacidade de transmissão e de letalidade. Atacava o sistema respiratório, causava falta de ar e levava à morte. Era mais um tipo de síndrome respiratória aguda grave por coronavírus, mais um Sars. O mundo, que há décadas havia construído organismos multilaterais de saúde pública justamente para lidar com ameaças desse calibre, seria posto à prova em escala sem precedentes. A Organização Mundial da Saúde (OMS) nomeou o novo agente patogênico de covid-19 – junção de “COronaVirus Disease” com o numeral 19, referente ao ano de 2019 –, e convocou governos, parlamentos, tribunais e sociedades a uma resposta coordenada. A crise sanitária estava apenas começando, mas já anunciava que seria, também, uma crise das instituições.

A onda viral chegou à Europa com velocidade brutal, e as mortes passaram a dominar o noticiário mundial. Diante da alta letalidade e da total incapacidade de tratamento naquele momento inicial, hospitais entraram em colapso, pessoas deixaram de ser atendidas e morreram sufocadas. Imagens de parentes desesperados e de sistemas de saúde à beira do abismo tornaram-se o retrato de uma crise que não distinguia nações ricas de pobres, democracias de autocracias. O que diferenciaria os países, como os meses seguintes demonstrariam, não era apenas a robustez de seus sistemas de saúde, mas a qualidade de sua resposta institucional – a capacidade de governos, parlamentos, tribunais e órgãos de controle de agirem de forma coordenada, legítima e ágil em um cenário de emergência total.

O Brasil se preparava para as festividades de final de 2019, enquanto o governo federal oscilava entre o reconhecimento da ameaça e uma postura que minimizava a gravidade da doença e a antecipação de conflitos que marcariam a relação entre os Poderes da República ao longo de toda a pandemia. A primeira confirmação de contaminação no país foi dada em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, no Hospital Israelita Albert Einstein. O paciente sobreviveu. A partir dali, iniciou-se no Brasil um período singular de tensão institucional, no qual Executivo, Legislativo e Judiciário, chamados, cada qual à sua maneira, a desempenhar papéis decisivos na proteção da vida, na garantia dos direitos fundamentais e na fiscalização do uso dos recursos públicos.



“Naquele momento [agudo da covid-19], a gente não tinha uma direção central do país. [...] Então, o governador do Estado e nós da [Procuradoria], investidos das nossas instituições, tivemos de ser essa direção central. E não nos afastamos dessa tarefa, também premidos pelo medo de sair todos os dias, ver os filhos chorando e chegar em casa ouvindo: mãe, eu não quero que você vá para Brasília. Mãe, você vai morrer...”

**LUCIANA ANDRADE**  
EX-PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA

No Espírito Santo, o primeiro caso foi identificado em 5 de março de 2020, com pronta resposta do sistema de saúde local. O Estado ingressava na crise em condição relativamente distinta de outros entes federativos: anos de investimento em vigilância epidemiológica, uma estrutura de governança em progressiva consolidação e, o que se revelaria determinante, uma tradição de equilíbrio entre os Poderes que permitiria decisões técnicas serem tomadas e mantidas mesmo sob pressão política.

No plano federal, o Congresso Nacional aprovou legislações emergenciais que ampliaram poderes ao Executivo e criaram mecanismos de flexibilização fiscal (PEC do Orçamento de Guerra, Lei nº 13.979/2020). No Espírito Santo, a Assembleia Legislativa desempenhou papel normativo e de controle político, aprovando legislação estadual de enfrentamento à crise e autorizando créditos extraordinários para enfrentamento dos desafios.

No plano nacional, o STF proferiu decisões fundamentais: reconheceu a competência concorrente de estados e municípios para adotar medidas restritivas (ADI 6341), arbitrou conflitos federativos e enfrentou questões sobre vacinação compulsória. No Espírito Santo, o TJES e o Ministério Público estadual atuaram tanto na fiscalização de medidas restritivas quanto na proteção de direitos de grupos vulneráveis, assegurando a normalidade institucional, em meio à crise.

\* \* \*

Ao reassumir o governo, Casagrande continuou os investimentos em saúde, visando ampliar o atendimento à população. Na estruturação, implementou-se a Subsecretaria de Vigilância, em 2019, a cargo de Luiz Carlos Reblin, que defendeu uma “vigilância viva”, que não apenas registre dados, mas que esteja territorializada e capacitada tecnologicamente para intervir em tempo real, integrando o cuidado direto à análise epidemiológica.

Reblin conta uma experiência anterior de acompanhamento e monitoramento territorial de eventuais epidemias, feita no bairro São Pedro, na capital Vitória, que, numa visita técnica da Organização das Nações Unidas, foi apontada como inédita no mundo. Com a nova Subsecretaria de Saúde, retomando e ampliando esse princípio, “a gente criou uma diretriz de que cada cidade do Espírito Santo tivesse uma equipe fortalecida, capacitada e com instrumentos, ferramentas para poder acompanhar e monitorar e criar,

então, uma sala que a gente chamou de guarda alguma coisa assim, uma sala de vigilância em saúde, em tempo real, ficar monitorando os eventos”.

Com a chegada da pandemia, o Espírito Santo estava, de certa forma, com uma estrutura capaz de atender àquela demanda que se anunciava nebulosa e turva quanto às consequências futuras.

A Vigilância em Saúde é descrita por Luiz Carlos Reblin como uma área que, historicamente, operava como algo oculto, sendo pouco conhecida até mesmo por profissionais que atuam dentro da área da saúde. A pandemia de covid-19 teve um papel fundamental em dar visibilidade a esse setor, pois foi o momento em que a sociedade “descobriu” a importância da vigilância epidemiológica.

Fazendo um recorte nos fatos, qual foi o impacto da estabilidade institucional na área da saúde no Espírito Santo? Casagrande compreende que o investimento em infraestrutura é fundamental para garantir a continuidade do crescimento, conforme sua visão: “a primeira é o combate à desigualdade; segundo, a educação; e, terceiro, investimento em infraestrutura para melhorar a logística”. E os entraves e a falta de investimento em saúde foram, gradativamente, enfrentados.

A inteligência com a Subsecretaria foi uma visão corajosa e uma transformação cultural, uma vez que a vigilância “é uma das áreas que menos recebe investimentos” e passa, até mesmo dentro da equipe, de forma “invisibilizada”, conforme Reblin. Na covid-19, ela foi central no controle. De imediato, o governo disponibilizou 196 leitos de UTI. O Hospital Dr. Jayme Santos Neves foi destacado para se especializar no atendimento.

No auge da crise, a estrutura da saúde do Espírito Santo conseguiu atender a população capixaba. Os investimentos foram feitos na rede pública e parceira existente, e abriu-se mão da opção de usar hospitais de campanha. Um fato é que seriam temporários e, o segundo, o alto custo operacional, especialmente quando havia leitos disponíveis.

A decisão de não construir hospitais temporários estava inserida em um compromisso maior com a transparência e a ciência. Nésio Fernandes, secretário da Saúde, enfatiza que a gestão preferiu dizer a verdade sobre a necessidade de isolamento social, testagem e vacinação, em vez de criar uma falsa sensação de segurança com leitos improvisados, enquanto se



“Quando o governador chegou e perguntou: ‘olha, a gente vai precisar construir hospital de campanha, sim ou não?’ Eu falei: ‘Não, porque aqui está o projeto, aqui está o programa, aqui está a estratégia’. E ele, se convencendo daquilo, bancou esse assunto até o final. Porque ele sabia que não era só expandir leito, que nós tínhamos uma estratégia para testagem, para isolamento de casos, que a gente tinha espaço da rede privada para poder comprar. O Casagrande conseguia explicar, como alguém que não é da saúde, coisas que, às vezes, nem quem é da saúde sabe explicar”.

**NÉSIO FERNANDES**  
EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE

negava a gravidade da doença ou se defendiam tratamentos ineficazes, como a cloroquina. O governador Renato Casagrande foi peça fundamental nesse processo, pois bancou a decisão técnica mesmo sob pressão política, utilizando sua capacidade de liderança para explicar estratégias complexas de saúde à população.

Casagrande disse que “optou por não abrir hospitais de campanha. ‘Fizemos um investimento nos hospitais próprios, nos filantrópicos e em parcerias com os privados [...] Até agora, conseguimos atender a todos os que precisaram de leitos e ainda acolhemos 36 pacientes do Amazonas e 30 de Rondônia”, afirmou”.

O Estado também reativou leitos ociosos na rede privada, aumentando a oferta para atender durante a crise.

“Um hospital de campanha tem no máximo 50 leitos de UTI. Nós já abrimos 450 leitos de UTI. O Espírito Santo abriu o equivalente a nove hospitais de campanha fazendo a expansão na sua rede, e são muito mais eficientes porque esses leitos não são desmontados quando acaba a pandemia”.

**TYAGO HOFFMANN**  
SECRETÁRIO DE SAÚDE

O secretário de Planejamento, Álvaro Duboc, mostra como a decisão afetou positivamente a infraestrutura da saúde e foi acertada, pois o esforço para atender à demanda da doença resultou em um salto de 350 leitos de UTI, em 2019, para 1.200 leitos na rede própria atualmente. O secretário avalia que a pandemia acelerou o crescimento da oferta de leitos, que seria originalmente mais lento e gradativo.

“Nós tínhamos a necessidade de expandir, considerando o cenário que nós encontramos. Tínhamos ainda muita necessidade de expansão de leitos,

não somente de UTI, mas leitos em geral, leitos públicos. Nós tivemos que expandir para atender à doença e isso acabou ficando. Então, nós não tínhamos [essa infraestrutura]. Talvez, se não tivéssemos passado pela pandemia, teríamos chegado nesse número de leitos que tínhamos em 2022, talvez agora, em 2025 ou 2026”, relatou Duboc.

O Hospital Jayme Santos Neves, o maior da rede pública estadual, foi transformado em referência exclusiva para covid-19 durante o impacto da doença. Com o arrefecimento da pandemia e o avanço da vacinação, o governo precisou refazer o perfil do hospital, devolvendo os serviços originais que haviam sido distribuídos para outras unidades, como observou Álvaro Duboc.

Como legado, a Subsecretária de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Juliani Nunes Campos Johanson, fala do uso da tomada de decisão com base em dados e inteligência, que nortearam estratégias e ações assertivas. “Eu destacaria a maturidade das equipes. Se olharmos o retrato de sete anos atrás, íamos para reuniões com a saúde sem muitas informações. Hoje, trabalhamos com um painel alinhado que facilita o pedido de orçamento e o nosso controle. As equipes ganharam profissionalismo na gestão de dados.

A crise da covid-19 foi um esforço conjunto de todas as secretarias. Todavia, a Secretaria de Educação (Sedu) desempenhou um papel social importante nesse episódio, para além do escopo principal e da função ensino-aprendizagem. Para manter o controle de informação sobre os alunos da rede pública, as escolas foram importantes centros de monitoramento dos alunos e de seus familiares. Além disso, serviram também para o socorro emergencial, pois se sabe que muitos estudantes têm a escola como local para sua alimentação. O secretário Vitor de Angelo disse que “a pandemia foi um soco no estômago”.

No Espírito Santo, a estratégia de mitigação de perdas e de superação desse cenário envolveu ações emergenciais de assistência social, reestruturação pedagógica e um aumento significativo nos investimentos financeiros.

As alterações que Casagrande fez na gestão da educação, logo em seu primeiro ano, como aumentar os recursos diretos via fundo a fundo, diminuindo a burocracia e facilitando os investimentos, por meio do Programa Estadual de Gestão Financeira Escolar (Progefe), programa que garante autonomia financeira às escolas estaduais, repassando recursos para custeio e inves-

timento em manutenção, materiais, projetos pedagógicos e infraestrutura, sendo gerido pelos Conselhos de Escola e fiscalizado pelo TCE-ES, visaram à melhoria da educação e à autonomia administrativa das unidades, que destinou “R\$ 35 milhões para escolas prepararem início do próximo ano letivo com o objetivo de permitir que as escolas da Rede Estadual invistam em manutenção, atividades pedagógicas e administrativas e, desta forma, se preparem melhor para o início do ano letivo de 2020”. Isso facilitou as ações emergenciais tão logo a crise da covid-19 começou. Com esses recursos em caixa, as escolas atuaram nas medidas emergenciais, como a garantia da segurança alimentar dos estudantes.

O Diagnóstico da Vulnerabilidade Social mostrou que a decisão de distribuir cestas básicas revelou a profundidade das desigualdades sociais no Estado. Ao adotar o critério de inclusão para quem estivesse no Cadastro Único (CadÚnico), a gestão estadual descobriu que metade de seus estudantes dependia desse auxílio para ter o que comer. Segundo o secretário, a outra metade da rede não era composta por alunos ricos, mas por famílias que estavam apenas ligeiramente acima da linha de vulnerabilidade extrema. Um estudante sem alimentação adequada tem sua vida comprometida por causa da fome.

As gerações de estudantes foram atingidas de formas distintas, criando um vácuo institucional para aqueles que estavam no final da educação básica. A distribuição de alimentos foi a primeira camada de proteção para evitar que o impacto social se transformasse em um abandono escolar imediato.

A distribuição das cestas básicas reforçou a função da escola como um equipamento de assistência social e proteção para a população capixaba. Vitor relatou que a mitigação bem-sucedida das perdas da pandemia exigiu uma visão intersetorial, reconhecendo que a aprendizagem é indissociável das condições de vida do estudante.

O aumento real do investimento por aluno no Espírito Santo foi uma decisão política estratégica fundamental para o enfrentamento e a superação dos impactos da pandemia de covid-19. Enquanto a maioria das unidades federativas reduziu gastos na área, o Espírito Santo destacou-se nacionalmente por elevar seus recursos em educação no momento de maior crise.

O Espírito Santo investe hoje 83% a mais do que a média brasileira por estudante. Além disso, o investimento capixaba já supera o de países mem-

bro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Hungria, Grécia, México, Chile e Letônia, afirma Vitor de Angelo. A OCDE é um fórum internacional de países que buscam promover políticas para melhorar o bem-estar econômico e social, com foco em economia de mercado, livre comércio, desenvolvimento sustentável e cooperação, sendo conhecida como o “clube dos ricos” por seus membros de economias avançadas.

Um dos marcos da gestão foi a postura anticíclica durante a crise sanitária. O Espírito Santo foi o estado brasileiro que mais aumentou os investimentos em educação durante a pandemia, com uma alta de aproximadamente 15%. Segundo o secretário, apenas sete estados aumentaram o aporte de recursos nesse período; nos demais, o investimento caiu. O investimento por aluno saltou de R\$ 7.000 para R\$ 17.000 ao longo da gestão atual.

Enquanto os estudantes estavam em casa, o governo decidiu investir pesadamente na reforma das escolas, melhorando a infraestrutura das unidades. Foi implementado o uso de energia renovável e também ar-condicionado para os alunos nas salas de aula. O Estado investiu, voluntariamente, mais de R\$ 1,5 bilhão em obras, equipamentos e suporte técnico para os municípios. Isso incluiu o financiamento de escolas municipais de tempo integral, por meio do programa ProET, repassando um valor per capita para ajudar as prefeituras a arcarem com os custos de alimentação e carga horária ampliada.

Bruno Lamas, que, à época, era o Secretário de Assistência Social, relembra: “os benefícios foram mantidos e ampliados. Havia uma preocupação enorme com a população em situação de rua, que foi impactada. Esse serviço é de responsabilidade dos municípios e o Estado cofinancia. Então, o que nós fizemos foi aumentar o repasse. Nós tivemos um cuidado de não deixar faltar recursos nos municípios, na pasta da Assistência. Agimos do mesmo modo no repasse do Fundo a Fundo, que é o repasse do recurso estadual para os fundos municipais”.

A pandemia evidenciou a desigualdade entre as redes pública e privada. Enquanto alunos da rede privada tinham infraestrutura e suporte familiar, metade dos alunos da rede estadual capixaba estava no CadÚnico e dependia da escola para se alimentar.

O secretário apontou: “você tem grupos sociais e territoriais que tiveram um impacto maior e que têm, ainda hoje, um impacto maior. Existe uma

proporção de negros com uma aprendizagem pior do que a da população não-negra; ainda é, por exemplo, uma questão importante para a gente, um desafio grande, porque essa população de pretos e pardos foi ainda mais prejudicada do que a população não-negra, mesmo dentro da escola pública”.

A criação de equipes com 300 psicólogos e assistentes sociais foi essencial para lidar com as questões emocionais e de segurança escolar que se intensificaram no pós-pandemia, no âmbito da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE), criada pela Portaria 108-E, de 11 de novembro de 2019, como um grupo de acompanhamento psicossocial. Sua criação já antecipava a preocupação do governo com ações que visavam contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos estudantes da rede estadual. Essa estrutura foi fundamental durante e após a pandemia, para atender os rebatimentos da crise nos estudantes e em suas famílias.

O aumento real do investimento por aluno funcionou como o combustível necessário para que o Espírito Santo não apenas resistisse à pandemia, mas acelerasse políticas de inclusão e qualidade, garantindo que a escola pública oferecesse oportunidades, como intercâmbios e ensino técnico, que antes eram restritas a estratos mais ricos da sociedade.

A educação pública capixaba é 1º lugar no Brasil no Ideb do Ensino Médio, 3º lugar na alfabetização na idade certa e possui as melhores notas de redação no Enem. A rede de escolas de tempo integral possui 232 unidades, sendo 200 implementadas somente nos últimos oito anos, e está presente em 69 municípios. Estabeleceu a oportunidade de intercâmbios no exterior, com o envio de 500 estudantes. O projeto “Música na Rede” envolve 5.000 estudantes, apresentou o secretário Vitor de Angelo.

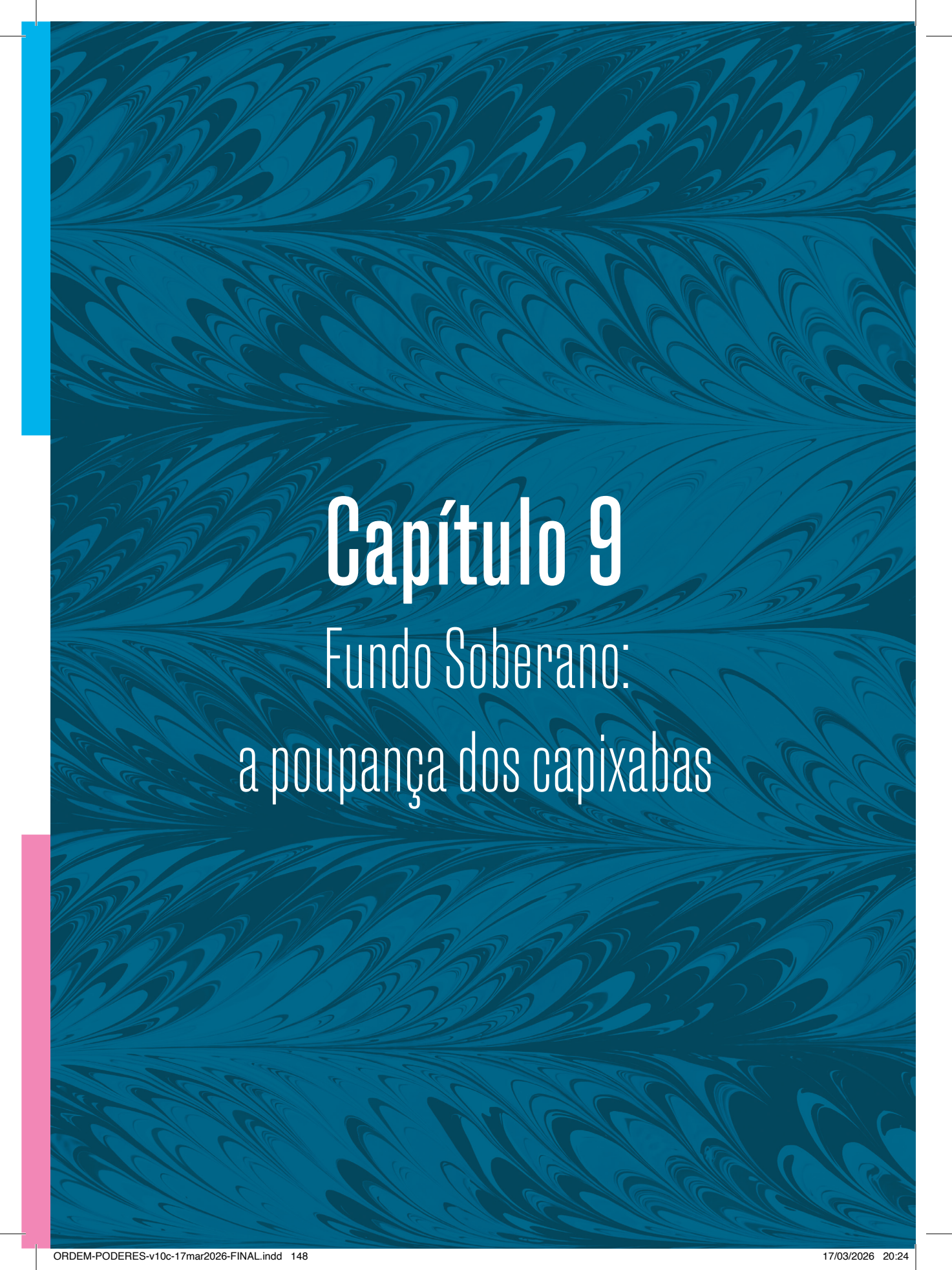
Esses dois exemplos, das secretarias estaduais da saúde e da educação na pandemia, dão a dimensão de como o sistema do governo foi testado ao seu extremo e respondeu às necessidades de forma positiva. Isso demonstra o papel de organização empreendido pelo Executivo na condução das decisões em um cenário de gestão de crise de longa duração.

Em situação de equilíbrio e estabilidade institucional, o Executivo cumpriu o seu papel como condutor e foi capaz de tomar as decisões necessárias, demonstrando controle da máquina estatal e tendo a população como foco da política pública.

\* \* \*

# Ato IV

## O equilíbrio das instituições



# Capítulo 9

## Fundo Soberano: a poupança dos capixabas



O Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo foi considerado o terceiro melhor do mundo.

Uma das características dos novos tempos da gestão do Espírito Santo foi a constituição do Fundo Soberano, veículo de investimento estatal que gerencia excedentes de riqueza do Estado vindos dos royalties do petróleo explorado em áreas do Espírito Santo. A criação do Fundo Soberano é a materialização de sua visão de longa duração.

O Fundo Soberano é uma poupança estatal. Os recursos podem vir de fontes diversas, como superávits fiscais, reservas de moedas estrangeiras ou receitas de recursos naturais, além de outras fontes de receita. Os fundos ajudam a economia estatal a passar por momentos de crise e de volatilidade de capital. Os fundos soberanos de Abu Dhabi e da Noruega são exemplos conhecidos pelo mundo. No caso do Espírito Santo, os recursos vêm da exploração do petróleo na costa capixaba.

Criado em 2019, por meio da Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019, o Fundo Soberano do Espírito Santo foi regulamentado pelo Decreto nº 4.765-R, de 26 de novembro de 2020, marcos legais que normatizam e definem todo o processo, explicitando as relações entre as instituições envolvidas, como Banestes e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

A política que leva ao Fundo Soberano é um pensamento estruturante e veio para responder à questão sobre o que fazer com os recursos financeiros advindos do petróleo, que também servem para financiar novos horizon-

tes de expectativas, como a mudança da matriz energética. Tal visão é uma forma de proteger as futuras gerações contra crises climáticas ou sanitárias, como foi a covid-19, transformando um recurso finito em um ativo perene.

Casagrande aborda que o Estado está baseado em um institucionalismo forte, alicerçado em regras jurídicas que garantam o futuro. Isso é levar a um Estado protetor, independentemente de quem esteja na cadeira do Palácio Anchieta. Para garantir tal condição

“Criamos o fundo soberano, que também dá mais segurança ainda aos capixabas e a quem vem investir aqui, porque é recurso da receita corrente líquida [do petróleo]. Preserva e reserva esse dinheiro, uma parte como poupança intergeracional, outra parte como investimento em novas empresas, em novos negócios”.

**RENATO CASAGRANDE**  
GOVERNADOR

O Fundo Soberano foi reconhecido como o terceiro melhor fundo do mundo. Com ele, pode-se atrair novas empresas para o Espírito Santo, principalmente de base tecnológica.

Esse marco é relevante, pois o Espírito Santo é o único Estado da Federação a contar com esse mecanismo. Até janeiro de 2026, o fundo dispunha de R\$ 2,3 bilhões em reservas. É a aplicação da lógica da “Justiça Distributiva”, que foca na distribuição equitativa de bens primários numa sociedade. É a criação de uma herança coletiva.

Percebe-se esse princípio na forma como o Fundo foi concebido, pensando a distribuição entre os municípios, como apontou Bruno Lamas: “O Fundo



“Para nós que somos servidores públicos, uma estabilidade institucional qualificada é aquela que permite ao Estado fazer aquilo que é a sua própria razão de ser, que é a efetivação, a garantia dos direitos fundamentais, respeitar o republicanismo, a democracia e os direitos fundamentais. É para isso que o Estado existe. E é essa a nossa função, ao final e ao cabo”.

**JASSON HIBNER AMARAL**  
EX-PROCURADOR GERAL DO ESTADO



“Eu considero o Renato um estadista, por quê? O Fundo Soberano é um exemplo clássico disso. Porque ele podia ter um fundo que pudesse gastar o dinheiro dentro do exercício do mandato dele. E ele fez um fundo soberano para as próximas gerações. Para enfrentar uma crise climática. Para enfrentar a covid. Quer dizer que nós, graças a Deus, a nossa estabilidade nós enfrentamos o Covid sem depender muito do governo federal... Então, eu vejo no Renato uma figura fantástica de diálogo. O Renato é um cidadão comum, na essência”.

**MARCELO SANTOS**  
PRESIDENTE DE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO



A vinda da fábrica de automóveis GWM para o Espírito Santo marca uma nova fase da indústria local.

Soberano é compartilhado com os municípios. O Estado é um Estado municipalista, o governo é um governo municipalista. Não fica só para o governo do Estado realizar suas ações. Ele é repartido em vários fundos, que vai mudar a vida pessoal na ponta. Por exemplo, [um fundo de] prevenções climáticas; se uma prefeitura inscreve um projeto para prevenir os problemas causados por enchentes, o Estado está financiando a vida da pessoa. Vai melhorar na ponta”.

Além do caráter de poupança, o Fundo Soberano é uma forma de impulsionar novos arranjos produtivos a partir dos recursos advindos do petróleo. Dessa forma, atua para gerar negócios que também proporcionam a transição energética e tenham foco na sustentabilidade.

Como resultado desse pensamento, foi criado o Fundo de Descarbonização, “fundo de investimento criado pelo governo do estado do Espírito Santo para financiar projetos de transição energética e descarbonização, com recursos provenientes do Fundo Soberano e cotistas interessados, como empresas, bancos ou organizações multilaterais”.

É um chamamento de todos os setores — público, privado e sociedade civil organizada — para cumprir com a responsabilidade, em que cada um precisa assumir as suas cotas. O Estado tem o papel de criar uma ambiência

para tais discussões, como aponta o governador, pois “o setor produtivo não vai fazer mudança de fonte de energia se não tiver incentivo para fazer. Se ele está produzindo ali e está produzindo bem, usando energia fóssil e tal, ele não vai mudar assim só por mudar, só por consciência. Grande parte das pessoas precisa de uma cobrança, de uma penalidade ou de um incentive”.

Esse é o papel de um governo socialista, envolver todos em prol de um benefício coletivo. Quando o setor privado participa do fundo criado pelo Estado, o que se tem em mente como resultado é o benefício da população, para que não esteja exposta a condições ambientais e climáticas que a coloquem em risco.

É também um olhar para as origens, como coloca o governador Renato Casagrande: “montamos em Castelo a Associação Castelense de Proteção Ambiental, quando eu era estudante [em Viçosa]. Depois que eu me formei, [retornei e] fui trabalhar em Castelo. Cuidei da parte de desenvolvimento rural e meio ambiente. Fizemos 11 grandes projetos, como Socólica em Planta, que é plantio de frutas em beira de estrada, margem de rios. [Desenvolvemos um] Trabalho de educação ambiental com estudante. Depois, eu fui deputado estadual; depois, vice-governador; fui secretário de Estado da Agricultura; depois eu fui Secretário do Ambiente da Serra; depois, no Congresso, eu criei a comissão mista de Mudanças Climáticas, que reúne Câmara e Senado; fui presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado; então, eu sempre tive uma relação com essa área de agricultura, de meio ambiente. E no governo, também, a gente acaba se voltando um pouco para esse tema, que é um tema também importante. O tema ganhou muito prestígio no debate público pela situação do planeta, pelo aquecimento global, por aquilo que a gente, lá quando eu comecei, não tinha muito debate ainda sobre aquecimento global, sobre mudanças climáticas, mas o tema veio ganhando relevância”.

O vínculo com as origens evidencia o crescimento e o amadurecimento junto com o tema, sendo capaz, no tempo presente, de criar políticas que pensam e se direcionam para o bem-estar da população capixaba, envolvendo e responsabilizando toda a sociedade no debate. Nesse contexto, o fundo tornou-se um instrumento para fomentar tais diálogos.



“Nesse cenário, a atuação do Estado brasileiro deve ser cada vez mais estratégica, amplificando a efetivação de direitos humanos e fundamentais. Nossa preocupação maior sempre foi com a manutenção dos serviços à sociedade capixaba e, também, com a segurança jurídica dos envolvidos. [...] Nosso planejamento não será apenas um documento que ficará guardado”.

**IURI CARLYLE DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA**  
PROCURADOR GERAL DO ESTADO

Em pouco tempo de implementação, está em constante evolução e amadurecimento, à medida que o montante cresce. Lamas aponta que, neste período de 2019 a 2026, o “Fundo Soberano já entregou muita coisa. Muitas escolas foram construídas, creches, equipamentos da educação, muitos projetos e muitas startups. Muita coisa da inovação já foi financiada pelo Fundo Soberano. Muitas questões climáticas, como barragens, foram construídas; encostas foram equacionadas com recursos do Fundo Soberano”.

Marcelo Saintive, presidente do Bandes, aponta que é “sempre a favor de que, quando você possa fazer uma política pública, se tiver um caminho para você fazer a parceria público-privada, essa é importante. O gestor privado entende mais o mercado de capital. Em contrapartida, o ente público sabe melhor pensar e desenhar, na política pública, o que ele quer alcançar e o impacto que ele quer gerar”.

A criação do Fundo Soberano é a prova inequívoca do processo de maturidade das instituições e dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo o ápice da estabilidade democrática construída ao conciliar e reconciliar passado e presente, rumo a um futuro de prosperidade.

\* \* \*



# Capítulo 10

## Um mapa para o futuro

A estabilidade institucional do Espírito Santo foi uma conquista de longo prazo. De um Estado que se apresentava sem perspectivas no final dos anos 1990, passou a um Estado próspero, que se tornou referência para os demais entes da União. Estabilidade institucional é quando a solidez da boa relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário entrega dividendos institucionais ao povo. Mas a maturidade de uma sociedade não se mede apenas pela capacidade de superar crises — mede-se, sobretudo, pela capacidade de projetar e construir o futuro de forma deliberada e coletiva.

Foi necessário atravessar etapas difíceis, e elas não estavam evidentes. As adversidades que surgiram ao longo das últimas duas décadas foram como as impurezas que se retiram do ferro até ele se tornar aço: tensões institucionais, crise de governança, colapsos na segurança pública e choques fiscais. Foram chagas que eclodiram e, ao serem enfrentadas, fortaleceram o corpo institucional. A travessia produziu aprendizados que hoje orientam a construção de um Estado capaz de antecipar desafios, e não apenas reagir a eles.

Esses marcos podem ser percebidos como fenômenos, e não como uma condição estática. Houve um processo de institucionalização da reorganização do Estado e uma reconfiguração da consciência civil após períodos de colapso ético-político. A estabilidade é o estágio de maturidade em que as instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário deixaram de funcionar como espaços capturados por certos grupos e passaram a operar como garantidoras da capacidade de articular mudanças, assegurando previsibilidade e integridade ao pacto republicano.

A estabilidade tornou-se, ao longo do século XXI, uma cultura. Ganhos sociais passaram a ser defendidos de forma a evitar retrocessos. Primeiro, ocorreu a arrumação dos entes. Em seguida, com essa base, tornou-se possível colocar a máquina pública em sua finalidade maior: responder a políticas públicas que têm a população capixaba, principalmente a mais vulnerável, como centro.

Os sinais de que tais práticas políticas se tornaram um elemento cultural aparecem quando a sociedade passa a exigir do operador político, principalmente na figura do governador, a manutenção dos ganhos sociais e do desenvolvimento, ampliando a capacidade de atender melhor a população, em qualquer estrato social. Isso demonstra que há políticas públicas para



“Eu vejo a economia, eu vejo a beleza, eu vejo um povo ainda fraterno. Uma série de aspectos que me permitem, sim, dizer que nós moramos no melhor Estado do Brasil. Não é o Estado perfeito. [...] mas está melhorando no ritmo que todos nós, capixabas, gostaríamos que melhorasse. Mas, sem dúvida alguma, nós vivemos muito bem”.

**PEDRO VALLS FEU ROSA**  
DESEMBARGADOR



O Espírito Santo recebeu, novamente, Selo Ouro na Alfabetização, reconhecimento dado pelo Ministério da Cultura atestando os avanços na educação de base.

todos, desde as que promovem mobilidade social, as mais relevantes, até as que permitem que empresários tenham estabilidade e segurança jurídica para seus negócios instalados no Espírito Santo.

É nesse espírito que o governador Renato Casagrande enunciou, ao lançar a Coleção Espírito Santo, uma síntese que define o tempo presente e o que se espera do futuro: esta coleção, disse ele, passa a ser o piso para os padrões de gestão pública no Espírito Santo – um marco civilizatório no processo de trato da coisa pública. São desses padrões para frente. A frase não é apenas um gesto simbólico; é uma declaração de compromisso civilizacional. Registrar o que foi feito não é nostalgia – é a construção de um patamar mínimo abaixo do qual o Estado capixaba não pode mais recuar. As conquistas institucionais, sociais, fiscais e de segurança pública que esta coleção narra não são o teto do possível; são o chão do que se exige.

Esse entendimento encontra ressonância no Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Álvaro Duboc, um dos arquitetos do planejamento estratégico capixaba: “Somos destaque nacional em diversas políticas, como segurança pública, educação e saúde, fruto de um Estado organizado, com um planejamento bem estruturado e comprometido com a responsabilidade fiscal. Estamos renovando a visão de futuro, as metas e os desafios a serem superados nos próximos anos e o ES 500 Anos passa a ser, a partir de

hoje, a bússola de todos os capixabas para que possamos colher resultados ainda mais promissores na próxima década”.

O Plano ES 500 Anos não é uma projeção de gabinete. É o resultado de um processo amplamente participativo, que mobilizou mais de 1.700 pessoas, representando mais de 230 instituições, ao longo de 10 oficinas regionais realizadas em todas as microrregiões capixabas, 34 oficinas temáticas, um evento específico sobre tecnologias emergentes e mais de 120 entrevistas com especialistas.

O Plano ES 500 Anos foi formalizado pela Lei Estadual nº 12.375/2025 e lançado oficialmente no Cais das Artes, em Vitória, numa cerimônia que reuniu representantes do governo, do setor produtivo, da academia e da sociedade civil – os quatro pilares de sua governança permanente. Afirmou o governador Casagrande no lançamento: “Hoje é um dia histórico e com um simbolismo muito grande. Um planejamento que consolida a cultura capixaba de conquistar e ter sucesso. Nós temos essa cultura de planejar a longo prazo. [...] O mundo é totalmente horizontal. O cidadão tem acesso fácil aos governantes e temos que mudar a forma de governar. E o Espírito Santo está conseguindo se adequar a este momento que estamos vivendo”. O plano reúne 31 metas, com prazos definidos e foco em resultados mensuráveis até 2035, organizadas em cinco missões estratégicas, e é acompanhado por um Observatório público, disponível a qualquer cidadão.

As cinco missões do Plano ES 500 Anos revelam, em sua arquitetura, a visão integral de desenvolvimento que o Espírito Santo abraça. A primeira missão – Economia Diversificada, Inovadora e Sustentável – reconhece que a dependência de poucos setores produtivos é uma vulnerabilidade estrutural, e que a inovação é o principal vetor para superá-la. O objetivo é que o Estado esteja entre os cinco primeiros em complexidade econômica entre os estados brasileiros, reduza a taxa de pobreza, amplie a produtividade do trabalho e se posicione entre os cinco estados mais inovadores do país. Para tanto, o adensamento das cadeias produtivas, a diversificação da base exportadora e o fortalecimento do ecossistema de inovação são prioridades inegociáveis.

Para o Secretário Bruno Lamas, “a inovação não tem dono, não pode ser elitizada – é um direito de todos”. Essa convicção se traduz em programas concretos de democratização do acesso à ciência e à tecnologia. O SEEDES



“Desde o seu lançamento, em 2019, o QualificarES tem sido um pilar fundamental para a capacitação e o desenvolvimento profissional dos capixabas. Nossa missão é justamente essa: oferecer oportunidades de qualificação que transformem vidas e negócios”.

**BRUNO LAMAS**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

acelerou startups que, em apenas seis meses, geraram R\$ 9,7 milhões em faturamento conjunto e empregaram mais de 100 pessoas. O Programa Sementes foi além das metas, chegando a 25 cidades capixabas e impactando mais de 9 mil pessoas – prova, nas palavras do próprio secretário, de que “quando o Estado investe de forma estratégica em inovação, os resultados chegam à ponta, movimentam a economia, geram oportunidades e impactam positivamente a vida das pessoas”. O ES Mais Inteligente avança na digitalização dos serviços públicos, reunindo num portal único desde matrículas escolares até serviços do Detran, ao mesmo tempo em que unifica os sistemas de segurança pública. O InovaPop, por sua vez, leva tecnologia e pesquisa ao interior do Estado, do Caparaó ao Norte capixaba, tornando a inovação acessível onde ela mais faz falta.

A segunda missão – Polo de Competências – sustenta que nenhuma economia se complexifica sem capital humano qualificado. O Espírito Santo pretende consolidar-se como referência nacional na formação de cidadãos com habilidades essenciais para o mercado de trabalho do século XXI – e essa não é uma aspiração abstrata, mas uma política em curso. Através do Programa QualificarES o Estado ofertou mais de 150 mil vagas presenciais e 718 mil vagas online entre 2019 e 2025 – com 76% dos inscritos sendo mulheres, evidenciando o alcance social do programa. Já os programas Nossa Bolsa e UniversidadES concederam mais de 20 mil bolsas integrais, posicionando o Espírito Santo entre os estados com maior oferta de bolsas de ensino superior per capita do Brasil. A equação que o Espírito Santo propõe é precisa: inovação popular, formação técnica acessível e empreendedorismo distribuído pelo território são os alicerces de uma economia que cresce com inclusão.

A terceira missão – Cuidado Integral – expande o conceito de desenvolvimento para além do crescimento econômico, colocando a qualidade de vida, a saúde e a segurança no centro da estratégia estadual. A meta de atingir uma expectativa de vida de 82 anos até 2035 é, ao mesmo tempo, um indicador de saúde e de justiça social. Aqui convergem o Programa Estado Presente em Defesa da Vida – com sua meta de figurar entre os cinco estados mais seguros do Brasil –, a rede de atenção básica, a saúde mental e os programas de proteção social. O IDH superior a 0,8 e a redução de 30% no déficit habitacional completam o horizonte de uma sociedade que cuida de quem mais precisa.

A quarta missão – Sustentabilidade e Resiliência Climática – inscreve o Espírito Santo no debate global sobre o futuro do planeta. A meta de reduzir as emissões líquidas para no máximo 22,5 Mt CO<sub>2</sub> por ano, ampliar em mais de 150 mil hectares a cobertura vegetal e garantir que todos os municípios disponham de Planos de Adaptação às Mudanças Climáticas são compromissos que refletem a consciência de que o desenvolvimento sustentável é condição de sobrevivência. A economia azul, que emerge das vantagens logísticas do litoral capixaba, e a ampliação das energias renováveis são vetores concretos dessa transição, capazes de gerar novos negócios, empregos e receitas sem comprometer o patrimônio ambiental.

A quinta missão – ES Ágil e Inteligente – fecha o ciclo com um olhar para dentro do próprio Estado. De nada valem as metas das demais missões se a máquina pública não tiver a capacidade operacional de executá-las com eficiência, transparência e agilidade. A meta de manter o Espírito Santo como o estado mais transparente do Brasil e preservar a classificação A+ para suas finanças são, nesse contexto condições habilitadoras do todo.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) reafirma seu compromisso com a modernização sem perder o elemento humano. Esse movimento tem raízes num esforço deliberado de aproximação institucional.

O Desembargador aposentado Fabio Clem, ao conduzir a captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, fez do diálogo com o Executivo uma prioridade.

O vigor desse projeto de futuro não repousa apenas no Executivo. Ele se fortalece justamente porque as demais instituições têm demonstrado a mesma disposição de construir, coletivamente, um Espírito Santo melhor. O Ministério Público do Espírito Santo reafirma o papel do parquet não apenas como fiscal da lei, mas como agente ativo na formulação de políticas públicas e na defesa intransigente dos direitos fundamentais, com especial atenção à segurança pública, ao combate ao crime organizado e à proteção das populações mais vulneráveis.

Os entes institucionais estabeleceram um pacto de confiança; assim, as políticas se voltam para quem precisa: a população capixaba. Aquela imagem apontada por pessoas de fora do Espírito Santo, de que o Estado era o “patinho feio” da nação, inseguro e amplamente criticado, deu lugar a uma vitrine de governança republicana.



“Eu fui ao governador Renato Casagrande e ele aderiu à ideia instantaneamente. Fiz isso também porque, voltando nessa estabilidade das relações institucionais, eu disse que ia tratar o relacionamento institucional como um investimento da minha administração, porque tudo depende da convergência de ideias e de posições para você atingir um objetivo. O resultado foi concreto: o TJES tornou a tramitação processual até quatro vezes mais rápida, prova de que, quando os poderes se articulam, a Justiça chega mais depressa a quem dela precisa”.

**FABIANO CLEM**  
DESEMBARGADOR APOSENTADO



“O diálogo se mostrou extremamente consistente, produtivo e resolutivo nesses anos que nós tivemos de conversas institucionais. Cada um mostrando as suas dificuldades, os seus anseios, as suas expectativas, mas também as suas preocupações. E nós buscamos chegar a um consenso que atendesse a todos”.

**FERNANDO ZARDINI**  
DESEMBARGADOR

Esses ganhos foram conquistados sob uma política de responsabilidade social com equilíbrio fiscal. Como disse o Desembargador Fernando Bravim, Casagrande é o “socialista mais capitalista que eu conheço. Eu não conheço um capitalista mais capitalista do que o socialista. É uma conjunção de ideias, de filosofia e de ações que deram certo [...] Então, fica aí a minha esperança, de que essas ideias e comportamentos de inserção social, com responsabilidade dos recursos públicos permaneçam. Esse o caminho. A vitória saiu recentemente, agora que a taxa de desemprego é de 3,5% [no Espírito Santo]. Primeiro mundo, vitória”.

Sobre como chegamos até aqui: foi com base em muito trabalho. Foi necessário acreditar e agir para que as mudanças necessárias se tornassem realidade. Passados os desafios, e com a resiliência diante de novas crises, permaneceu a esperança. Assim, o Estado passou a atender quem de fato precisa: os capixabas, principalmente aqueles que necessitam de suporte direto das estruturas públicas. Com isso, veio a confiança da população, dos setores produtivos e das demais instituições.

Casagrande conclui: “Nos últimos anos, o Espírito Santo experimentou avanços notáveis nas esferas política, econômica e social. A estabilidade institucional, a relação democrática e transparente com a sociedade e o equilíbrio das contas públicas permitiram ao Governo promover um salto de modernização e desenvolvimento inédito em nossa história. Além de conquistar e manter nota máxima em gestão financeira e fiscal, o estado hoje cresce a taxas bem superiores à média nacional. E esse crescimento se traduz na ampliação da infraestrutura, em recordes na geração de empregos, em mais qualidade e maior alcance dos serviços prestados à população e em ações cada vez mais abrangentes no campo social”, diz a introdução do governador no prefácio do livro CTI da SECTI.

O Espírito Santo que se projeta para 2035 não é uma utopia distante. É o desdobramento de um trajeto que já foi iniciado, com metas registradas, com governança constituída, com participação social assegurada por lei e com lideranças comprometidas – no Executivo, no Legislativo, no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, no Tribunal de Contas, na academia e no setor produtivo – a transformar o planejamento em realidade. É um Estado que, tendo aprendido com seu passado, decidiu ser protagonista de seu futuro.

Quando os poderes se ordenam, a gestão se torna transformadora. Quando a gestão se torna transformadora, o impacto é humano. E quando o impacto é humano, o futuro deixa de ser incerteza — e passa a ser mapa.

A ordem dos poderes não é um fim em si mesmo. O Espírito Santo aprendeu isso. Registrou isso. E agora, com um mapa nas mãos e um compromisso pactuado com sua sociedade, segue — porque gestão transformadora só faz sentido quando seu impacto é, antes de tudo, humano.

A Ordem dos Poderes, portanto, é o relato de como um Estado se reencontrou consigo mesmo. O mapa para o futuro é o compromisso de não desperdiçar o que foi conquistado. E a medida de tudo — da ordem, do planejamento, da gestão — é sempre a mesma: o impacto na vida de cada capixaba.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

ALBUÍNO vence na maioria dos municípios apurados. **A Gazeta**, Vitória, 05 de out. de 1990, p. 3.

ALDESCO, Aldo. Cenário conturbado refletiu na criação de CPIs. **Notícias ALES**, Vitória, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Noticia/2025/04/48409/cenario-conturbado-reflete-na-criacao-de-cpis.html>. Acesso em: jan. 2026.

ALENCAR, Tiago. Naufrágio: o maior escândalo da Justiça do ES começa a ser julgado; relembre. **A Gazeta**, Vitória, 20 maio 2025. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/naufragio-maior-escandalo-da-justica-do-es-comeca-a-ser-julgado-relembre-0525>. Acesso em: jan. 2026.

AMORIM, Radanezi et al. Estamos numa maratona. **A Gazeta**, Vitória, 6 abr. 2003, p. 6.

AMORIM, Radanezi et al. Período de avanços e desafios. **A Gazeta**, Vitória, 6 abr. 2003, p. 7.

ANTONIO, Mariana Dias. Le Cocq e Cara de Caval: iconofilia, iconoclastia e disputas de memória. **Art-Cultura**, Uberlândia, v. 27, n. 50, p. 279-300, jan./jun. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Ex-presidentes**. Vitória. Disponível em: <https://www.al.es.gov.br/Conteudo/ExPresidentes>. Acesso em: jan. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Mesa diretora**: 15ª legislatura, 1ª formação. Vitória. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/spl/mesas.aspx?leg=15&for=1>. Acesso em: jan. 2026.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. Posse do Governador Renato Casagrande. **Dia a Dia no Parlamento**. Vitória, 1 jan. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESPÍRITO SANTO. **Sessão solene de posse do governador**: discurso do governador Renato Casagrande (01 jan. 2019). YouTube, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NwiOrm9U2dc>. Acesso em: jan. 2026.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO; SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA. **Governo implanta Programa Estado Presente para reduzir criminalidade no Espírito Santo**. Notícias. Vitória. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-implanta-programa-estado-presente-para-reduzir-criminalidade-no-espírito-santo> Acesso em: jan. 2026.

BBC BRASIL. Por que o coronavírus agora se chama covid-19 e como esses nomes são criados? **BBC News Brasil**, [s. l.], 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51469829>. Acesso em: jan. 2026.

BITTENCOURT, Matheus Boni. **As políticas da insegurança: da Scuderie Detetive Le Cocq às marmoras do Novo Espírito Santo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BRASIL. [Constituição] (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: jan. 2026.

CANTANTE, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

CASAGRANDE, José Renato. **Mais uma iniciativa inédita no país! Um dia histórico no Estado do Espírito Santo**. YouTube, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aLnLfylzuoM>. Acesso em: jan. 2026.

CASSUNDÉ, Ronaldo Luiz. **A vitória de Albuíno**: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAVALCANTE, Márcio André Lopes. Policiais são proibidos de fazer greve. **Buscador Dizer o Direito**, Manaus. Disponível em: <https://buscador dizerodireito.com.br/jurisprudencia/4893/policiais-sao-proibidos-de-fazer-greve>. Acesso em: jan. 2026.

CERQUEIRA, Priscilla. **Entrevista com Renato Casagrande**. ES Brasil, Vitória, 19 dez. 2019. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9tdh2SI34IU>. Acesso em: 1 mar. 2026.

COLLEGARIO, Pedro. Nosso governo não é para enriquecer meia dúzia. **A Tribuna**, Vitória, 1 jul. 2014.

COM HARTUNG internado, Colnago assume comando do Governo do ES. **G1 Espírito Santo**. Vitória, 5 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/com-hartung-internado-colnago-assume-comando-do-governo-do-es.html> Acesso em: jan. 2026.

CONFIRA a cronologia da Operação Naufrágio. **Estadão**, São Paulo, 15 dez. 2008. Disponível em: [https://www.estadao.com.br/politica/confira-a-cronologia-da-operacao-naufragio/?srsltid=AfmBOoeJXnXvqPq\\_vjYMGdH5UJ5-8tVw8IHQqa5hS3XjQx7bCeEEMsr](https://www.estadao.com.br/politica/confira-a-cronologia-da-operacao-naufragio/?srsltid=AfmBOoeJXnXvqPq_vjYMGdH5UJ5-8tVw8IHQqa5hS3XjQx7bCeEEMsr). Acesso em: jan. 2026.

CRISE da segurança pública no Espírito Santo em 2017. In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise\\_da\\_seguran%C3%A7a\\_p%C3%BAblica\\_no\\_Esp%C3%ADrito\\_Santo\\_em\\_2017#cite\\_note-15](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_da_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_no_Esp%C3%ADrito_Santo_em_2017#cite_note-15). Acesso em: jan. 2026.

CRISE do PT não afeta parceria, diz Hartung. **A Tribuna**, Vitória, 24 jul. 2005, p. 31.

DELEGACIA de roubos de veículos no ES registra 921 casos em 12 dias. **G1 Espírito Santo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/delegacia-de-roubos-de-veiculos-no-es-registra-921-casos-em-12-dias.html>. Acesso em: jan. 2026.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. 35 milhões para as escolas prepararem o início do próximo letivo. **DIO-ES**, Vitória, 30 dez. 2019, p. 6.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Estado anuncia abertura de 126 leitos exclusivos para covid-19 até o próximo domingo (04). **Notícias**, Vitória, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/estado-anuncia-abertura-de-126-leitos-exclusivos-para-covid-19-ate-o-proximo-domingo-04>. Acesso em: jan. 2026.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves é inaugurado. **Notícias**, Vitória, 25 fev. 2013. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/hospital-estadual-dr-jayme-santos-neves-e-ina>. Acesso em: jan. 2026.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei n. 4.213, de 1º mar. 1989. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 1 mar. 1989. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO4213.html>. Acesso em: jan. 2026.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho. **Especial Sedu/Sectti**: no caminho do conhecimento. Vitória, 29 abr. 2013. 12 p. Documento eletrônico (PDF). Disponível em: [http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160708\\_aj03950\\_educacao\\_especial.pdf](http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160708_aj03950_educacao_especial.pdf). Acesso em: 2 mar. 2026.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **História**. Vitória. Disponível em: <https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/> Acesso em: jan. 2026.

FERNANDES, Viana. Alexandre Martins: entenda o caso desde a morte do juiz há 20 anos. **A Gazeta**, Vitória, 24 mar. 2023. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/alexandre-martins-entenda-o-caso-desde-a-morte-do-juiz-ha-20-anos-0323>. Acesso em: jan. 2026.

FERREIRA, José Ignácio. **FGV CPDOC**, Rio de Janeiro, [s. d.]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferreira-jose-inacio>. Acesso em: jan. 2026.

FUNDO SOBERANO. **Legislação**. Vitória. Disponível em: <https://fundosoberano.es.gov.br/legislacao>. Acesso em: jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: jan. 2025.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Diretores-presidentes do Incaper**. Vitória, [s. d.]. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/incaper>. Acesso em: jan. 2026.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Caminhos do campo**. Vitória: IJSN, 2017.

JERONYMO, Guilherme. Covid-19: primeiro caso foi confirmado em São Paulo há cinco anos. **Agência Brasil**, São Paulo, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-02/covid-19-primeiro-caso-foi-confirmado-em-sao-paulo-ha-cinco-anos>. Acesso em: jan. 2026.

JOSÉ Ignácio Ferreira. In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9\\_Ign%C3%A1cio\\_Ferreira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ign%C3%A1cio_Ferreira). Acesso em: jan. 2026.

JUSTIÇA mantém cassação da candidatura de Gratz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2211200218.htm>. Acesso em: jan. 2026.

KOSSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006

LE COCQ. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2º caderno, ano 67, n. 22847, 27 set. 1964, p. 3. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842\\_07/86000](http://memoria.bn.gov.br/docreader/089842_07/86000). Acesso em: 7 maio 2024.

LISTA de deputados estaduais do Espírito Santo da 13ª legislatura (1995-1999). In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_deputados\\_estaduais\\_do\\_Esp%C3%A9rito\\_Santo\\_da\\_13.%C2%AA\\_legislatura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_deputados_estaduais_do_Esp%C3%A9rito_Santo_da_13.%C2%AA_legislatura). Acesso em: jan. 2026.

LISTA de deputados estaduais do Espírito Santo da 15ª legislatura (2003-2007). In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_deputados\\_estaduais\\_do\\_Esp%C3%A9rito\\_Santo\\_da\\_15.%C2%AA\\_legislatura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_deputados_estaduais_do_Esp%C3%A9rito_Santo_da_15.%C2%AA_legislatura). Acesso em: jan. 2026.

LISTA dos deputados estaduais do Espírito Santo da 12ª legislatura (1991-1995). In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_deputados\\_estaduais\\_do\\_Esp%C3%A9rito\\_Santo\\_da\\_12.%C2%AA\\_legislatura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_deputados_estaduais_do_Esp%C3%A9rito_Santo_da_12.%C2%AA_legislatura). Acesso em: jan. 2026.

LOVECAST. **José Carlos Gratz**: a história jamais ouvida. 28 jun. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6hmrFPbh1P8>. Acesso em: jan. 2026.

MACHADO, Viviane. Crise da segurança faz 1 ano e onda de homicídios volta a crescer no ES. **G1 Espírito Santo**, [s. l.], 5 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/crise-da-seguranca-faz-1-ano-e-onda-de-homicidios-volta-a-crescer-no-es.ghtml>. Acesso em: jan. 2026.

MACHADO, Viviane. Mulheres e filhas de PMs protestam em frente a destacamento da Serra. **G1 Espírito Santo**, [s. l.], 3 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/mulheres-e-filhas-de-pms-protestam-em-frente-destacamento-da-serra.html>. Acesso em: jan. 2026.

MACHADO, Viviane. População do Espírito Santo cresceu 41% nos últimos 20 anos, estima IBGE. **G1 Espírito Santo**, [s. l.], 30 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/populacao-do-espírito-santo-cresceu-41-nos-ultimos-20-anos-estima-ibge.ghtml>. Acesso em: jan. 2025.

MAGALHÃES, Vera. E os hospitais de campanha? Governadores respondem. **O Globo**, Rio de Janeiro, [s.

d.J. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes/post/e-os-hospitais-de-campanha-governadores-respondem.html>. Acesso em: jan. 2026.

MAIA, Eduardo. O Estado é o céu para liberais. **A Tribuna**, Vitória, 29 jul. 2024. Disponível em: [https://tribunaonline.com.br/coluna/plenario/o-estado-e-o-ceu-para-liberais-192456?home=espírito\\_santo](https://tribunaonline.com.br/coluna/plenario/o-estado-e-o-ceu-para-liberais-192456?home=espírito_santo). Acesso em: jan. 2026.

MAYRINK, Geraldo. **Histórias da Vale**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002. p. 117.

MEMÓRIA MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Greve da PM**. Disponível em: <https://linhadotempo.mpf.mp.br/www/linha-do-tempo-pr-es/greve-da-pm>. Acesso em: jan. 2026.

MEMÓRIA MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Scuderie Detetive Le Cocq**. Disponível em: <https://linhadotempo.mpf.mp.br/www/linha-do-tempo-pr-es/scuderie-detetive-le-cocq>. Acesso em: jan. 2026.

MEU negócio era cassino e jogo do bicho, diz Gratz. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 jul. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1407200222.htm>. Acesso em: dez. 2025.

MONTENEGRO, Mariana. Promessa: o combate é pobreza. **A Gazeta**, Vitória, 2 dez. 2011.

MORRE aos 88 anos o ex-presidente da OAB Agesandro da Costa Pereira. **A Gazeta**, Vitória, 28 mai. 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/morre-aos-88-anos-o-ex-presidente-da-oab-agesandro-da-costa-pereira-0518>. Acesso em: jan. 2026.

OI (empresa). In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Oi\\_\(empresa\)#Telemar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Oi_(empresa)#Telemar). Acesso em: jan. 2026.

OLIVEIRA, Gisele Souza de. **Conselho Nacional de Justiça e transconstitucionalismo latino-americano**: uma atuação densificadora do sistema de proteção dos direitos humanos. 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2025.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo nas eleições de 1982 a 2002**. Vitória: Edufes, 2023.

ORNAGHI, Tiago. Governador do ES deixa partido durante campanha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u63743.shtml>. Acesso em: jan. 2026.

PEREIRA, André Ricardo Vale Vasco. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: Edufes, 2014.

PEREIRA, Valter Pires et al. **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo. Vitória: Flor & Cultura, 2005.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAWLS, John. Uma teoria PRIOLI, Gabriela. **Chegou a hora da audácia dos que têm bom senso**: GPS Político com Renato Casagrande. 26 jun. 2021. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LIHTTzxsWt0>. Acesso em: jan. 2026.

REGO NETO, Antenor C. **Le Cocq e a Scuderie**: uma aventura pelas máximas e crônicas policiais. Ponta Grossa: Athena, 2022.

- RICOEUR, Paul. **O percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. E-book.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO; SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Especial**. Vitória. 29 abr. 2013.
- SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Espírito Santo 2025**. Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006.
- SÍSIFO. In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADsifo>. Acesso em: jan. 2026.
- SOARES, Andreia. Andreia Soares entrevista governador Renato Casagrande. **TV Ambiental**, Vitória, 21 dez. 2018.
- SOUSA, Rafaela. OCDE. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/ocde.htm>. Acesso em 18 de janeiro de 2026.
- SPINELLI, Evandro. PF prende Gratz no interior de São Paulo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1 mar. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0103200307.htm>. Acesso em: jan. 2026.
- TÂNATO. In: **WIKIPEDIA**: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/T%C3%A2nato>. Acesso em: jan. 2026.
- TOMAZELLI, Rondinelli. Um governo para os excluídos do Estado. **A Gazeta**, Vitória, 2 jan. 2011, p. 3.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Nossa memória, nossa história**: história da OAB, com Agesandro da Costa Pereira. 10 dez. 2013. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NteMcZ0iTFY>. Acesso em: jan. 2026.
- VALE. **Nossa história**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- VOGAS, Vitor. A virada de página. **A Gazeta**, Vitória, 19 dez. 2010.
- VOGAS, Vitor. Não herdei uma bomba. **A Gazeta**, Vitória, 10 abr. 2011.
- VOGAS, Vitor. Que mais precisa não se organiza. **A Gazeta**, Vitória, 7 jun. 2011.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. Tradução de Leonidas Hegenberg; Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2000.

\*\*\*

# DEPOIMENTOS

ALTOÉ, Marcelo, COSTA, Benicio Suzana. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 12 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ANDRADE, Luciana Gomes Ferreira de; BERDEAL, Francisco Martínez. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 1 jul. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ANGELO, Vitor de. Depoimento livros institucionais. Livro educação. Parte 1. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ANGELO, Vitor de. Depoimento livros institucionais. Livro educação. Parte 2. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ANTONIO, Fernando Zardini. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 28 out. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

CÂMARA, RAPHAEL AMERICANO. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 11 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

CAMATA, Edmar Moreira. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 18 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

CASAGRANDE, José Renato. Depoimento livros institucionais. Parte 1. Vitória, 16 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

CASAGRANDE, José Renato. Depoimento livros institucionais. Parte 2. Vitória, 16 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

CHAMOUN, Rodrigo Flávio Freire Farias. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Parte 1. Vitória, 18 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto. 18 jun. 2025.

CHAMOUN, Rodrigo Flávio Freire Farias. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Parte 2. Vitória, 24 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

FAJARDO, Álvaro Rogério Duboc. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 23 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

FAJARDO, Álvaro Rogério Duboc. Depoimento livros institucionais. Livro saúde. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

LODI, Claudio Humberto Vereza. Depoimento livros institucionais. Vila Velha, 20 jan. 2026. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

MEDEIROS JÚNIOR, Nésio Fernandes. Depoimento livros institucionais. Livro saúde. Parte 1. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

MEDEIROS JÚNIOR, Nésio Fernandes. Depoimento livros institucionais. Livro saúde. Parte 2. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

MEDEIROS JÚNIOR, Nésio Fernandes. Depoimento livros institucionais. Livro saúde. Parte 3. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

OLIVEIRA, Fabio Clem de. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 28 out. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

REBLIN, Luiz Carlos. Depoimento livros institucionais. Livro saúde. Vitória, 30 dez. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ROSA, Pedro Valls Feu. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Parte 1. Vitória, 28 out. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

ROSA, Pedro Valls Feu. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Parte 2. Vitória, 28 out. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

RUY, Fernando Estevam Bravin. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 4 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

SANTOS, Alexandre Marcelo Coutinho. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 5 set. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

SILVA, Willian. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 28 out. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

SIMÕES, Carlos; SIMÕES Janete. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 23 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

SOUZA, Sérgio Ricardo. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 2 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

TAUFNER, Domingos. Depoimento livros institucionais. Livro estabilidade. Vitória, 18 jun. 2025. Depoimento concedido à equipe de pesquisa do projeto.

\*\*\*



**Ed.UNIVERSIDADES**

Impresso em março de 2026.